

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 03/2018
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 2.ª Sessão
27 de abril de 2018** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:**
Muito bom dia. Sejam bem-vindos à 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela do ano 2018.
Dado verificar-se quórum, vamos dar início a esta Sessão da Assembleia Municipal.
Assim sendo, vamos começar pela leitura, discussão e votação da ata da 2.ª Sessão Ordinária de 27 de abril de 2018, para a qual peço à primeira Secretária que faça a respetiva justificação.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:**
Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.
Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e foram feitas as substituições dos seguintes Membros Municipais: Relativamente a ausências, a Senhora Deputada *Lídia Maria Mota Noura* é substituída pelo Senhor Deputado *Mário da Cunha Pereira*, a Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída por *Graciete Alves Ramos*, o Senhor Deputado *Carlos Luís Clemente Sousa* é substituído pelo Senhor Deputado *Fábio Emanuel Reimão Correia*, a Senhora Deputada *Fernanda Maria do Sacramento Mesquita* é substituída pelo Senhor Deputado *Pedro Ricardo Reis dos Santos*, o Senhor Deputado *Rui Pacheco Carrazedo* seria substituído pela Senhora Deputada *Luísa Maria Marques Alonso*, que também não pôde comparecer e segundo o Regimento também não pôde ser já substituída, no entanto apresenta justificação, o Senhor Deputado *Dinis Humberto Veiga* é substituído pela Senhora Deputada *Rute Isabel Trigo Gonçalves* e o Senhor Deputado da Junta de Freguesia de Abambres também não foi substituído assim como, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, ambos com justificação de ausência.
Em relação ao expediente recebido o mesmo encontra-se disponível para consulta no Setor de Apoio à Assembleia Municipal.

“DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas”.

1. Atas - Leitura, discussão e votação da ata da 2.ª Sessão Ordinária de 27 de abril de 2018.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:**
Relativamente ao ponto um, como disse o Senhor Presidente, atas, leitura, discussão e votação da ata da 2.ª Sessão Ordinária de 27 de abril de 2018, antes de introduzir este ponto queria justificar aos Senhores Deputados que a mesma não acompanhou os restantes documentos e foi enviada em fase posterior. Como sabem está a ser operacionalizada a nova orgânica de serviços, pelo que, uma nova funcionária estava agora colocada no Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, houve alguma dificuldade inicial em implementar a redação da ata, ela foi-nos entregue mais tarde, pelo que, entretanto também já falamos com as funcionárias para que a mesma possa na próxima reunião e futuras, ser entregue mais cedo para que isso não volte a suceder.

Abro então o número um para votarmos a ata. Há intervenções?

----- **O Senhor Deputado Municipal *Nuno Magalhães* (PSD) disse:**

Bom dia a todos. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Membros do Executivo.

Relativamente à ata, aqui na página número 30, depois da intervenção do Senhor Vereador José Cunha, em que eu, também, depois voltei a intervir no período para eu pedir alguns esclarecimentos e aqui faço algumas perguntas à Senhora Presidente e a seguir fecha o ponto para votação. No entanto o que sucedeu foi que o Senhor Presidente da Mesa perguntou à Senhora Presidente se ela queria usar o seu direito de resposta e ela disse que não. Sendo assim eu acho que para ficar mais claro que não quis a Senhora Presidente dar o seu direito de resposta devia constar na ata essa situação para ficar mais claro o que aconteceu. Obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Como sabe, a transcrição de áudio para texto não nos passa pela mão, pois de forma alguma teríamos tempo para exercer esse trabalho. Quando nos chega de facto essa transcrição, isso sim, é um trabalho da Deputada Luísa Belchior que incide essencialmente na correção..., portanto, esse tipo de falhas, de facto, convém salientá-lo, são alvo de correção e devem ser alvo de correção, para quando publicadas, registarem o mínimo de anomalias. Mas como lhe digo e não é uma desculpa de facto, nós não temos tempo nem disponibilidade para ouvir horas e horas a fio o áudio da reunião. De qualquer maneira agradeço a recomendação. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Já foi falado aqui, acho que não está cá, o nosso colega Deputado do CDS, a análise interpretativa das atas é muito “Ad Hoc”, quer dizer há um desfasamento em termos de linguagem, do que se pretende dizer. Eu acho que deveria haver um pouco mais de equidade em termos de registo e se às vezes, eu estive a ler a ata, há lá situações que eu não falei e que puseram, portanto, em meu nome, palavras que eu não disse. É esse tipo de cuidado, talvez não seja perceptível através do áudio e o trabalho que fazem é um trabalho meritório, não estou aqui a dizer que não é, que é realmente um trabalho meritório e de esforço e de trabalho, portanto, isso é meritório para as pessoas que fazem esse tipo de tratamento de áudio para depois passarem para o papel, mas acho que as atas falta dar-lhe essa volta, acho que é uma manta de retalhos e que as palavras não cozem umas com as outras, passo o pleonasmo da minha intervenção.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

Senhor Deputado, quanto a esse aspeto eu não posso concordar consigo, porque efetivamente eu oiço as gravações e acompanho as redações da ata e isso, à exceção de uma ou outra palavra, que possa, de facto, não ser perceptível, as gravações traduzem e elas estão lá para serem acompanhadas, consultadas e ouvidas, elas não são secretas, estão no Setor de Apoio, na dúvida pode ir ouvir-se, porque eu também oiço e isso não é bem assim, é uma questão que pode passar e quando quiser confrontar os seus discursos com a gravação que lá está. Mais alguma questão?

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 47 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a ata da 2ª Sessão Ordinária de 27 de abril de 2018.

1.º Período de Intervenção do Público

2 - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor José Faustino da Cunha disse:**

Muito bom dia a todos. O meu nome é José Faustino da Cunha, resido em Vale de Gouvinhas e sou Presidente da Assembleia de Freguesia.

O concelho de Mirandela é um concelho caracterizado por uma significativa diáspora, com forte ligação à terra natal, vivendo a vida da freguesia e da autarquia concelhia. Veja-se como exemplo a sua intervenção nas redes sociais e a sua presença sempre que possível. Eu próprio como Deputado Municipal na legislatura anterior, fiz uma intervenção apelando à publicação das atas das Assembleias de Freguesia no “site” da Câmara Municipal de Mirandela. O Senhor Presidente de então, referiu que se estava a trabalhar no sentido de tornar a página de uma forma mais apelativa e que esta ideia seguia no caminho de uma maior transparência e presença da Autarquia. Vem isto a propósito, porque, como Presidente da Assembleia de Freguesia, em 23 de maio, deste ano, dirigi um “email” aos serviços da Assembleia Municipal, solicitando informação sobre a forma de poder publicar as atas aprovadas no “site” da Câmara Municipal de Mirandela. Devo informar Vossa Excelência, que até hoje não tive sequer o prazer de uma resposta. Assim junto fotocópia do “email” que enviei para procurarem nos serviços. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Faustino Cunha, deixe-me referir que teria havido algum tipo de lapso na comunicação, porque eu faço ponto de honra de responder a todos os “emails”. Não duvido naturalmente daquilo que me diz, porque deixe-me referir também, que há aqui uma comunicação triangular, as mensagens vão para um “email” da Assembleia Municipal, que por sua vez me é endereçado e como eu digo, posteriormente dar resposta a todas as questões. Apresento desde já as minhas desculpas por esse “email” não ter tido a normal resposta, mas entre as muitas e muitas comunicações, posso dizer-vos que vai já em 368 e estamos a falar de meio ano, pode haver alguma situação de extravio. Outras há que se atrasam para além do comum, mas porque as perguntas

que formulam, não requerem uma resposta da mesa mas sim de outras entidades. Neste caso concreto, naturalmente que teria pelo menos a receção da nossa parte.

----- **O Senhor José Faustino da Cunha disse:**

Só como direito a resposta. Agradeço, para mim, não é o problema de não terem respondido, isso os lapsos podem ocorrer, o que eu quero é que as atas sejam publicada no “site” da Câmara Municipal. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Como sabe, é uma decisão que cabe ao Executivo, mas de qualquer modo a mensagem já está a ser ouvida, o que reforça a solicitação. Muito obrigado.

----- **O Senhor Luís Correia disse:**

Bom dia. O meu nome é Luís Correia e venho aqui apresentar a minha intervenção.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Excelentíssimo Público presente, Comunicação Social e Senhores Membros da Assembleia Municipal, a todos os meus cumprimentos.

Sou membro da Assembleia de Freguesia, da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, mas tomei a decisão de vir aqui simplesmente como habitante da Freguesia de Vila Boa.

Vou focar só dois dos problemas mais importantes que a população tem sentido, e que nesta altura já deviam estar resolvidos definitivamente, tal como passo a explicar:

O primeiro problema será então o abastecimento de água na Freguesia de Vila Boa. Atualmente tem sido feito por meio de camião cisterna dos Bombeiros, com honorários extremamente elevados pagos pela Câmara até quando? Foi público que o atual Presidente de Junta em campanha eleitoral apresentou uma solução, segundo ele, acordada com o anterior Executivo da Câmara Municipal, entre os quais o Dr. Manuel Rodrigues que ainda hoje é Vereador, e com o Senhor Eng.º Luís Borges, responsável pelo abastecimento de águas do concelho, e o Senhor Eng.º Guedes Marques. Essa solução passa pela canalização de água do Franco para Vila Boa e resolveria definitivamente este problema. Queremos crer que esta proposta foi considerada válida e executável, entre os intervenientes presentes.

Também a Senhora Presidente, enquanto candidata se comprometeu com os habitantes a resolver esse problema. Pergunto o que é que mudou, e porque é que essa solução ainda não foi posta em prática?

A Senhora Presidente acha que as pessoas vão ter que suportar esta situação durante quanto tempo até decidirem manifestar-se junto de vós com a comunicação social, aqui ou em frente ao edifício da Câmara Municipal?

Os habitantes fizeram ainda limpeza do logradouro de um furo artesiano no lugar rústico de São Domingos no ano passado, que se encontrava inacessível por vegetação espontânea. Estes cumpriram uma função que diz respeito aos serviços camarários.

Atualmente já se encontra novamente com regeneração de infestantes. O que sente sobre isto? Deduz que a população vai continuar a tratar de uma função exclusiva desses serviços?

O segundo problema é a manutenção e limpeza dos caminhos rurais, que tem sido feita quase exclusivamente com recursos da União das Freguesias, que paga a privados a limpeza e nivelamento de caminhos em zonas mais perigosas e mais visíveis, ou mais frequentadas, ou então quando são recebidas reclamações na União das Freguesias por algum caminho que se encontra degradado e simplesmente intransitável. Ocorrem também situações em que os habitantes usam meios próprios para esses trabalhos de limpeza, mas em caminhos rurais ou camarários, que são do domínio público.

Para que compreendam, desde 2011 a estrada entre Franco e Vila Boa, tem sido alvo de limpeza de bermas anualmente, pela União das Freguesias ou então por particulares. Nesse período de tempo a Câmara interveio por duas vezes, ou seja em época pré-eleitoral. A Senhora Presidente vai optar por um método semelhante? Vai tentar aguardar pela providência de privados? Ou vai esperar que a União das Freguesias gaste os recursos económicos que não tem, para dar cumprimento a uma função que recai sobre os vossos serviços?

Não quero acreditar que a Câmara está sempre indisponível para ajudar a solucionar os verdadeiros problemas desta franja populacional que sabe perfeitamente que se encontra esquecida, mas face aos factos, sinto desilusão como habitante e também descrédito como membro da União das Freguesias.

Presumo que este esquecimento seja generalizado a outras Freguesias, o que será muito mau. Se assim não for é ainda pior, pois significa que esta União das Freguesias está a ser alvo de discriminação em relação às restantes. Obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado. Eu sei que o Deputado Municipal Paulo Pontes está a pedir a palavra, como sabe na intervenção do público não poderá intervir, só em defesa da honra.

Se é em defesa da honra, faça favor, embora não tenho verificado qualquer ofensa. Pode intervir.

----- **O Senhor Deputado Paulo Pontes (PSD) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários. Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Excelentíssimo Público, caros Deputados, a todos, muito bom dia.

Eu pedi o uso da palavra exatamente em defesa da honra porque foi referido o nome do Presidente da Junta da União das Freguesias de Franco e Vila Boa.

Mas quero dizer ao Senhor cidadão Luís Correia, que antes de mais quero louvar e apoiar a sua iniciativa de vir aqui expor problemas referentes à sua Freguesia e até mais, acho que deviam mais pessoas tomar essa mesma atitude e decisão de virem

aqui e assim poderem confirmar e confrontar o que as pessoas aqui fazem e a dedicação que porventura têm em relação às suas Freguesias.

O Senhor Luís falou aqui na situação da água, que não chega a Vila Boa. Eu não tenho como perfil, por uma questão de formação pessoal e já fiz variadíssimas campanhas eleitorais e repito, não tenho como perfil fazer qualquer tipo de promessa eleitoral nas campanhas eleitorais. Mas assumo aqui que é verdade que fiz aqui essa promessa antes das eleições, que durante o ano de 2018, seria colocada água em Vila Boa, via Franco, porque no Franco, felizmente por enquanto ainda temos água que chegue e fiz essa promessa porquê? Porque tive a garantia e para isso houve variadíssimas reuniões, tive a garantia por parte do executivo de então, que depois de chegarmos a um acordo a água iria ser posta em Vila Boa e para isso, foi feito um levantamento do caudal, estive presente algumas vezes, estiveram presentes nessas reuniões várias pessoas, entre as quais o Senhor Vereador Manuel Rodrigues que está ali, que ainda hoje é Vereador e que se a Senhora Presidente o autorizar e ele quiser poderá dar explicações. Mais, estiveram presentes nessas reuniões, o Senhor Eng.º Luís Borges, de facto, esteve presente o Senhor Diretor de Departamento Eng.º Guedes Marques e ficou acordado que a água iria ser posta em Vila Boa. Inclusive posso-lhe garantir, garantias que me foram dadas a mim, que chegou a ser feito o levantamento do custo total de quanto é que ficaria a obra, ou seja, se havia condições na altura e a Câmara continua a existir e as condições continuam a ser as mesmas. Portanto da minha parte têm essa garantia igual, inclusive numa reunião e na única que tivemos com a Senhora Presidente da Câmara, e que o Senhor esteve presente, viu-me lá reafirmar essa minha promessa, inclusive até fiz uma outra proposta nessa reunião.

Relativamente aos caminhos, também é testemunha disso esta Assembleia Municipal, que nunca aqui venho, nunca, desde que se iniciou esta legislatura, nunca aqui venho, que não fale na recuperação dos caminhos rurais, era só.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado. E assim sendo pergunto ao Público se há mais alguém que queira intervir? Não havendo, vamos passar para o ponto seguinte.

A Senhora Presidente quer falar muito bem, peço desculpa, julguei que não queria dar resposta depois do Presidente da Junta ter feito já essa alusão. Faz favor Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Muito bom dia a todos, à Mesa da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social presente.

Antes de mais, agradecer as intervenções porque julgo que são pertinentes e também é uma forma de todos conhecermos as pretensões dos Municípios e é a chamada democracia participativa, portanto, agradeço a vossa participação.

Relativamente ao Presidente da Assembleia de Freguesia, Senhor José Faustino da Cunha, dizer-lhe que, de facto, concordo que a diáspora tem fortes ligações à sua terra natal. Que relativamente às publicações das reuniões de Assembleia de Freguesia e também as atas das Assembleias de Freguesia, julgo que, é importante a sua publicação, terá é que existir uma comunicação através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, entre as próprias Assembleias de Freguesia e a Câmara Municipal uma vez que devem ser todas colocadas, não haver ausência de nenhuma. Isso implica um esforço adicional, quer dos próprios Presidentes das Assembleias de Freguesia, quer dos próprios serviços. Nós estamos disponíveis para o fazer. Essa situação poderá ser levantada numa reunião com o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, através de uma forma de circulação documental entre os Presidentes das Assembleias de Freguesia e a Câmara Municipal, portanto, vamos encetar todos os esforços para que essa pretensão seja uma realidade, até porque acho que em questões de transparência e também em controlo de toda a documentação é importante que, para além das atas das Assembleias Municipais e das reuniões de Executivo, possam estar publicadas as atas das Assembleias de Freguesia. Julgo que é um ponto favorável à nossa transparência, à nossa democracia. Portanto, tem o nosso compromisso de que tudo faremos para que possa ser uma realidade.

Relativamente às questões levantadas pelo membro da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, Luís Correia, agradecer esta intervenção, uma vez que de facto o abastecimento de água à Freguesia de Vila Boa é um dos problemas e das prioridades deste Executivo. Isto porquê? Porque há muitos problemas de abastecimento de água, os Bombeiros têm tido um papel fundamental no abastecimento de água, serviços que são suportados pelo Município, por todos nós, portanto, resolver este problema é fundamental. Ontem mesmo, tivemos uma reunião com um membro da administração das Águas do Norte pedindo o cadastro do concelho relativamente ao abastecimento de água. Uma vez que existem condutas que estão na proximidade de algumas Freguesias e que podem resolver o abastecimento de água às próprias Freguesias. Foi-nos dito que para a semana iríamos ter acesso, já tinha sido solicitado, entretanto a administração das Águas do Norte foi alterada, e esta administração comprometeu-se a enviar-nos o cadastro do abastecimento de água no concelho. É um dos problemas que está nas nossas prioridades e portanto, tem naturalmente a garantia de que tudo vamos fazer, ou em conjunto com a Junta de Freguesia o abastecimento via Franco, como sabe as águas do Franco estão a ser geridas pela própria Junta de Freguesia, não pela Câmara Municipal, ou via condutas das Águas do Norte que fazem a distribuição em alta. Esse problema terá que ser uma das prioridades, não só em Vila Boa, mas noutras Freguesias em que temos problemas de abastecimento público de água e temos que recorrer aos serviços dos Bombeiros Voluntários. Já era assim no passado, mantém-se infelizmente este ano, porque ainda temos soluções definitivas para essas situações.

Relativamente aos caminhos rurais, informá-lo que a Proteção Civil tem feito um esforço muito grande, esteve no Franco, porque é uma das áreas prioritárias de intervenção para limpeza. Todos sabemos que a limpeza dos caminhos rurais é uma das prioridades de todas as Freguesias, e é óbvio, que ainda não temos soluções de ser a Câmara Municipal a fazer a limpeza dos caminhos rurais de todas as aldeias. O que vos posso assegurar é que estamos a fazer esforços para que no próximo orçamento exista uma verba fixa para cada Junta de Freguesia, porque como vocês sabem existe uma diferença muito grande entre os Fundos que são dados a cada Freguesia e portanto temos discriminações muito grandes de umas Freguesias em relação às outras. Umam recebem verbas ajustadas à sua dimensão, outras bastante menos. Umam recebem verbas que não custeiam os próprios custos mensais e portanto, têm logo à partida um saldo negativo e acho que fazer aqui equidade entre as freguesias

para que todas possam no início de cada ano ter um orçamento, ainda que não resolva todos os problemas, mas resolverá alguns dos vossos problemas, no sentido de cada um gerir o seu próprio orçamento.

É esse o caminho e, julgo que, a descentralização destas competências que tanto se tem falado do Governo para as Câmaras Municipais, tem que ser cada vez mais uma realidade para as Juntas de Freguesia gerirem os seus próprios meios e, por isso, dizer-lhe que esta está, de facto, numa das nossas ações prioritárias, que é o abastecimento de água numa altura em que temos algumas aldeias com problemas de abastecimento de água.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhora Presidente. Espero que a Sr.ª Presidente tenha respondido às vossas questões, penso que sim, pois foi muito elucidativa e denotando as mais variadas preocupações. Faço votos para que os vossos problemas venham a ser resolvidos com a maior rapidez.

Sendo assim vamos então passar para o ponto seguinte, que é o ponto 3 - Período Antes da Ordem do Dia, para o qual peço aos Senhores Deputados que se queiram inscrever o favor de levantar o braço.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

A mesa pede a vossa colaboração, eu vou dizer os nomes dos Senhores Deputados inscritos, para confirmarmos que estão todos inscritos e que não passou ao lado nenhuma inscrição.

Estão então para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos os Senhores Deputados Paulo Pontes, Paulo Pinto, Virgílio Tavares, Ricardo Fidalgo, António Figueiredo, Carlos Ventura, Nuno Nogueira, Jorge Humberto, José Manuel Pavão, Agostinho Beça e Débora Pereira, então acrescento à lista os Srs. Deputados Patrícia Bernardo e Luís Mosqueiro, não. Muito bem estão então todos inscritos. Recordo aos Senhores Deputados que o período máximo de intervenção no Período Antes da Ordem do Dia é de seis minutos. A Mesa no sentido de colaborar convosco vai adotar a mesma prática que tem adotado que é dar dois toques no microfone quando faltarem 30 segundos, três toques quando faltarem 15 segundos, mas desde já também fica claro que se faltarem 10 segundos também não é por isso que alguém não vai terminar a sua intervenção. Agora se manifestamente ainda faltarem duas páginas redigidas a caractere doze é manifestamente impossível conceder tempo para concluir as intervenções. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Eu peço desculpa há um elemento do Público na bancada do PSD, agradecia que... Muito obrigado.

Antes da Ordem do Dia

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Muito bom dia. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, digníssimos membros da Mesa da Assembleia, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Excelentíssimos Vereadores do Executivo.

Senhora Presidente, sobre os terrados das Festas de Nossa Senhora do Amparo, devo dizer que o PSD e sobretudo os Senhores Vereadores no Executiva da Câmara Municipal tiveram uma postura exemplar e a Senhora Presidente não soube aproveitar.

Se reparar na declaração de voto alertaram para um conjunto de problemas que podiam advir da instalação dos terrados nas áreas indicadas na segunda proposta, aliás defendida perentoriamente pelo Senhor Vereador José Cunha. Na declaração foi dito que existiriam problemas de segurança tendo em conta a proximidade do fogo que limitaria o acesso a pessoas a esta área em dias de fogo, numa área de cerca de 200 metros, 100 a montante e 100 a jusante da Ponte Europa, que quando em 2007, 2008, os terrados transferidos para este espaço, foi significativa a diminuição de valores de negócio e a exiguidade do espaço verificado, que não permitiria a instalação dos equipamentos de diversão de grande porte. Razão pela qual a proposta da Confraria apontava para outro local, pelo que só podia ter esse desfecho, mais uma vez a deslocação das instalações dos terrados de Nossa Senhora do Amparo.

Conclusão: foram ouvidas um conjunto de entidades que de certa forma também apoiam a realização das Festas da Cidade. Mas ficaram por ouvir os proprietários dos equipamentos, Luna Parque, que em tempo útil, lhe dariam toda a sua posição evitando este transtorno de última hora, tanto mais que as Festas se realizam já no próximo mês.

Senhora Presidente, sobre a dificuldade desta decisão, temos que estar mais presentes e menos delegar, apesar de o Senhor Vereador José Cunha, ter larga experiência na realização das Festas da Cidade, porque foi já Senhor Juiz da Confraria e muito bem. Louvo-o por isso. Mas a sua proposta ganhou em votos na reunião de Câmara mas terminou por não vingar, pela razão de não ter colhido toda a informação.

Senhora Presidente, a responsabilidade é sempre sua, que é a responsabilidade técnica e política, assim como nunca este assunto devia ter sido objeto de análise na reunião de Câmara, que em nada prestigia o Executivo e a sua convocatória. E mais não digo, apenas e só desejar o sucesso das Festas de Nossa Senhora do Amparo, proferir uma palavra de estímulo e de admiração aos membros da Confraria porque o seu sucesso envaidece os Mirandelenses e as suas Instituições. A bancada do PSD.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:**

Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Executivo, Minhas Senhoras e meus Senhores.

Eu vou falar também da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, mas vai completar na minha opinião, aquilo que o Deputado Paulo Pinto acabou de referir. Nós congratulamo-nos com a alteração do local dos terrados e das barracas para outro local que não a zona anteriormente imposta. Foi necessário virem pessoas de fora, nomeadamente os comerciantes, para explicar ao Senhor Vereador Cunha e Executivo que era impossível instalarem-se naquele local referido e que, portanto, a Câmara tinha deliberado.

A zona Verde não será para nós o local mais aconselhável, mas aceitamos. Será que o Executivo já acautelou todos os custos com a alteração, nomeadamente problemas com a segurança? Com os serviços de WC e outros aspetos logísticos inerentes?

Parece que há a tendência deste Executivo alterar todos os projetos do Executivo anterior. Perguntamos nós, se o projeto que foi apresentado pelo Executivo anterior e pela Confraria, é evidente, para toda a área envolvente do Santuário é para manter na íntegra digo eu, ou vai fazer alterações? Se há alterações, então gostávamos de saber quais. Tenho dito.

----- **A Senhora Deputada Municipal Débora Pereira (PS) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

A minha intervenção hoje, tem que ver com a minha qualidade de representante membro do Conselho Municipal da Juventude, neste sentido informo os Senhores Deputados que o Conselho Municipal da Juventude já não reunia desde novembro de 2016, tendo o atual Executivo e bem, decidido reativá-lo, tendo já reunido em março de 2018 e com a próxima reunião já agendada para o próximo mês de julho.

Louvo esta atitude do Executivo uma vez que os jovens devem ter cada vez mais um papel ativo na nossa sociedade. Ademais num concelho como é o nosso, onde temos uma rede escolar que vai desde o pré-escolar até ao ensino superior, passando também pela oferta formativa a nível profissional como é o caso da Escola Agrícola de Carvalhais, neste sentido devemos estar cada vez mais atentos aos jovens e aos seus problemas.

Julgo que será de extrema importância e mesmo necessário retomarmos o contacto com os nossos jovens através da reativação da Assembleia Municipal Jovem, como também já aqui foi solicitado, para podermos junto deles ouvir as suas necessidades de modo a tomarmos a nossa cidade cada vez mais atrativa para eles aqui estudarem mas também para aqui se fixarem.

Vivemos num concelho cada vez mais envelhecido, onde os jovens fogem para o litoral, e isso preocupa-me, e acho que deverá ser uma preocupação de todos nós e essencialmente do Executivo.

Seria de extrema importância o que já aqui foi falado pela Senhora Presidente em relação à reativação do Complexo Agroindustrial do Cachão, uma vez que iria criar empregos para assim poder captar e fixar os nossos jovens.

No entanto os problemas não passam só por fixar os jovens, é também importante dar-lhes condições enquanto cá estudam e neste momento a nossa cidade está a ficar sem resposta para os jovens que aqui ingressam no ensino superior, ao nível do alojamento. Há uma grande dificuldade em os jovens arranjarem alojamento na nossa cidade, ademais e com o investimento nas novas instalações da EsACT-IPB temos que pensar que vamos receber cada vez mais estudantes universitários, por isso será necessário o Município intervir a esse nível.

No meu entender, essa intervenção poderia passar por apoiar proprietários a candidatarem-se a fundos comunitários para recuperação de edifícios na zona histórica da nossa cidade, onde vigora o abandono, que poderiam passar a ser residências para estudantes, ou então adotar programas como já há noutros Municípios, como oferta de alojamento em troca de companhia para os nossos idosos, e neste sentido até estaríamos a colmatar dois problemas uma vez que a nossa população está cada vez mais envelhecida e assim os nossos idosos estariam acompanhados, menos isolados e sozinhos e os nossos jovens teriam alojamento.

Ademais, entendo que deverá haver mais investimento a nível cultural e recreativo, é verdade que nos últimos tempos já temos tido acesso em tempo mais ao menos razoável aos filmes que estreiam mais badalados no entanto ainda se verifica em muitos casos que temos que nos deslocar se queremos ver um filme.

Julgo que todos nós enquanto Deputados mas essencialmente enquanto Municípes devemos ter uma atitude mais tolerante para com os jovens estudantes, todos nós sabemos que fazem barulho, que se querem divertir, é normal. Julgo que todos nós que já passamos pelo ensino superior, sabemos que faz parte as festas, a queima, a latada, a semana académica, os festivais e julgo que o Executivo deverá apoiar mais e ser mais tolerante nesse tipo de eventos, afinal ninguém vai estudar para uma cidade onde não haja esse tipo de tradições.

Neste sentido, gostaria de questionar o Executivo se estão em cima da mesa algumas políticas municipais para colmatar alguns dos problemas aqui mencionados, no sentido de ajudar a integrar e acolher quem cá chega para estudar, e se também é preocupação do atual Executivo a sua integração no mercado de trabalho.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:**

Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Público e Comunicação Social.

Isto é a apresentação de uma Moção.

Moção
“Água, um bem público inalienável.”

Considerando que a água é um bem essencial à vida, sem a qual nenhum ser vivo pode viver, e por isso a acessibilidade à água se constitui um direito universal que tem de ser assegurado a todos os cidadãos.

Considerando que a universalidade do acesso à água só se garante em toda a sua plenitude com a exploração e gestão pública dos recursos hídricos e serviços de abastecimento e saneamento, de qualidade e acessíveis a toda a população.

Considerando que as atuais exigências de gestão e regras mais apertadas impostas pela legislação aplicável não tem em conta a dimensão, tipologia e recursos diferenciados dos municípios de menor dimensão, ao mesmo tempo que a política do Governo para o setor da água alicia e incentiva os municípios à criação de sistemas intermunicipais e multimunicipais, nomeadamente no acesso a Fundos Comunitários.

Considerando que tais condições configuram um desrespeito pela autonomia do Poder Local Democrático e chantagem sobre as Autarquias, conhecendo-se as consequências de idêntico processo na alienação da captação e distribuição em alta às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., atual Águas do Norte.

Considerando que o Município de Mirandela integra um processo em curso de alienação de todo o património de abastecimento de água e saneamento à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..

Considerando que as consequências imediatas de tal alienação impõem a perda de autonomia do Município, na definição de preços e tarifas e um aumento generalizado dos preços por via da “harmonização de tarifas”.

Considerando que os Estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. retira às Assembleias Municipais instrumentos de fiscalização da sua atividade, nomeadamente passando para a Assembleia-Geral desta empresa a responsabilidade de alterar os Estatutos, autorizar a alienação de património, subcontratar outras entidades e ou empresas para a gestão e delegação de quaisquer competências afetas à sua atividade.

Considerando que a nível mundial se está a assistir a uma reversão dos processos de privatização, através da remunicipalização, porque se conclui que a gestão privada dos serviços de água conduziu à degradação da qualidade do serviço, à dificuldade em monitorizar os privados, à falta de transparência, à falta de investimento nas infraestruturas, ao aumento dos custos para as populações, à destruição de postos de trabalho e retirada de direitos aos trabalhadores, aliás como já se verifica com a recolha e tratamento de resíduos sólidos onde a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. é responsável.

Assim tendo em conta que este processo não está concluído e é possível a sua reversão, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida no dia 29 de junho de 2018, delibera:

1. Interromper o processo em curso de alienação de todo o património de abastecimento e saneamento à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..
2. Rejeitar todo e qualquer processo de chantagem e aliciamento do Governo que promova e incentive a alienação de património de abastecimento de água e saneamento às populações.
3. Manter todas as competências da Autarquia na gestão e exploração dos recursos hídricos e serviços de abastecimento e saneamento.
4. Recuperar a captação e distribuição da água em alta à empresa Águas do Norte e proceder à verticalização de todo o sistema de captação e distribuição nas responsabilidades do Município.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Sou um bocado chato neste sentido, porque a minha atitude aqui é uma atitude de transparência. A Senhora Presidente fala tanto em transparência que é uma palavra fácil de dizer, é a chamada retórica política, depois na prática, não existe transparência nenhuma. Portanto a transparência é isto. Democracia participativa, etc, etc, eu nem vou fazer esses comentários porque já estou farto de os fazer. Eu aqui há dias fui ao Pingo Doce, a ver como é que estavam as obras, etc, etc. Fui ao Pingo Doce e realmente aquilo ficou mais engraçado, mais agradável, com mais qualidade, não estou a pôr isso em causa. Estou a pôr em causa o Procedimento Administrativo, que é uma autêntica balela para a Câmara Municipal, isso, depois fala-me em transparência a Presidente da Câmara. Transparência? Eu acho que não há transparência nenhuma. Aqueles que têm dinheiro fazem o que querem e lhe apetece, os que não têm dinheiro, andam ali a mitigar, a mitigar, a mitigar, a mitigar... Eu só lhe falo aqui numa coisa Senhora Presidente, a Senhora já leu o Decreto-lei n.º 10 de 2015? Diga-me lá? Conhece o Decreto-lei n.º 10 de 2015? Não conhece nada, pronto. Os seus Técnicos conhecem-no? Se calhar também não conhecem nada. Por acaso sabe o que é que diz o Decreto-lei n.º 10 de 2015? Diz assim, eu vou-lhe dizer aqui com toda a sinceridade, não estou aqui a falar porque estou a falar, tenho dados e falo com esses dados. Diz assim: “Secção 2 - Procedimento de Autorização”, eu fui à Câmara Municipal e estive a ver o projeto do Pingo Doce. Estive a ver o projeto do Pingo Doce, está tudo bem feito, etc, etc, puseram-me lá umas telas finais, que não é telas finais que se diz hoje. A Câmara já me inviabilizou projetos a mim por ter telas finais e aos grandes negociantes da praça, põem telas finais, põem o que querem e tudo passa, tudo passa, e o Procedimento Administrativo diz assim, aqui: os Municípios devem verificar em conformidade o Pedido de Autorização, apresentado de acordo com o disposto no Artigo 20 e do número anterior, no prazo máximo de cinco dias. No caso de o pedido de Autorização, não se encontrar instruído com todos os elementos devidos, a Autoridade competente pode emitir um Despacho de convite ao aperfeiçoamento do Balcão do Empreendedor, e, diz ainda, os prazos referidos no número um, artigo seguinte, são suspensos até à receção dos elementos instrutórios solicitados. Correto, não há nenhuma desconformidade. Mas é que depois, aparece uma Lei, que é a Lei, também n.º 10 de 2015, que para aprovar um estabelecimento, neste caso o Pingo Doce. Eles apresentaram todos os projetos, isso é uma verdade. Mas depois quando fizeram as telas finais, o que é que fizeram? Puseram uma garrafeira; e a garrafeira não estava no projeto que foi aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), automaticamente o projeto está ferido de ilegalidade, porquê? Como o projeto foi deferido, e eu vi com os meus olhos, foi deferido sem ter essa garrafeira e nas chamadas telas finais, puseram essa mesma garrafeira, automaticamente o projeto teria que ir outra vez para a ANPC para ser deferido outra vez e não foi. A Câmara, neste caso, está a cometer uma ilegalidade, que é uma legislação que tem a ver com a chamada legislação de jurisprudência, que é o Código do Processo nos Tribunais Administrativos, artigo 10, Lei n.º 38/87 de 6 de Julho, e Lei n.º 67/2007 de 31 de Dezembro, que diz: “em princípio não. As Ações Judiciais devem ser propostas contra entidades públicas (...), a Câmara Municipal é apenas um Órgão do município (...) No entanto, se alguém propuser uma Ação contra um Órgão Municipal, por ter praticado ou deixado de praticar

certo ato, a ação não é rejeitada, pois considera-se, em princípio, que foi proposta contra o Município.”, e eu tenho esse direito de propor uma Ação contra o Município. Está a ouvir Senhora Presidente? Tenho dito.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Nem sempre é por ordem, a Mesa tem sempre o cuidado de intercalar as forças partidárias nas suas intervenções, para não serem todos de uma mesma força.

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Bernardo (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e meus Senhores, muito bom dia.

Serei breve numa intervenção que versa a Educação e a Ação Social.

Face aos desafios atuais, a educação e a formação de crianças, jovens e adultos deve acolher em todos nós a melhor atenção.

Mirandela tem crianças, jovens e adultos envolvidos em diversas atividades educativas e formativas nas escolas e centros de formação.

Se podemos discordar em algumas das medidas de organização escolar e estrutural, e especialmente no que concerne ao encerramento do Colégio da Torre, somos unânimes a afirmar que investir nos processos de qualificação das pessoas será sempre o melhor que por elas poderemos fazer, e também o melhor pelo futuro das nossas sociedades.

E por isso vos questiono: qual o balanço que hoje fazemos do presente ano letivo? Qual o rumo traçado para o próximo ano letivo?

Corre o nosso concelho o efetivo risco de perder valências educativas? Mais do que o Colégio da Torre? Corre o nosso concelho o risco de diminuir a oferta formativa? Quais as novidades que nos esperam?

A educação, foi, é e será sempre uma paixão. E dando eco às palavras de um dos maiores líderes mundiais – Nelson Mandela – a educação é a arma mais poderosa que poderemos usar para mudar o mundo. Não usemos hoje voltar as costas ao futuro que a educação nos reserva.

Mas como não só de Educação podemos viver, trago a este plenário um assunto premente, a Habitação Social.

Por ventura já se vislumbra uma organização e distribuição mais célere dos fogos sociais da Câmara Municipal?

Indo um pouco mais além, e não focando só esse tipo de ajudas, é possível quantificar quanto é preciso investir para dignificar a habitação dos mirandelenses carenciados?

Alertada também para o facto de ver diariamente um conjunto de pessoas de etnia cigana a ocupar lugares públicos porque não têm onde viver, questiono o nosso Executivo sobre as medidas que têm tomado para reverter tal situação, é que não há cidadãos com mais ou menos direitos, o princípio da inclusão prevê um combate à exclusão para benefícios da vida em sociedade, seja esta provocada pelas diferenças de classe, educação, género, idade, deficiência, preconceito social ou preconceitos raciais - é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos, a todos os mirandelenses, meus caros.

E para terminar, não posso deixar de referir que muitas das vezes, e pelo nosso país fora, o combate à exclusão e à pobreza passa pela ação de muitos que dão de si, que se associam em grupos de voluntariado, e assim, exorto o Executivo sobre a importância de apoio a iniciativas que prevejam cada vez mais a participação cívica de grupos de cidadãos, à semelhança dos projetos de Voluntariado no Hospital, a Cruz Vermelha ou da Universidade Sénior, será possível contar efetivamente com o nosso Banco Local de Voluntariado?

Julgo que todos somos poucos para fazer face a desafios tão imperativos, parafraseando Kafka “A solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Fidalgo (CDS-PP) disse:**

Muito bom dia. Senhora Presidente, restante Executivo, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários.

Vou ser breve. Tenho aqui vários pontos a falar.

Primeiro ponto: queria louvar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro, por nos ter proporcionado há umas semanas atrás, nós organizamos um projeto privado, porque outro foi organizado pelo Câmara, posteriormente, agradeço ao Senhor Presidente, não sei se já está presente ou não, o Professor José Fernandes, que eu não o conheço, o meu voto de agradecimento em nome da organização que assim o fez. Obrigado, fomos muito bem recebidos. Abreiro está muito bem conservada a meu ver, não conhecia, gostei; e bom trabalho, espero que assim continue.

Outro ponto: os percursos pedestres, acho que é um dos pontos que deveriam ter mais atenção, porque estamos a aproximar-nos de uma época de fogos, eu faço vários e vejo que aquilo não tem segurança nenhuma, não estão a ser limpos, não sei o que é aquela parte que falaram da equipa dos sapadores, não sei, estão a ficar perigosos. É um dos pontos que eu faço.

Eu sei que é sempre bom, não considero isto uma repetição de uma coisa que já foi feita, mas atendendo a que nós não pedimos nada a privados, e já aqui atrás eu tinha perguntado qual era a ligação daqui da Câmara com o Hospital Terra Quente, o porquê da colaboração do Hospital Terra Quente e não das pequenas e médias empresas. As pequenas e médias empresas, volto-lhe a lembrar Senhora Presidente, não tiram nada à Câmara para fazer isto.

Outra coisa que eu lhe pergunto: já falamos antes disso, não vou nomear nomes, sabe perfeitamente que o Senhor Doutor Carlos Liberato demitiu-se. O Senhor Doutor é o Presidente da ADSE, que deve milhares a clínicas privadas aqui em Mirandela. Só deve a algumas a outras não. Ele inclusivamente fez questão de o dizer por “*emails*”, daí a Ana Leal ter feito uma boa apresentação e ele demitir-se. Agora pergunto, aonde é que ele está? Nunca mais ouvi falar dele. Quem era o Presidente? Não sei. Mas algumas clínicas sofreram à custa deles. Lembro-me uma de que me falaram de 95.000,00€ que já há um ano que estão à espera.

Outra coisa: falaram aqui no Comité da Juventude, que reuniu em março, eu pertença a esse Comité, não fui chamado. Na última reunião perguntei porquê? O Senhor Presidente da Assembleia disse que também pertencia, ele próprio também não sabia quando é que iria realizar-se. No entanto a Senhora Deputada Débora Pereira referiu isso. Volto a dizer, não sei porque é que não fui contactado, visto pertencer.

Houve aqui também duas palavras: transparência, democracia, pela Senhora Presidente. Como é que vai, já tinha feito esta pergunta, como é que vai fazer em relação às entidades privadas? Vai apoiar só algumas? As maiores? E as pequenas, é para fechar? Ou é igualdade, equidade e dignidade? Porque não todos os privados oferecem dignidade. Eu falo por experiência própria.

Outra coisa, mais a nível de Freguesias. Eu pergunto, está na Lei ou é permitido haver corriças e ovelhas dentro de aldeias, nomeadamente numa aldeia que está bairro de cidade, Carvalhais? É legal? No meio de casas. Foi aglomerado Carvalhais e Vila Nova. Isto acontece tenho provas. Em frente à minha casa, a um dos lados da minha casa, acabaram de construir uma corriça com ovelhas. Do outro lado tenho a Casa dos Távoras que não pode ser deitada a parede abaixo, mas está completamente às silvas. Se há ali qualquer coisa que lhe pega um incêndio, pega nas restantes casas, quem é que vai pagar os prejuízos? Acho que o proprietário já devia ter sido chamado à razão.

Penso que tenho tudo dito. Continuação de bom trabalho a todos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal e respetivos Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores a todos cumprimento.

Começamos por referir que esta intervenção é feita a título pessoal e da exclusiva responsabilidade do seu interveniente.

Tomada a decisão de fazer esta intervenção, política, exigimos que a sua apreciação, seja feita exclusivamente nesse âmbito, pois não tem subjacente, qualquer outro objetivo.

Referimos, que não consultamos, não pedimos autorização, nem informamos, quem quer que fosse, de que viríamos aqui fazer, assim agimos, exclusivamente, de acordo com o nosso pensamento crítico, liberdade e independência, pois sempre foi assim que nos pautámos na vida política ou noutra qualquer lugar, não renegando, contudo, a força política que aqui representamos.

No exercício das funções para que fomos eleitos, entendemos que só devemos explicações políticas, à população do Franco e de Vila Boa, porque foram estes eleitores, que decidiram a nossa eleição. O mesmo critério será, também, aplicado a todos os outros Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia.

Tal, no entanto, não é aplicável a qualquer outro membro desta Assembleia, pois, terá havido, em todas as freguesias, eleitores que votaram em Vós, acreditando eles, que seriam Vossas Excelências, que reuniam as melhores condições para trabalharem em prol de todo o Concelho.

É, por isso, obrigação de todos vós fazê-lo de forma justa, equitativa e imparcial.

Enquanto membro desta Assembleia, de há muitos anos a esta parte e sempre na qualidade de Presidente de Junta, não me lembro de qualquer debate, sobre uma qualquer das 30 Freguesias do Concelho.

Assisti sim e assisto, não poucas vezes, a Presidentes de Junta serem alvos de críticas por tomarem esta ou aquela posição. Assisti sim, e assisto, a serem criticados por não tomarem posições próprias, ou então, quando as tomam, não serem as mais acertadas, convenhamos que, apenas na opinião de alguns. Enfim, a velha máxima, “preso por ter cão e preso por não ter”.

Alguns Membros desta Assembleia, por vezes, transparecem não querer entender os nossos silêncios, usados, exclusivamente, para defender, os interesses das nossas populações, assumidos sempre na esperança de que numa próxima, a situação possa melhorar, o que raramente, ou mesmo, nunca aconteceu.

Neste momento, alguns poderão estar baralhados e a interrogarem-se sobre quais possam ser os objetivos desta iniciativa.

Aguardem, por favor, que esta irá traduzir-se em propostas concretas, claras e esclarecedoras. Pretendemos, apenas, que esta iniciativa possa, de uma vez por todas e via Assembleia Municipal ajudar a implementar alguma justiça e igualdade, entre os Mirandenses da Cidade e os Mirandenses das freguesias rurais.

Como sabem, dentro de poucos meses irá cumprir-se, para todos, um ano de mandato, em que as eleições nos traduziram os atuais resultados.

Ao atual Executivo podemos dar o benefício da dúvida, por não ter tido, ainda, o tempo necessário que permitisse demonstrar aos Mirandenses de todas as Freguesias, de que é capaz de fazer mais e diferente. Aprovou-se o último Relatório de Contas, com votos de abstenção, do Partido socialista, no Executivo e na Assembleia, julgamos que, por considerarem que aquele era da responsabilidade do anterior Executivo.

Aceitamos a decisão, como sendo até uma boa justificação. Assim ao atual Executivo caberá o crédito de, no ano corrente, estar a governar com um orçamento que não é, na totalidade, da sua autoria e responsabilidade.

Contudo, consideramos que o próximo orçamento e seguintes, não deverão nem poderão, quando executados, enformar as mesmas ou parecidas desculpas, e no final ficarem as freguesias rurais, mais uma vez, a perder e serem os Presidentes de Junta, apontados de que nada fizeram para reverter a situação.

Antecipadamente, estamos a alertar e pretendemos, com esta iniciativa, apenas despoletar uma dinâmica cívica, para que tal não nos possa acontecer.

Senhora Presidente do Município, ao fim de quase um ano de governação Municipal, permita-nos que lhe digamos que não poderemos continuar a aceitar a justificação de que ainda estão a instalar-se; não aceitamos que até à presente data, não tenha sequer respondido a um único ofício da Junta da União das Freguesias de Franco e Vila Boa.

Esperamos e queremos acreditar que ao menos o mesmo critério e procedimento tenham sido adotados, com as restantes Freguesias, para que ao menos o mesmo critério e procedimento tenham sido adotados, com as restantes Freguesias, para que

ao menos, esta Junta não se sinta discriminada. Não poderemos facultar-lhe desculpas para o facto de ter sido convidada, com muita antecedência, para os magustos realizados, em Franco e Vila Boa, e não ter respondido, optando por comparecer, sem aviso prévio, no de Vila Boa, depois dos membros do Executivo terem de lá terem saído. Relativamente à feira anual do Franco, embora lhe tenhamos endereçado o convite para estar presente, não respondeu, nem compareceu, mas aqui sejamos justos, fez-se representar pela Senhora Vereadora.

Sabemos e reconhecemos que estes factos ocorreram num período pós-eleições, sempre conturbado e até de alguma insegurança para quem se instala de novo, no entanto, as diversas formas de comunicação de que hoje dispomos, já estavam disponíveis à data, e até com o mesmo grau de eficácia.

Nos tempos de hoje, frequentemente ouvem-se protestos de descontentamento por parte dos Senhores Presidentes de Câmara, principalmente os dos territórios de baixa densidade, lamentando-se, pelo facto de os Governos da Nação, serem demasiado centralistas e adotarem medidas que, discriminam, negativamente, o interior.

Para os contrariar e tentar alterar a situação, fundam-se pseudomovimentos, até praticados pelo próprio Governo, procurando induzir os cidadãos de que há uma verdadeira preocupação com a situação, embora não saiba ou melhor, não tenha força política e capacidade negocial para o fazer. Na prática e recorrendo à gíria popular é apenas “para inglês ver”. Tudo isto não passa de encenação. Procura, manter-se o tema em debate público e na comunicação social e empurrar a solução no tempo.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Peço desculpa Senhor Deputado Paulo Pontes, agradecemos que pudesse terminar com a brevidade possível.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**

Senhor Secretário, peço-lhe desculpa a si também, porque não sei se é por coincidência, que só pode ser, todos os Deputados do Partido Socialista, que aqui vieram falar, o Senhor só ligou o cronómetro passados um ou dois minutos. Isto verificou-se para todos. Duas com o Senhor Deputado e com outro Deputado. Posso continuar?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Pode continuar, eu só disse que agradecemos que fosse breve e conclusiva.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**

É que o mais importante está para vir, sinceramente.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado Paulo Pontes, sabemos que temos apenas seis minutos, neste ponto Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**

Eu acho que isto lhe interessa a si e interessa a todos. Não sei...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Com certeza...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**

Diz o povo, e lá saberá porquê, que é “só conversa fiada”. O que na realidade nos parece que pretendem é que sejamos, cada vez menos e mais isolados e que a cada dia que passa, tenhamos menos forças e condições para aqui sobrevivermos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado Paulo Pontes, eu tenho imensa pena pois realmente a sua intervenção é interessantíssima, mas nós não podemos quebrar estas regras e o facto de se insurgir não lhe permite ultrapassar o seu tempo. Dessa forma, se consegue em quinze segundos terminar eu agradecia, senão tenho que lhe retirar a palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**

Aqui publicamente eu deixo de ler a minha publicação e passo ao principal que aqui me trazia. Se tiverem curiosidade e o Senhor Presidente também ...

Claro que os Mirandenses da Cidade nada têm a ver com as injustiças cometidas ao longo dos anos, em desprimor do meio rural. Responsabilizamos sim, sem exceção, todos aqueles que conduziram os destinos do Concelho nos diversos Executivos, assim, tenho duas Moções para apresentar ao Senhor Presidente, para votação. Assim, face ao exposto propomos o seguinte:

Posso apresentar as Moções:

- Que no orçamento para 2019, e subsequentes, se torne efetiva a inscrição da verba anual a transferir, obrigatoriamente, para as Juntas de Freguesia de pelo menos um terço, do total recebido anualmente, pela Câmara Municipal, do Fundo de Equilíbrio Financeiro, valor que corresponderá a cerca de três milhões de euros.

- Que, a cada ano, seja assinalado com a Junta de Freguesia um contrato-programa, num montante igual ao que cada uma recebe do Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido em duodécimos e a transferir mensalmente ou trimestralmente.

- Que seja deliberada a constituição de uma bolsa anual de materiais, num valor igual ao atribuído no contrato-programa, a descontar ao longo do ano, conforme as solicitações de cada Junta de Freguesia.

- Que no último mês, ou no último trimestre de cada ano, o valor em falta para perfazer os três milhões, sejam transferidos para as Juntas de Freguesia, seguindo os mesmos critérios tidos em conta na atribuição do FEF para cada Junta de Freguesia.

Passo a apresentar já a segunda Moção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Estamos mesmo...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**
É que vem mesmo...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Eu agradecia que nos expusesse essas propostas por escrito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**
Permita-me só que eu apresente a proposta e entrego-lha por escrito. É que vem mesmo a propósito do que me estão a fazer neste momento.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Está a ultrapassar tudo aquilo que é razoável, entenda, não é má vontade nossa...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**
São duas linhas.

Excelentíssimo Presidente da Assembleia, propomos ainda que submeta a aprovação desta Assembleia a seguinte proposta:
Fica o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, incumbido e comprometido, de mandar publicar na íntegra, na imprensa local, falada e escrita, a presente intervenção, que aqui trouxemos.
Caso não adote tal procedimento, arrogamo-nos no direito, de nós mesmo o fazermos, pois entendemos que é nosso dever cívico proporcionar aos Cidadãos que em nós votaram, que lhes seja facultada a informação, para que eles possam aquilatar sobre o trabalho que cada um desenvolve, nas funções que lhe foram atribuídas, para que percebam quem efetivamente se preocupa com o seu bem-estar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Muito obrigado. Não posso deixar no entanto de lhe pedir desculpa à Assembleia por este excesso...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**
Só li metade da minha intervenção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
... mas momentos há em que tem de haver alguma tolerância e compreensão... e foi o caso. Mas também dizer ao Senhor Deputado Paulo Pontes, que esse desafio que faz à Mesa, não vai de facto ser rececionado por nós, por um motivo. Nós restringimo-nos àquilo que é a nossa função aqui na Assembleia. Como sabe as atas, e tudo aquilo que os Senhores dizem é tornado público, através do "site" da Câmara Municipal. Portanto a Comunicação Social e o Público em geral tem acesso a tudo aquilo que é aqui dito, que é aqui referido, que é aqui solicitado.
Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**
Se me dão licença antes de chegar ali, senão põem-me logo o tempo a contar, quero manifestar profundo desagrado pelo episódio que aqui assistimos. Para a próxima sinto-me no direito de preparar uma intervenção para doze minutos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Eu agradeço que terminem com o diálogo. Sr. Deputado Figueiredo deixe-me dar-lhe uma explicação. Deixe-me dar-lhe uma explicação...
Senhor Deputado Figueiredo faça o favor de me ouvir. É o seguinte: nós temos aqui uma substituição, um jovem que muito nos congratula que esteja presente e que não conhecerá profundamente algumas regras da Assembleia e que eu aproveito exatamente para lhe dizer. Na Assembleia é expressamente proibido bater palmas. Com certeza que não foi por má-fé. Foi por algum entusiasmo, mas não vamos chamar uma feira a isto.
Pronto Senhor Deputado, é a sua forma de fazer a leitura, mas enfim, vamos terminar e dar a palavra ao Deputado Agostinho Beça.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**
Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caros Mirandelenses.
O que hoje aqui vos trago são dois assuntos que considero de extrema importância estratégica para o futuro do Concelho de Mirandela e da Região.
E, para o primeiro, peço que considerem os seguintes pressupostos:
1. O Ensino Superior em Mirandela, na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (EsACT), apesar de ter já alguma expressão em número de alunos e reconhecida qualidade, ainda tem muito para crescer, com inquestionáveis benefícios para a economia local!

2. O Concelho e a Região devem preparar-se para o futuro, procurando conseguir o máximo de “massa crítica” residente, valorizando os recursos humanos que, teimosamente, permanecem por estas terras.
3. Qualquer trabalhador licenciado, na Administração Pública, central ou local, é um potencial Dirigente de nível superior ou intermédio.

Com estes pressupostos e considerando ainda que, no concelho e na região existem “x” Câmaras Municipais e um grande número de organismos da administração pública central, e muitos mais se deseja que venham a instalar-se por aqui, parece mais que legítimo pedir os bons serviços do nosso Executivo, dos Membros desta Assembleia Municipal e das forças vivas em geral, para que, junto das mais altas instâncias do poder, mas sobretudo junto da Presidência do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), sejam exercidas influências no sentido de, em Mirandela, passar a haver formações de base e de atualização para titulares e potenciais titulares de cargos de direção superior e intermédia da Administração Pública Central e, já agora, porque não também o Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), já que até há um curso de Mestrado em Administração Autárquica?

Fica o repto.

O segundo assunto vem na esteira do que defendi aqui, no passado dia 27 de abril, relativamente à ideia de reativação da circulação ferroviária entre Mirandela e Bragança, com hipótese de continuação para Espanha. Pois bem, parece que a ideia, afinal, não era assim tão “peregrina”, assim. Com efeito, de há uns dias para cá, não houve jornal ou rádio regional, e não só, que deixasse de noticiar as posições da Comissão Executiva do “Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular” e de alguns Autarcas locais relativamente à “necessidade de ligação ferroviária na região”.

Então, é caso para perguntar: em que ficamos? Ainda haverá quem defenda a construção da anunciada Ciclovia?

Pessoalmente - não tenho medo de me repetir - insisto que se discuta a proposta da plataforma transfronteiriça denominada Rede Ibérica Ocidental para uma Nova Ordenação Raiana que, em colaboração com o IPB e o Centro Ciência Viva de Bragança, aponta para uma moratória de suspensão da construção de ciclovias nos leitos ferroviários, com o intuito de fazer um estudo aprofundado e abrangente sobre o impacto da construção destas infraestruturas.”

Apelo, assim, ao Executivo para que, pela módica quantia de 150€ por ano, se associe a este movimento cívico, para prossecução deste desiderato.

Obrigado pela Vossa atenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:**

Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssimos Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela e restante Executivo Municipal, caros colegas Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O assunto que me leva a intervir neste ponto da Ordem do Dia tem a ver com a tão falada Auditoria pedida pela Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara.

Tomei conhecimento que finalmente já foi entregue a Auditoria atrasada no prazo inicialmente acordado, mas finalmente a Auditoria já chegou.

Qual é a minha surpresa, que ao pedir a um colega para ler o documento, ele me disse que não me podia emprestar. Porque para ter acesso a ela, foi obrigado a assinar uma declaração de confidencialidade que o impede de o transmitir a terceiros. Sinceramente eu pensava que o colega estava a brincar. Mas afinal não estava, teve mesmo que assinar uma cláusula de confidencialidade. Mas então, a Excelentíssima Senhora Presidente anda a falar nesta Auditoria desde que tomou posse. Eu já perdi a conta ao número de vezes que a Excelentíssima Senhora Presidente falou nela e agora a Auditoria é confidencial? Para nos situarmos todos, vou passar a ler um excerto da ata n.º 10 da reunião de 10 de maio, a Excelentíssima Senhora Presidente disse e passo a citar: “Queria também dar-vos conta de duas informações, uma relativa à Auditoria realizada pela Deloitte ao Município de Mirandela, está marcada para hoje ao final da tarde uma conferência de imprensa para comunicar os resultados preliminares da Auditoria e a outra tem a ver com a resposta dada ao Senhor Vereador Rui Magalhães pelo Senhor Diretor do Colégio de Torre de Dona Chama. Continuo a citar a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, quanto aos resultados do relatório preliminar da Auditoria efetuada pela Deloitte à data de 21 de outubro de 2017, aquilo que destaco deste relatório é que a dívida real do Município é substancialmente superior aos 18 milhões de euros registados na Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL, podendo ainda este valor aumentar com a contabilização do valor das dívidas das empresas participadas.”, Fim de citação.

Finda a reunião do dia 10 a Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara lá foi fazer a anunciada conferência de imprensa, aonde transmitiu aos Senhores Jornalistas presentes, que o relatório preliminar, que ninguém viu, penso que só o Executivo, ou o Executivo em permanência, viu o dito relatório, porque não sei se mais alguém viu, apontava para a tal dívida superior em cerca de 6 milhões de euros, relativamente ao que estava registado na DGAL, entre outras coisas.

Tivemos todos, oportunidade de ver notícias relatadas, nos jornais locais e nacionais, na imprensa falada e na imprensa escrita, notícias sobre a pretensa Auditoria, que pelos vistos agora é confidencial. Foram publicados, passo a dizer: Mensageiro de Bragança, Jornal de Notícias, Terra Quente, Rádio e facebook, no facebook do jornalista Fernando Pires, no Expresso, na Rádio Brigantia, no Porto Canal, entre outros; e agora que finalmente apareceu a dita Auditoria, eu Membro desta Assembleia Municipal, não posso ter acesso a ela? Membro do Órgão Fiscalizador do Executivo Municipal, não tenho acesso a ela? Nós todos, nós todos, Membros desta Assembleia Municipal, não podemos debater nesta Assembleia Municipal, os resultados da Auditoria? Mas a Senhora Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara pode andar meses a falar na Comunicação Social, das conclusões que afinal eram confidenciais? Quase me apetece perguntar, do que tem medo a Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara? Porque é que não se pode discutir um relatório, pago com dinheiros públicos, e antecipadamente tão publicitado pela Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara? De que tem medo Excelentíssima Senhora Presidente? Talvez, digo eu, de assumir em público que afinal os exercícios anteriores, nomeadamente aqueles em que estive à frente da Autarquia o Eng.º António Branco, não foram assim tão maus. Que afinal, aquilo que andou a vender aos Mirandelenses não era exatamente, assim.

Excelentíssima Senhora Presidente, reconhecer os nossos erros, reconhecer que nos enganamos, não nos torna piores pessoas e se, genuinamente, aprendermos com os erros seremos certamente melhores pessoas e no exercício de funções públicas faremos um melhor serviço público.

Parafrazeando a Excelentíssima Senhora Presidente, que diz: “por uma questão de transparência, de coerência e dos valores e da ética” vou colocar à Excelentíssima Senhora Presidente cinco questões muito rápidas, termino já, que gostaria de ver respondidas com o rigor que a situação exige.

Primeira questão: Foi feito algum aditamento/alteração ao contrato celebrado, contrato que eu tenho aqui, ao contrato celebrado pelos serviços da Câmara Municipal e a Deloitte, no dia 1 de fevereiro de 2018, com o nome “Aquisição de Serviços para Análise da situação Financeira da Câmara Municipal de Mirandela”

Segunda questão: Por favor diga-me exatamente, onde é que está no contrato, a dita cláusula de confidencialidade?

Terceira questão: A existir cláusula de confidencialidade, ela foi imposta por quem? Câmara ou Deloitte?

Quarta questão: A Presidente de Câmara e o Executivo em permanência, não estavam sujeitos igualmente à cláusula de confidencialidade?

Quinta questão: Foi obtida prévia autorização escrita da Deloitte, que tivesse legitimado a divulgação pública de informação confidencial do relatório preliminar?

Disse. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Nogueira (PS) disse:**

Cumprimento a Mesa da Assembleia, Senhor Presidente e Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Vereadores, caros Colegas, Público em geral. Bom dia a todos.

Na última Sessão da Assembleia Municipal de Mirandela pretendeu-se designar mais representantes das Freguesias do Concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Certo, de que esta pretensão seja porque a Lei assim o permite, e não porque se sintam mal representados, pelo atual representante das Freguesias, que sou eu, e para que não restem dúvidas relativamente ao trabalho desenvolvido por essa Comissão, passo a clarificar: Na qualidade de representante das Freguesias do concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf), eleito na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017, nos termos da Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, venho informar esta Assembleia Municipal que a CMDf reuniu duas vezes no corrente ano, sendo que a primeira reunião foi a 14 de março e teve o propósito de implementar as alterações a nível da legislação relativa ao Sistema de defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI), bem como de responder à nova composição da CMDf, por força das alterações verificadas a nível dos Órgãos Autárquicos.

Nesta primeira reunião foram, também, apresentados os elementos que passaram a compor a CMDf, nos termos do artigo 3.º-D da Lei 76/2017 de 17 de agosto; foram ainda aprovados critérios específicos de gestão de combustíveis, nos termos do Decreto-lei n.º 10/2018 de 14 de fevereiro, e fez-se a monitorização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

A segunda reunião aconteceu no dia 12 de abril, onde se debateu e aprovou o Plano Operacional Municipal (POM) 2018.

Refira-se ainda que ambos os planos referidos se encontram disponíveis no portal do Município e que a CMDf estará sempre disponível para prestar as informações ou esclarecimentos que sobre esta matéria sejam necessários.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se não acrescento mais nenhuma referência cerimoniosa neste cumprimento é para lembrar a Vossas Excelências que o Regimento que aprovamos e que está em vigor, é para ser respeitado. É uma questão que eu queria aqui assegurar perante Vossas Excelências, porque sendo uma carta de regras e um regulamento, ele diz respeito a todos. Se respeitarmos o Regimento no decurso destas nossas Sessões decorrem serenamente, com respeitabilidade e com dignidade, esse é o meu preceito e é um apelo que eu faço a esta Câmara.

Julgo que Vossas Excelências devem ter tido conhecimento, a maior parte das pessoas, que no dia 19 de maio decorreu em Mafra o primeiro Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais. Queria aqui dizer que foi uma cerimónia interessante, importante e que foi presidida pela Senhora Ministra dos Assuntos Parlamentares, Maria Manuel Leitão Marques, e à qual esteve presente também o Secretário de Estado das Autarquias Locais. Estiveram presentes centena e meia de pessoas, Membros das Assembleias Municipais, e constatou-se que houve uma adesão formal na sequência da deliberação das respetivas Assembleias, de mais de uma centena de Assembleias Municipais em Portugal. O que quer dizer Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Membros desta Assembleia que a Associação Nacional das Assembleias Municipais, nascida em Mirandela, na nossa Cidade, na nossa Assembleia, com o apoio das restantes Assembleias Municipais do distrito de Bragança, registada, feita escritura em Mirandela, é agora em Portugal um parceiro social e portanto é uma estrutura política apetecível.

Queria dizer-lhes, também, que no decurso, na parte final deste primeiro congresso foi apresentado e distribuído um livro editado pela Associação das Assembleias Municipais, em Portugal, livro esse que tem um título muito significativo, o título é “De Mirandela para o País”.

Vossas Excelências sabem, todas as nossas gerações foram habituadas a ouvir falar de “Lisboa para o País”, neste caso concreto, acho é muito honroso sair alguma publicação que fale de “De Mirandela para o País” é o inverso. Esse livro, eu pedi à Senhora Assistente uma vez que a Assembleia Municipal de Mirandela, não fez parte desse primeiro Congresso, pedia à Senhora Assistente, à Dona Céu, se fazia o favor de levar, como oferta, não gostaria de privar que a nossa Assembleia ficasse sem esse livro que foi editado e que está a ser distribuído a todos os Municípios em Portugal, ao Senhor Presidente da

Assembleia Municipal. Tenho também um exemplar para a Senhora Presidente da Câmara que entregarei pessoalmente e claro que não me dispensarei também de entregar um exemplar a cada um dos Grupos Municipais o que faço com o maior prazer e ficando disponível para qualquer diálogo, qualquer explicação que seja necessária.

Aproveito, ainda, os dois minutos que me restam, para perante Vossas Excelências, com o Vosso testemunho, reiterar, repetir aqui, como conterrâneos, o meu enorme respeito, a minha estima, o gosto que me dá o convívio com a população da aldeia de Vale de Salgueiro. Naturalmente aqueles que estão mais próximos de nós sabem muito bem que não seriam precisas estas palavras, porque tenho residência legal, em Vale de Salgueiro, não sendo eu natural, nem tendo nascido naquela aldeia. Com isto quero dizer que toda a polémica que surgiu na sequência da minha intervenção sobre as Festividades dos Reis e sobre o programa que então tem tido tanto acidente de polémica que mereceu referência de tanta gente, da Comunicação Social. Eu fiquei espantado quando o Jornal de Notícias e a estação televisiva do Porto Canal me veio pedir comentários.

Tenho o maior respeito pela convicção dos outros, pelas tradições, mas também tenho um profundo respeito por mim próprio e pelas minhas convicções. Cada um é livre de fazer e de educar os seus como quer e entende, mas nada me priva como profissional que passou 40 anos a tratar de crianças e a ter cargos de elevada responsabilidade de eu entender que não é uma prática aceitável e que não se coaduna com os meus princípios. Respeito a respeito, cada um fica com o seu. Nessa sequência, Senhor Presidente da Assembleia irei redigir um requerimento que é uma fórmula regimental da nossa Assembleia que apresentarei para naturalmente, entre outras coisas que venham ao meu raciocínio de momento, pelo menos para saber, quando começou a tradição e como começou essa tradição.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado Manuel Pavão.

Se me permitem, vou fazer aqui uma pequena interrupção em relação às intervenções, para formular desde já o meu agradecimento pela oferta do Sr. Deputado e deixe-me dizer-lhe que me congratulo muito com o sucesso que a ANAM começa a revelar. Para além das opiniões pessoais advindas da campanha eleitoral passada e já aqui discutidas, toda a gente sabe que tenho uma posição ligeiramente diferente, mas quero que saiba, que reconheço o mérito dessa Associação de que o nosso ilustre Deputado foi o principal mentor e que da minha parte não houve nunca, nenhuma força de bloqueio a que a representatividade de Mirandela venha a acontecer. Este assunto está em cima da mesa, já foi colocado ao Executivo, já foi debatido em reunião de Comissão Permanente e aquilo que esta Assembleia em tempo útil entender fazer em relação a isso, é aquilo que se irá fazer.

Resta-me felicitá-lo pelo sucesso que teve este Congresso a nível nacional.

Obrigado Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:**

Senhor Presidente, eu julgo, que não terminei o meu tempo, dá-me 15 segundo, só para alertar esta Assembleia para o seguinte: quando o Senhor Presidente da Mesa fala que já apresentou como representante da nossa Câmara ao Executivo, é aí que reside o busílis da nossa luta. O que eu tenho lutado e que descobri ao longo de dezasseis anos é que as Assembleias Municipais são um Órgão equivalente, de igual dignidade, aos Executivos, às Câmaras Municipais, a Constituição prevê isso, de modo que a nossa luta, eu desejava que assim fosse é que a Assembleia Municipal, esta e as restantes 308 do nosso país, sejam soberanas administrativamente, financeiramente, sejam autónomas e não possam ter que solicitar nem estender a mão a nenhum Executivo Municipal. Que sejam absolutamente independentes, só assim meus caros amigos, é que as Assembleias Municipais podem fiscalizar os Executivos, de outra maneira eu não acredito e como eu, muitos portugueses não acreditarão.

Obrigado senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Tenho de acrescentar que nesse campo estarei de facto com esse projeto, pois é fundamental para que as Assembleias, para todos nós, que tenhamos um papel mais importante, que sejamos ouvidos e não estar continuamente dependentes da boa vontade e muitas outras vezes de más vontades que se verificam..., não estamos a falar do nosso caso, estamos a falar de forma geral de muitos Executivos por esse país fora.

Toda a gente já fez as suas intervenções, sendo assim, eu pergunto à Senhora Presidente da Câmara se quer dar respostas a estes assuntos?

Senhora Presidente eu peço desculpa, estávamos a aguardar para o fim, mas se calhar é pertinente, temos uma Moção, votá-la já para terminarmos, se me permite, com a Ordem do Dia, já lhe dei a palavra, pode ser? Não leva a mal?

Então, sendo assim, vamos votar a Moção apresentada, mas primeiro vamos perguntar se a Assembleia aceita que seja votada a Moção e eu pergunto quem é que está contra?

A Moção só é uma e foi apresentada pelo Deputado Jorge Humberto.

Aquilo que o Deputado Paulo Pontes me apresentou não entendo como Moção, entendo como uma Recomendação, e assim sendo, ela vai ficar pensada à Ata e vai chegar aos destinatários, mas não tem o cariz de uma Moção.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Moção propriamente dita, só temos uma, sob a forma de Moção é a apresentada pelo Deputado Jorge Humberto, intitulada “Água um bem público inalienável “. Como regra Regimental, coloco à consideração da Assembleia Municipal, a aceitação da Moção para votação.

Quem se opõem?

É para intervir sobre este aspeto Senhor Deputado Paulo Pinto?

Declaração, faz no final, está bem?

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Eu tinha pedido, só para interpelar a Mesa, eu confesso que não percebi bem o conteúdo da Moção e pedia à Mesa ou ao Senhor Deputado Jorge Humberto que nos esclarecesse melhor, porque eu nem sei se devemos aceitá-la, votar a aceitação ou não, nem sei que sentido de voto deva ter, quanto ao conteúdo. Gostava de ser melhor esclarecido, não sei se isto é possível e não sei se os restantes Deputados ficaram suficientemente esclarecidos sobre o conteúdo da Moção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Sobre a aceitação ou não da Moção, não vamos pedir esclarecimentos, podemos fazer e vamos fazê-lo é ler na íntegra a Moção.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Passo a ler a Moção entregue pelo Senhor Deputado Jorge Humberto, intitulada “Água um bem público inalienável”.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

Votamos, então, a aceitação ou não, da Moção. Estão 50 Deputados Municipais na sala.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Deputado Agostinho Beça, é sobre a Moção novamente? Tudo bem.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Eu continuo sem perceber, se há de facto, e portanto deveria, talvez, o Executivo ser questionado sobre o assunto, alguma negociação para entregar à Resíduos do Nordeste, porque eu desconheço em absoluto, este tipo de negociações, Águas do Norte, ou Resíduos do Nordeste, não sei, não faço ideia, não sei como devemos votar confesso, desconheço em absoluto este processo, eu e penso que a grande maioria dos Deputados.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Antes disso, parece-me como Mesa, que o Executivo não tem que dar explicação sobre uma Moção. Uma Moção apresentada à Mesa da Assembleia é para ser discutida pela Assembleia, ponto final. Segundo, se não entende Senhor Deputado, abstenha-se, vote contra. Eu também não entendo profundamente questões técnicas, mas é uma Moção que foi lida, damos-lhe o entendimento que individualmente cada um quer dar.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores.

Para mim não é uma Moção, com toda a sinceridade. Uma Moção para mim tem que ser uma situação objetiva e pragmática em termos metodológicos, e isso não existe, isso é uma diversificação em termos de complementaridade de várias opiniões que o nosso Deputado Municipal faz em termos de intervenção. Eu chamar-lhe-ia intervenção e não Moção. Por isso, eu estou como o meu caro amigo, Agostinho Beça, estou também, com dificuldade de entender esta Moção.

Não sei se a Senhora Presidente de Câmara tem alguma perspetiva ou “alguma coisa metida na manga” que eu não saiba, o que é que vai fazer em relação às Águas em alta e às Águas em baixa, ao Resíduos do Nordeste, enfim, eu não compreendo muito bem este tipo de Moção. Eu acho que o meu Grupo Parlamentar vai votar contra.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Eu volto a referir o seguinte, as Moções antes de serem votadas, são aceites ou não são pela AM. Ora vamos lá ver..., individualmente cada Deputado, se entende que não há esclarecimento suficiente para que ela seja votada deve votar contra a sua aceitação, é tão simples como isso.

Agora não vamos de facto falar de um assunto que não está na ordem de trabalhos e colocar a Senhora Presidente a dar justificações sobre um assunto que eu ainda não sei se vai ser aceite para votação. Eu vou começar exatamente por isso, vou pôr à consideração da Assembleia a aceitação da moção.

Deputado Virgílio Tavares o que tem a dizer sobre o assunto, por favor?

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:**

Senhor Presidente eu penso que dado o conteúdo que ouvimos da referida Moção, há aí, efetivamente muitos esclarecimentos, para podemos nós, tomarmos uma posição, a favor, contra, ou abstenção e antes de ser posta à consideração, se vai ou não a votação, e dado que os assuntos que trata, que é o assunto da água, e a alienação inclusivamente desse património, acho que a Senhora Presidente da Câmara tem uma palavra importante e decisiva para nos esclarecer, se há ou não há, portanto, o conteúdo da Moção, se tem ou não tem razão de existência, se existe ou se não existe alienação e tudo isso. Depois, então, seria colocada à votação da Assembleia, se aceitamos ou não, esta é a minha opinião.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Assim sendo e se a Senhora Presidente estiver de facto na disposição de dar uma justificação, isto foge um pouco àquilo que é o espírito da apresentação de Moções à Assembleia, aliás, fuge completamente, é assim que eu entendo, mas se a Senhora Presidente quiser fazer o favor de nos dar essa explicação e abrir uma exceção, nós agradecemos.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Eu já pedi a palavra Senhor Presidente.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

A Moção tem um cariz ideológico, muito vincado. Nós não temos dúvidas que vamos votar contra, ainda que merecêssemos explicações adicionais. Mas as Moções, porventura, não terão que ser colocadas pela Mesa à Assembleia, e porventura votadas, se são aceites ou não?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

E não foi isso mesmo que a Mesa colocou?

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Estamos a votar uma proposta que mereceu uma segunda leitura para explicar à Assembleia.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Para a Assembleia se pronunciar se a aceitava ou não.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

A outra proposta que agora querem transformar em recomendação pecou por excesso de explicação, mas não deixa de ser uma Moção na sua parte final e bem clara. Portanto, reconsiderem, esta questão. Se há votação ou não à aceitação das Moções que agora acabaram de entrar na Mesa da Assembleia.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado Paulo Pinto foi dito logo no início que primeiro ia-se fazer votação da aceitação e em caso afirmativo se faria a votação do respetivo conteúdo, seguindo o Regimento, como sempre foi prática na Assembleia.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

Damos então a palavra à Senhora Presidente de Câmara.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Bem eu já tinha pedido a palavra antes até de iniciarmos o debate sobre esta questão. De facto, esta questão e o título eu concordo, em absoluto com ele, convém, é dar alguma explicações sobre esta situação, porque de facto, a água é um bem público e portanto, estamos, todos com o objetivo comum de proteger as tarifas da água. Convém esclarecer que neste momento, a situação e já é assim há alguns anos, água em alta é fornecida pelas Águas do Norte, antes Águas de Trás-os-Montes e água em baixa, sempre esteve sob a tutela da Câmara Municipal, exceto algumas Freguesias que têm a gestão da água própria.

Aquilo que posso referir, relativamente às negociações que existem com a Resíduos do Nordeste, é que de facto, há alguns anos, pelo menos dois anos, foi feita uma alteração de estatutos da Resíduos do Nordeste, de forma a possibilitar a que as águas em baixa pudessem transitar para a Resíduos do Nordeste. Essa alteração dos estatutos foi aprovada, também com a concordância do antigo Presidente da Câmara, Eng.º António Almor Branco. No entanto, o ponto de situação neste momento é o seguinte: houve uma reunião, com o Secretário de Estado, no sentido da Resíduos do Nordeste poder gerir a água em baixa e a água em alta. Mirandela esteve representada na reunião, não com o Secretário de Estado na reunião em que se discutiu a questão da água, dos resíduos e na altura quem esteve na reunião foi o Vereador José Cunha e a nossa posição foi a seguinte: nós não íamos tomar uma decisão sem levar este assunto à reunião do Executivo e à reunião da Assembleia Municipal. Portanto, não existe decisão, pelo menos em relação a Mirandela da concentração da transferência da competência da Câmara Municipal para a Resíduos do Nordeste. Neste aspeto existem posições diferentes, dos diferentes Municípios, temos também, a situação de Bragança, que só aceita transferir essa competência, se a alta for para a Resíduos, ou seja haver a verticalização, tem pontos favoráveis e pontos desfavoráveis. Temos dúvidas que consigamos na Resíduos do Nordeste ter capacidade Técnica para gerir a alta e a baixa, e a baixa sem a alta, tem muito prejuízo para as Câmaras Municipais. Todos sabem que isso está também no relatório da Auditoria que temos uma dívida grande, com as Águas do Norte, que estamos a tentar resolver, todo o património que na altura foi cedido dos Municípios para as Águas e portanto esta temática, posso-vos garantir que não está decidido. A decisão vai a reunião de Câmara e vem também a reunião de Assembleia Municipal, com propostas concretas, no âmbito da gestão da água. Consideramos ser um assunto demasiado importante para que a decisão seja do Executivo em permanência, numa reunião de Executivo e virá sempre à Assembleia Municipal, para que todos possam ter fundamentação Técnica, fundamentação Política para poder assegurar a questão da água. O que, de facto, está aqui em causa são alguns milhões, que o Governo está a pôr nesta questão, ou seja, os Municípios que aderirem à descentralização, à transferência dessas competências poderão ter benefícios, com transferência de milhões de euros, e é isso que tem assegurado que alguns Municípios têm estado a ponderar fazer esta transferência, mas como disse e volto a repetir, nunca nada será decidido em Mirandela, sem vir a esta Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado Senhora Presidente, eu espero que com esta explicação tivesse ficado clarificado o assunto ao ponto de estarmos em condições de decidir se aceitamos a Moção ou não e assim sendo, eu pergunto quem é contra a apresentação desta Moção?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

São 37 votos contra.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Quem se abstém?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**
São seis abstenções.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Assim sendo não há aceitação para apresentação da Moção. Senhor Deputado Jorge Humberto a Moção não vai seguir em frente. Uma declaração de voto? Com certeza.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**
Com os agradecimentos à Senhora Presidente pelos esclarecimentos, fiquei de facto inteirado do que estávamos a votar e a nossa Declaração de Voto é que de facto esta Moção seria extemporânea. Obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Em relação à questão apresentada pelo Senhor Deputado Paulo Pontes, que eu entendo como uma recomendação e que dialogou aqui com o Sr. Segundo Secretário da Mesa, chegaram a algum consenso sobre o assunto?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**
Sim, o Senhor Deputado Paulo Pontes reconhece em conciliação com o Secretário da Mesa que a formalidade da apresentação não configura uma Moção, vai reformulá-la e aproveitar o ponto de Outros Assuntos de Interesse para o Município para apresentar devidamente com o rigor formal que uma Moção obedece.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
É uma boa forma de resolver o assunto.
Sendo assim, Senhora Presidente, com as minhas desculpas pela interrupção, solicito dê respostas às questões que colocaram se assim o entender.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**
Agradeço em primeiro lugar, todas as intervenções. Vou tentar ser o mais rigorosa possível em todas as questões que foram levantadas. Caso alguma questão fique por responder, agradeço que façam essa ressalva, foram muitas intervenções importantes e pode-me ter falhado aqui alguma coisa, julgo que não.
Vou começar por responder pela ordem que os Senhores Deputados fizeram a própria intervenção e começo por responder ao Deputado Paulo Pinto.

De facto, esta questão das Festas de Nossa Senhora do Amparo, como todos entendemos, esta Festa é uma Festa anual que tem um impacte muito grande na cidade e portanto, temos realmente que ter, em relação à Festa e à Confraria, todos os esforços que todos os Mirandenses fazem relativamente à Festa e que todos aqueles que nos visitam partilham connosco o gosto desta Festa. Têm levantado questões que são resultado de falta de planeamento, a verdade é esta, falta de planeamento relativamente à obra do Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Quando se lança a obra, quando se contrata a obra da Senhora do Amparo, não houve um planeamento com a Confraria, para onde deslocalizar as Festas? Todos sabíamos que não era possível realizar as Festas em período de obras. Portanto eu não estou aqui a lançar para trás a responsabilidade, mas de facto, um planeamento de uma obra, carece sempre, de todas as situações, que utilizavam aquele espaço, tivessem opções e essa situação deveria ter sido acautelada, na altura do início das obras e portanto estamo-nos a referir a situações que a Confraria de Nossa Senhora do Amparo, conhece, fizemos reuniões com a PSP, que eu julgo que está interessada em que os terrados e a Festa seja efetuada em situações de segurança para todos, especialmente para as crianças e foi essa a situação. Relativamente ao PSD, o Senhor Vereador José Cunha, na altura apresentou uma proposta de solução, o PSD nunca apresentou nenhuma proposta de solução relativamente à localização dos equipamentos do Luna Parque. Todos os comerciantes e gestores dos negócios do Luna Parque, estariam representados e o interlocutor deles era a Confraria, ou seja, sempre que nós falávamos com a Confraria eles traziam-nos as propostas dos empresários. É óbvio que nós temos uma responsabilidade Técnica, temos uma responsabilidade política e o facto de falarmos neste assunto na reunião do Executivo Camarário não tira nenhum prestígio ao executivo Camarário, antes pelo contrário. Estas questões são questões que têm um impacte direto na cidade e nos Mirandenses e portanto são situações que têm que ser levantadas, corrigidas, sempre que é necessário, de facto, a solução consensual a que a PSP, a Confraria e o Município chegaram, não obteve a concordância dos empresários, verdade. Porque os empresários estão obviamente a trabalhar em torno do lucro que vão ter, e portanto, aquilo que aconteceu foi nesta fase ceder aos interesses da própria Confraria, no sentido de terem os empresários satisfeitos, no local que foi selecionado, que foi a Zona Verde. Não é a situação ideal, não é a solução final, mas é uma solução temporária para este ano. Agora acusarem o Executivo de não estar a fazer o seu trabalho, não concordo, porque este trabalho, era um trabalho que devia ter sido feito antes das obras serem iniciadas, prevendo que nunca mais poderiam instalar o Luna Parque dentro das instalações do Santuário, porque a envolvente vai ser toda qualificada em granito e portanto é uma situação que deveriam ter acautelado. Falta de planeamento Senhor Deputado Paulo Pinto nas obras posso-lhe garantir que houve falta de planeamento, muito especialmente em obras que põem em causa as Festas e o Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Já agora, em resposta a uma situação que foi colocada se houve alteração de projeto. Não houve alteração de projeto a única alteração que houve em relação ao projeto inicial foi o corte das árvores que estava previsto e que nós não concordamos com o corte das árvores no passado em frente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo e portanto a única situação que foi alterada foi realmente essa, o resto do projeto está exatamente igual, uma primeira fase e uma segunda fase que ainda não está a decorrer, está a decorrer a primeira fase. Prevemos e estamos a contar que pelo menos a parte frontal que tem maior impacte nas Festas, temos feito todos os esforços com o empreiteiro que esteja tudo pronto até às Festas, mas de facto é uma obra muito complicada. Todos sabem que foi feito um trabalho de esvaziamento do Açude, é uma obra com especificidades Técnicas e com exigências muito rigorosas relativamente à segurança também dos trabalhadores.

Em relação ao Deputado Virgílio Tavares, o tema foi também a Confraria, alteração do local dos terrados, pessoas de fora para explicar, os custos com as alterações. Relativamente a esta questão o que vos posso dizer é que o que foi combinado com a

Confraria de Nossa Senhora do Amparo, o valor do subsídio, da atribuição do apoio do Município que foi igual ao do ano passado, 120.000,00€. A este apoio o ano passado foi adicionado o apoio aos concertos, este ano vai ser a abertura com a ESPOARTE e portanto já está tudo delineado, o cartaz está pronto, falta só afinar alguns pormenores. Parabéns a todos os que trabalham na Confraria porque, de facto, têm feito um trabalho brilhante. Quando o Senhor Deputado Virgílio Tavares fala que o atual Executivo tem tendência para alterar todos os projetos, não posso estar mais em desacordo, porque, de facto, aquilo que se tem passado, é pelo menos em relação aos projetos que estavam em andamento foi seguir com os projetos, em algumas obras municipais, concretamente na entrada Norte a situação não foi acautelada, ainda ontem abordamos esta questão das obras municipais, porquê? Porque os empreiteiros concorrem às obras com os preços muito “esmagados” e depois não estão muito preocupados com a questão da mobilidade das pessoas, nem do impacto que tem nos comerciantes. Isso é uma situação que acontece na Nossa Senhora do Amparo, não existia sequer a questão da sinalética que é obrigatória, nem da entrada Norte, portanto, podemos dizer-vos que as obras municipais que estão a decorrer na entrada Norte, mais à frente falaremos das Escolas, qual é o ponto de situação. São obras de avultados montantes, são obras que têm impacto direto nos comerciantes, mas que há previsão que esteja tudo em condições de acolher os nossos emigrantes nesta altura em que temos as Festas de Nossa Senhora do Amparo, pelo menos tem sido feito um esforço junto dos empreiteiros para que seja possível e os pagamentos têm estado em ordem pese embora os Fundos Comunitários não sejam pagos quando é feito o pedido de pagamento e é uma situação que tem acontecido.

Relativamente à Deputada Débora Pereira, também agradeço as questões colocadas, de facto, no próximo Conselho Municipal de Juventude, dia 12 de julho vai ser tratada a questão da Assembleia Municipal Jovem. Relativamente aos jovens há aqui algumas situações que eu gostaria de partilhar convosco e agora estamos a falar das questões relacionadas com o balanço que fizemos do presente ano letivo. As Escolas estão qualificadas, a escola do Convento, a escola do Fomento, a escola Luciano Cordeiro e a Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência (UAEM de Mirandela). Houve uma alteração ao projeto da escola Luciano Cordeiro para que pudesse acolher esta Unidade que funcionava em Carvalhais. Vai haver uma reunião na próxima semana na DGEST, para que esta Unidade possa arrancar já no próximo mês de setembro com todas as condições para os nossos meninos que infelizmente têm condições particulares de vida. Temos o Projeto do Insucesso Escolar que também está a ser implementado. Relativamente às valências educativas, temos uma oferta aumentada, na Escola Profissional de Agricultura, vários Cursos Profissionais Nível IV, Técnicos de Produção Agropecuária, Mecatrónica Automóvel, Vitivinícola, Turismo Ambiental e Rural, Cozinha e Pastelaria, Restaurante Bar, em relação aos Cursos CEF, Tratador de Animais, Operador de Máquinas Agrícolas e também Tratador Devastador de Equinos, Agente de Geriatria e Eletricista de Instalações.

Da Escola da ESPOARTE conseguimos manter as turmas que estavam em discussão, ou seja junto da DGEST, temos o Curso Básico de Instrumento, o Curso de Instrumentista de Cordas e de Tecla e Curso de Instrumentista de Sopro e de Percussão, portanto, não existe qualquer diminuição da oferta educativa como tinha sido previsto em algumas situações.

Relativamente à política Municipal para a Juventude, para além da oferta formativa, temos uma agenda cultural ligada aos jovens, uma oferta desportiva, como todos sabem, também agora aumentada com o Clube Fluvial de Mirandela com a Escola de Canoagem, que ainda ontem estivemos reunidos para acertar os últimos pormenores e também um alojamento jovem para estudantes do Ensino Superior e jovens casais. Em relação a isso vou falar mais à frente.

Relativamente a uma reunião que vamos ter com o IPB no próximo dia 5 de julho, em que temos para apresentar um programa “Casa para quem Estuda, Companhia para quem Precisa”, que é a conjugação das duas situações. Um arrendamento jovem e também um Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP) de Música, no IPB, que foi um Curso que foi aprovado no passado e que ainda não teve início durante o ano letivo anterior.

Relativamente à habitação social falo mais à frente e relativamente à Juventude, acho que está respondido à Deputada Débora Pereira.

Relativamente ao deputado Jorge Humberto foi aquele assunto que estivemos a responder ainda agora e portanto julgo que já está tudo sanado.

Relativamente ao Deputado António Figueiredo que fala das licenças que foram emitidas ao Pingo Doce, relembro o Deputado António Figueiredo, que julgo, termos que respeitar também aqui a função e a atividade dos nossos Técnicos de Urbanismo. Como disse alguém aqui numa intervenção, não somos melhores que os outros, nem os outros são piores do que nós, porque de facto as críticas em relação ao profissionalismo dos colegas são sempre bastante complicadas. O Senhor Arquiteto, aqui, enquanto Deputado Municipal, julgo que, existe aqui e permitam-me que diga isto com toda a frontalidade, respeitando muito a atividade profissional do Arquiteto Figueiredo, julgo que há aqui alguma confusão, entre a atividade profissional, enquanto Arquiteto de projetos e Deputado Municipal e muitas vezes isto contraria tudo aquilo que está no Regimento, tudo aquilo que está nos Regulamentos e não é possível estarmos, ou não deveria ser assim, porque o uso da atividade de Deputado Municipal pela qual tenho todo o respeito não nos dá ferramentas para termos acesso a processos de colegas e depois vir aqui criticar uns e outros. Pior ainda do que isso está relacionado com as acusações e com a forma como o Arquiteto vem exercendo a sua atividade, até porque, como sabe temos vários processos em Tribunal quer as Juntas quer a Câmara. Décadas depois de fazer os projetos, reclama agora o valor dos projetos, pena é que não se tenha lembrado antes com os anteriores Executivos, não sei se está relacionado com a questão da mudança do Executivo, mas de facto é lamentável.

Relativamente aos licenciamentos do Pingo Doce a licença mantém-se, o âmbito do exercício mantém-se, foi avaliado pelos nossos Técnicos e, portanto, lamento profundamente que venha agora com esta questão uma vez que e acredito que os Técnicos que estão na avaliação dos projetos e os Técnicos que estão envolvidos no Urbanismo estarão a fazer o seu trabalho, se não estiverem realmente têm que ser, e são avaliados pela tutela e teve o acompanhamento do Vice-presidente Orlando Pires.

Deputada Patrícia Bernardo, relativamente ao Voluntariado Jovem, o Município de Mirandela através do Portal da Juventude e do IPDJ está a preparar uma candidatura ao Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas que poderá abranger mais de 20 jovens. Neste sentido aproveito até para sensibilizar e despertar os Jovens para a importância do Voluntariado e da Cidadania. O programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas tem a ver com Câmaras e Juntas de Freguesia, as atividades a desenvolver são a sensibilização, inventariação, recuperação de caminhos, limpeza e manutenção de parques de lazer, vigilância. Está tudo no Portal da Juventude e no “site” do IPDJ.

Relativamente à habitação social, este é um grande problema que a Câmara e o Município têm. A Câmara Municipal fez e está a fazer visitas domiciliárias para atualização dos dados das habitações sociais da Câmara Municipal e pretendemos trazer à reunião da próxima Assembleia de setembro para aprovação um novo regulamento das habitações sociais da Câmara Municipal, uma vez que já demos início de procedimento, no dia cinco de abril, que foi deliberado em reunião de Câmara no dia 26 de abril e está a ser executado em articulação entre o Gabinete Jurídico e a Ação Social.

Na habitação social foram efetuadas visitas domiciliárias para atualização de dados, aos 61 fogos, algo que nunca tinha sido feito, para conhecermos a realidade dos nossos inquilinos atuais que na grande maioria já não são as pessoas que efetuaram os arrendamentos iniciais. Nestas visitas não conseguimos encontrar todos os moradores, mas vamos voltar a efetuá-las em julho. Não focando só esse tipo de ajudas, é possível quantificar quanto é que é preciso investir para dignificar a habitação dos Mirandenses carenciados. Além das 21 visitas domiciliárias com a Técnica da Ação Social e um Engenheiro para sabermos a obras que são necessárias realizar em cada uma das habitações.

Vamos também criar um Banco Local de Voluntariado. É um instrumento facilitador para o exercício de uma solidariedade ativa, gerando valor entre todos os intervenientes do processo. Pretendemos avançar com um projeto próprio de combate à solidão e ao isolamento social, termos voluntários permanentes e pontuais. Vamos também agregar valor com o voluntariado empresarial, e será um espaço de aproximação entre as competências das empresas e as necessidades emergentes da comunidade, promovendo um território coeso, inclusivo e saudável. Estes protocolos terão uma dedutibilidade em 40% de IRC para as empresas aderentes. Os objetivos são promover a prática de voluntariado empresarial, mediar a articulação entre as oportunidades de intervenção e as competências das empresas e responder às principais necessidades de apoio às instituições e causas sociais selecionadas.

A Câmara Municipal de Mirandela vai também promover uma formação estruturada e contínua para as pessoas que se envolvem ou pretendem desenvolver atividades de voluntariado. Será efetuada de quatro em quatro meses, vai começar em setembro a custo zero para a Autarquia pois já temos um voluntário com competências para essa situação da formação. Portanto, em relação a estas questões levantadas com o Voluntariado, temos também aqui um levantamento de todas as habitações sociais no Bairro Operário, Bloco do MAP e do GAT, todas as situações das habitações que pertencem à Câmara Municipal e todas as habitações sociais que são também pertença do IHRU e, portanto, está a ser feito um levantamento que é uma das questões mais importantes que nós consideramos das carências e dos carenciados.

Em relação à questão levantada pelo Deputado Ricardo Fidalgo, julgo que o projeto de Abreiro, foi um projeto privado não tinha aqui qualquer questão colocada. Em relação aos percursos pedestres foi feito um contrato de aquisição de serviços para a dinamização dos passeios pedestres. Esta empresa faz sempre três visitas prévias aos percursos para limpeza e verificação das condições de segurança. A última visita é sempre acompanhada por Técnicos da Câmara que garantem as condições de segurança dos passeios. Durante os passeios há sempre Técnicos da empresa e Técnicos da Câmara Municipal que acompanham os grupos e é sempre feito um seguro dos participantes dos passeios pedestres que são organizados pela Câmara Municipal.

Em relação ao Hospital Terra Quente, ainda bem que levanta este tema, uma vez que houve Assembleia de Acionistas e posso-vos dizer que a intenção do Município, tal como está previsto na Lei, a alienação dos 10% que a Câmara Municipal detém no Hospital Privado. Isso foi dito em Assembleia de Acionistas é público e portanto aquilo que vai acontecer é que vai haver um concurso público para alienação dos 10% da participação no Hospital Privado. Esta situação tem a ver obviamente com a velocidade cruzeiro, em que Hospital está. Acredito que no início houvesse necessidade de ter uma participação pública, neste momento não se vislumbra qualquer benefício de termos uma participação no Hospital Privado, até porque, todos sabem que existe uma Lei que obriga, quando existe concorrência terá que ser alienado esta parte do património público e vamos fazê-lo através de um concurso público, que depois virá também aqui à Assembleia.

Em relação ao Dr. Carlos Liberato, não tenho qualquer situação a referir. Em relação ao Comité da Juventude, não existe Comité, é o Conselho Municipal da Juventude, as convocatórias têm seguido via "email", vão ser confirmadas, porque o "email" pode estar errado, não sei o que se está a passar. Vamos ver junto dos serviços o que é que poderá acontecer.

Relativamente a Carvalhais e às corriças de que falou, julgo que é melhor identificar o caso e enviar para o Gabinete de Veterinária que temos na Câmara Municipal e também para o Urbanismo que terá todo o gosto em receber.

Relativamente ao Deputado Paulo Pontes, eu gostei da intervenção, tem aqui algumas reflexões e explicações políticas muito curiosas, e os "silêncios" de que fala, também têm a ver com os nossos "silêncios", na vida e na política às vezes o "silêncio" diz mais que as próprias palavras. A justiça, a igualdade, a cidade a ruralidade, são sempre temas muito interessantes e nós também temos uma Junta de Freguesia na cidade que também tem algumas anexas e, portanto, tenho a certeza que todos temos que ter o tempo necessário para fazer melhor e se calhar com uma regrada utilização dos recursos públicos que temos.

Relativamente à dinâmica cívica que falou, também concordo. Relativamente aos eventos, realmente tivemos o desencontro no magusto de Vila Boa, mas depois voltamo-nos a encontrar lá. Às vezes é quase impossível estarmos em todos os eventos ao mesmo tempo, não temos o dom da ubiquidade, e portanto, vamos dividindo entre todos os Vereadores a nossa presença. Relativamente ao orçamento para 2019, estas transferências que vão ser feitas, vai haver uma reunião com todos, quem vai tentar tratar do orçamento para 2019 é, obviamente, o Vereador José Cunha que tem esse pelouro. Como eu disse no início da intervenção, vai ser feito o contrato com cada uma das Juntas de Freguesia. Os tais contratos, não são contratos de associação, mas são contratos que atribuem a cada Junta de Freguesia um determinado valor orçamentado, em função de determinados critérios. É óbvio que vão ser discutidos convosco os critérios que vão estar na base desta situação.

Temos ainda uma situação que gostava de partilhar convosco que tem a ver com a nossa descentralização, mas também vai haver descentralização do Governo, da Administração Central para as Autarquias, há pelo menos cinco diplomas, eu estive na reunião da Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo menos cinco diplomas já estão fechados. Vai haver uma nova Lei, em princípio, até ao final desta sessão legislativa, apesar do curto espaço de tempo, uma nova Lei da Finanças Locais. A proposta do Governo era muito penalizadora para as Autarquias de territórios de baixa densidade, mas que a Associação Nacional de Municípios veio debater nessa reunião e estar contra essa situação. Mas acho que vai chegar-se a um consenso. Mirandela vai ter um aumento muito ligeiro das verbas disponíveis, porque os critérios conjugados não são propícios para

grandes aumentos, apesar da Lei que está em discussão ser melhor em todas as situações daquela que está atualmente em vigor. Vamos aguardar, se vai ser ou não votada na Assembleia da República, mas esta nova Lei traz algumas melhorias relativamente à nossa situação.

Relativamente ao Deputado Agostinho Beça, importância da Escola na cidade, o Ensino Superior, a EsACT, claro que sim. A EsACT tem sido a formação de base para a Administração Pública. É uma situação que vamos ter que na reunião de 5 de julho falar com o IPB. Esta ligação da Rede Ibérica Ocidental Raiana e a ligação com Espanha, isso é uma situação que de facto temos discutido em reuniões da CIM e do Eixo Atlântico e aquilo que é prioritário, de facto é a ligação do Porto com Zamora, como ligação ferroviária. Julgo que essa ligação teria todo o sentido, nós temos que ter ferrovia no distrito, porque é uma forma importante de circulação de pessoas e de mercadorias.

Relativamente ao Deputado Carlos Ventura em que fala na confidencialidade do documento, vou ser muito direta relativamente a esta questão, como todos sabem foi distribuído o documento do relatório final da Deloitte a todas as bancadas parlamentares, a todos os membros do Executivo e à Mesa da Assembleia. A questão da confidencialidade tem a ver com a proteção de dados.

Existem dados de empresas constantes no relatório e portanto tem a ver com toda a situação do relatório que foi entregue a cada uma das bancadas parlamentares. É óbvio que o relatório pode e deve ser discutido em Assembleia Municipal, tenho até aqui um resumo do próprio relatório onde não constam, sequer, nomes de empresas, de fornecedores, de pessoas que têm dívidas à Câmara Municipal, esta é uma situação que está constante nas primeiras páginas do relatório de procedimentos acordados, às demonstrações financeiras e que está aqui todo vertido. É óbvio que foi tomada como precaução a situação da confidencialidade. É óbvio que esta confidencialidade se prende com o facto de haver situações que aqui, envolvem privados e empresas e se me deixarem continuar para eu explicar, este relatório vai ser enviado ao Tribunal de Contas, aliás já nos foi solicitado para ser enviado ao Tribunal de Contas, há realmente aqui uma situação que vai além daquilo que eu tinha dito que havia uma diferença de cinco a seis milhões, realmente é mais, é bastante mais, mas antes de passar à apresentação do relatório sem falar obviamente de situações de privados, só falando nas empresas municipais ou intermunicipais, julgo que o importante é realmente responder às questões que colocou.

De que tem medo a Presidente da Câmara? Não sei responder. Não tenho medo da trovoada, não sei ao que é que se refere... Mas depois tem uma série de perguntas, são cinco perguntas, que eu vou rapidamente responder.

Foi feito algum aditamento ou alteração ao contrato com a Deloitte? Não.

Onde está no contrato a dita cláusula de confidencialidade? A cláusula de confidencialidade está no relatório, não está no contrato. Imposta por quem? Câmara e Deloitte, julgo que foi imposta pelas regras nacionais. Os membros do Executivo estavam sujeitos a confidencialidade? Obviamente. A divulgação pública confidencial do relatório, é contraditório de facto, aquilo que pergunta é de facto contraditório. Relativamente ao relatório da Deloitte, não sei se ainda tem paciência antes de almoço par me ouvir, mas passo a dizer-vos que tenho aqui um documento de seis páginas, resumo destas situações, mas vou falar aquilo que é mais importante, aqui a nível de resultados da Deloitte. É óbvio que o Tribunal de Contas vai fazer a análise dele, mas cada um de vocês, pelo menos os representantes das bancadas parlamentares e os Senhores Vereadores também têm obviamente a sua opinião. Mas aquilo que vos posso dizer é que é possível extrair daqui algumas conclusões e recomendações quanto aos procedimentos de controlo interno que a seguir se apresentam. A estimativa feita pela Deloitte sobre o passivo do Município, ascende a mais de 27 milhões de euros e decorre do processo de confirmação externa de saldos, junto de fornecedores de serviços, credores financeiros, outros credores de exploração, advogados e outras entidades credoras do Município. As demonstrações financeiras do Município, em particular o balanço, têm dívidas reconhecidas, passivos de mais de 21 milhões de euros, ou seja, menos 5 milhões e 900 mil euros do valor apurado pela Deloitte. Aquilo que eu julgo que é mais interessante para além de tudo o resto é que, estamos a falar nas conclusões, o relatório da Auditoria evidencia múltiplas fragilidades no sistema de controlo interno da Auditoria, seja ao nível administrativo, e de forma particular, ao nível de procedimentos contabilísticos. Foram identificadas deficiências ao nível dos procedimentos de controlo das contas a receber, abrangendo todo o processo de contabilização, monitorização e cobrança as quais dificultam a identificação e resolução de situações de incumprimento por parte dos contribuintes e utentes e validação dos NIB's de pagamentos efetuados. Verifica-se que as contas a pagar da Autarquia não refletem as responsabilidades, relativamente a subsídios e transferências atribuídas de não pagas a Juntas de Freguesia e Associações, o que aliado à inexistência de procedimentos de corte de operações e especialização de custos e proveitos de cada exercício económico numa base mensal se tem traduzido numa subavaliação das responsabilidades do Município. Foram detetadas deficiências estruturais no controlo interno dos ativos imobilizados e das existências. Nesta conformidade, foi sugerido que a Autarquia elaborasse um manual de procedimentos e afinasse os mecanismos de controlo interno, tendo explanado algumas sugestões para a melhoria da eficiência dos procedimentos e para o registo tempestivo de todos os factos patrimoniais e de todas as receitas e despesas, proveitos e custos. Sobre esta matéria o Executivo de Mirandela já está a trabalhar para poder ultrapassar estas insuficiências.

Na nossa opinião, tudo aquilo que são receitas ligadas à Administração Central eram devidamente controladas, tudo aquilo que eram receitas da Câmara Municipal, não. Falo concretamente na água que tem sido uma situação gerida pelos serviços financeiros da Câmara posso-vos dizer que nesta primeira fase da intervenção da cobrança da água, já foram faturados mais de 60.000,00€, de cobranças que não tinham sido feitas.

Quanto a nós, a ausência de cortes de água nos últimos três anos permitiu que não houvesse uma justiça entre os Mirandenses, ou seja, os que pagam a água mensalmente e que alguns têm dificuldades no pagamento da água, e aqueles que não pagavam sistematicamente a água, muitas vezes tendo recursos para tal e sem que nada lhes acontecesse. Por isso, nesta primeira fase a situação tem corrido bastante bem, sempre que há carências económicas, os Mirandenses vão à Ação Social e é permitido que seja feito o pagamento da água através de prestações.

Vamos passar a uma segunda fase em que existem algumas dívidas por parte de entidades públicas e essa será também uma das fases importantes nesta questão.

Quanto ao Deputado Nuno Nogueira, agradeço a explicação relativa à Comissão Municipal de Defesa da Floresta, porque acho também que se deve dar conta à Assembleia das Comissões de que somos membros. Foi uma intervenção elucidativa daquilo que tem acontecido na Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Quanto ao deputado José Pavão, julgo que o nosso Presidente da Assembleia Municipal já respondeu, felicitá-lo também pelo sucesso que tem obtido e agradecer antecipadamente o exemplar “De Mirandela para o País”. Concordo com o facto das Assembleias Municipais serem órgãos equivalentes de igual dignidade, que administrativa e financeiramente sejam realmente autónomos e foi também essa a nossa posição na reunião de Comissão Permanente, relativamente a esta situação.

E acho que terminou por aqui.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Sendo assim, já há aqui um pedido de intervenções às questões levantadas pela Senhora Presidente, eu peço é o seguinte até porque o tempo urge, é que o Deputado que fez a pergunta é que deve ser o Deputado que agora vai interpelar. Sendo assim eu começava pelo fim que eu acho que é muito importante, e pedia ao Deputado Carlos Ventura que viesse dizer alguma coisa, sobre a sua intervenção. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:**

Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Senhora Presidente da Câmara, Executivo.

A última questão que a Senhora Presidente não percebeu vou voltar a colocá-la. Foi obtida prévia autorização escrita da Deloitte que tivesse legitimado a divulgação pública de informação confidencial do relatório preliminar? Esta era a quinta questão.

Eu continuo surpreso, não sei se os Senhores Deputados eu penso que esta parte todos nós entendemos, eu vou ler o texto que foi assinado pelos Senhores membros que receberam o relatório, e o texto diz assim, isto tem logotipo da Câmara Municipal, Declaração de entrega: “Considerando as cláusulas contratuais acordadas entre o Município de Mirandela e a Deloitte Associados, o presente relatório tem caráter confidencial, não podendo ser divulgado publicamente ou facultado a terceiros. Nestes termos declaro que aceito as condições anteriormente descritas. Alguma coisa está errada ou então sou eu, mas se calhar sou eu. A Senhora Presidente acabou de fazer aqui um resumo dela, dela, sem contraditório porque eu pessoalmente não consigo rebater aquilo que a Senhora Presidente diz. Eu até aceito por uma questão de civismo que aquilo que ela diga esteja vertido no relatório, mas eu tenho direito ao contraditório, eu não tenho documento nenhum, simplesmente porque não me é entregue, e a Senhora Presidente acaba agora uma sessão pública com a Comunicação Social, de falar sobre o relatório, de dizer coisas que estão vertidas no relatório. Mas ele é confidencial conforme o dia? À segunda, quarta e sexta é confidencial? Terça, quinta e sábado não é? Eu sinceramente, Senhor Presidente da Mesa eu peço alguma atenção a isto tudo. A seguir no tempo certo, quando a Senhora Presidente quiser discutimos o conteúdo do relatório, eu ainda não cheguei a essa parte. Eu só quero o relatório, pago com os dinheiros públicos, no meu entendimento como membro desta Assembleia e penso com todo o respeito, sem abuso, extensível a todos os membros, devem ter a posse do relatório. Se a Deloitte quer tirar o nome da empresa A da empresa B, número de contribuinte, da minha parte sem problema nenhum, agora eu quero ter o relatório. E só para terminar, no seguimento, se a Senhora Presidente depois quiser fazer mais alguma... Eu tinha aqui um papel, com tanto papel já me perdi. Eu depois entrego à Mesa, dadas estas respostas da parte da Senhora Presidente de Câmara, vou passar a ler uma Moção que vou entregar à Mesa.

“Moção”

Eu, *Carlos Alberto Ventura Marques*, membro eleito desta Assembleia Municipal e sendo a Assembleia Municipal o Órgão Fiscalizador por excelência do exercício do Executivo Municipal venho por este meio e ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro no seu artigo 25.º Competências de apreciação e fiscalização no n.º 2 – Compete ainda à Assembleia Municipal na alínea g) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do Município, conjugado com o artigo n.º 31 nosso Regimento da Assembleia Municipal.

Assim, apresentar uma proposta a ser votada nesta Assembleia Municipal com o seguinte teor:

“Que o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela forneça a todos os membros desta Assembleia o relatório da Auditoria da Deloitte sem nenhum impedimento de ele ser discutido nesta Assembleia Municipal.”

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Alberto Ventura Marques

Mirandela, 29 de junho de 2018.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado Carlos Ventura, naturalmente, não sei se a Senhora Presidente querará fazer alguma alusão, mas antes disso, dado que se dirigiu diretamente à Mesa, eu tenho que dizer o seguinte sobre o relatório da Auditoria, sem qualquer tipo de retaliação da minha parte: Quando ia levantar o relatório, eu Presidente da Assembleia não o levantei, porque entendi que não devia assinar aquela declaração..., e porquê? Dois motivos que quero deixar bem claro. Primeiro, só agora entendi a referida confidencialidade pelo que a Senhora Presidente acabou de explicar. Segundo, porque a meu ver a declaração não se justificava embora eu respeite muito a confidencialidade das empresas envolvidas no relatório, que podem vir a dar azo a questões judiciais. Mas também não assinei porquê? Pela pobreza, tenho de confessar Senhora Presidente, da declaração. E porque se alguém, dos envolvidos quebrar esse sigilo, quem vai saber a origem? Eu pelo menos poderei ficar descansado pois sabem que eu não fui, porque não levantei o relatório. O que é que eu sugeria? Não vamos levantar agora problemas, mas como nós precisamos saber o conteúdo do relatório, eu sugeria à Senhora Presidente o seguinte: que se a Deloitte quer seguir essa regra da confidencialidade, que faça uma segunda versão do relatório, omitindo ou censurando aquilo que não pode ser posto a público, sendo entregue essa segunda versão a todos os Membros desta Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Ó Senhor Presidente, eu me penitencio, com a grandeza das suas palavras neste momento. Sinto-me honrado por pertencer a esta Assembleia, e perceber que o meu Presidente da Assembleia, mais do que Presidente de uma Assembleia e com uma conotação política tem a equidade necessária para aquilo que são os assuntos verdadeiramente importantes para o Município, especialmente um relatório que tem a ver com as contas públicas, com os nossos impostos e onde já foram enxovalhadas pessoas de Mirandela. Dirigentes que trabalham todo o dia por “carolice” e de um dia para o outro viraram malfeteiros e porventura outras palavras que eu não digo.

Mas a minha intervenção vai no sentido dos terrados da Festa de Mirandela. Ó Senhora Presidente, dia 21 de junho foi a última decisão. A Senhora Presidente foi eleita a 23 de outubro. Se era tão importante a decisão, que eu acredito que seja, e eu sei que a sua decisão não é fácil e longe de ser a melhor, mas Senhora Presidente demorou oito meses, estamos a um mês das Festas e a Câmara Municipal a última decisão que teve foi a 21 de junho. Senhora Presidente, se era tão importante tinha que assumir as suas responsabilidades, não tinha que se escudar no Vereador Cunha, porque ele normalmente nunca reúne as informações todas e mais algumas, porque prepotentemente apresentou uma proposta e foi a dele que venceu. Porque o Senhor Vereador Cunha já faz isso mais vezes. Pegue aí no relatório Senhora Presidente, nas contas catorze empresas participadas, está lá o logotipo pegue lá, pegue lá, é que eu nem sequer trouxe o meu sob pena de mo roubarem e eu ter já lá o meu nome, se bem que eu vou precisar de um pedidório, porque eu vou romper com isso tudo. Ora veja aí nas catorze empresas participadas, veja o que é que diz aí na CIM, logo na primeira página ou na segunda, o que é que diz a CIM Senhora Presidente: a CIM que é onde tem assento nove Municípios, onde todos em conjunto, em comum resolvem problemas e realizam projetos na área do Turismo, da Educação... Senhor Vereador Cunha a respeito das LED's e das luzes que António Branco abdicou de 500.000,00€, esse dinheiro, jamais, nunca será da Câmara Municipal de Mirandela, é dinheiro que transita na Câmara Municipal de Mirandela para eficiência energética e depois dos ganhos de eficiência energética são transferidos para um fundo de eficiência energética a nível nacional. Ele não diz a informação toda, como nos terrados da Festa de Mirandela, não recolheu informação toda, Senhora Presidente, é por isso que lhe peço, presida, presida Senhora Presidente, sob pena do Vereador Cunha que ainda não percebeu que é um distinto Vereador da Câmara Municipal de Mirandela, mas é que é mesmo Vereador, o Senhor é eleito pelo povo, o Senhor tem a noção da grandeza do seu cargo? Pelo que lhe peço que tenha cuidado, porque parece um Vereador foguete a correr para a Comunicação Social quando não tem a informação toda recolhida.

Senhora Presidente a sua bancada hoje está muito melhor que o Executivo da Câmara Municipal, através da sua pessoa, adorei, permitam-me, as vossas intervenções, Senhor coordenador da bancada, Eng.º Beça, adorei as suas intervenções, foram pertinentes, focam verdadeiramente, pela primeira vez, sob pena de ser a sua bancada que está a inaugurar o mandato da Senhora Presidente, porque ela até aqui, só tem falado do passado, ela e o Senhor Vereador Cunha, me penitencio pelas intervenções feitas nesta Assembleia. Porque há duas pessoas aqui com mais responsabilidades, duas, mais duas, sabem quem são? O Senhor Eng.º Beça que eu reconheço que tem muito trabalho e sob pena de não poder acudir aos fogos todos e porventura ao Senhor Presidente da Assembleia. Aos dois eu peço que ajudem o atual Executivo. E há mais dois, que é o Vereador Orlando e a Vereadora Vera que estão mais preocupados com o trabalho que têm em cima da mesa, sob pena de andar a falar no passado, passados oito meses, do anterior Executivo. Desculpem lá, isto já não é da política e porventura vocês daqui a quatro anos é que vamos saber se vamos ganhar eleições, a questão não é isso, vocês levam-nos a todos ao fundo, este património coletivo conseguido por tantos, e agora a tentarmos construir nós todos, sob pena de ir por água abaixo.

Ó Senhora Presidente, o Hospital Terra Quente de Mirandela, a Senhora chegou lá e votou favoravelmente o relatório de contas, não foi? Que tanta coisa disse na campanha eleitoral. O que é que lhe disseram mais os associados? Que a participação da Câmara Municipal compravam no momento, assim que a disponibilizasse, não foi? Portanto aquilo que disse, sobre o Hospital Terra Quente que tem uma função importantíssima, neste Concelho e nesta Região, tanta coisa que disse do Hospital Terra Quente, sobre a sua gestão, e chega lá, vota favoravelmente o orçamento. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Eu venho mesmo defender a minha honra. Eu só tenho uma cara e tive sempre uma cara e não tenho esse problema de ter só essa cara. A Senhora Presidente e acho-lhe muita graça, esteve num hemiciclo em que os gabinetes de advogados faziam as Leis e depois iam votá-las, e agora está-me a chamar a mim, que a Arquitetura, não se deve trazer para a Assembleia Municipal Senhora Presidente? Valha-me deus, temos que ter um pouco de discernimento em termos de palavra. Quer dizer, na Assembleia da República pode-se aprovar, com elementos dos Grupos Parlamentares que estão nessa Assembleia da República e aprovam Leis, eu aqui não posso fazer trabalho e trazer para aqui discussão pública para esta Assembleia Municipal porque sou Técnico, sou Arquiteto, essa está boa. Sabe o que eu chamo a isso? Chamo hipocrisia e aldrabice política da sua parte. Eu pensei que fosse mais inteligente, mas afinal enganei-me, há um ditado chinês que diz isto: não muito em cima, não muito em baixo, de inteligência, sabe o que é que se passa no meio? Cabeça oca. É isso...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado sem ofensas por favor...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Eu não estou a ofender ninguém, é um provérbio chinês que diz isso: “cabeça oca”, e essas situações...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado, cabeça oca...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Oca, oca, não é louca...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Mas de qualquer modo, o Senhor não precisa para expressar a sua revolta, enfim, ser tão agressivo...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Não. A agressividade faz parte de mim, do meu género...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Eu sei que sim. Mas eu peço-lhe encarecidamente Deputado Figueiredo, que modere as suas palavras, dizendo a mesma coisa sem ofensas.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

A Senhora Presidente deve... Esses assuntos são da minha profissão. Chegou aqui e disse que eu nunca apresentei faturas do trabalho que fiz. Apresentei, está a mentir, apresentei, está a mentir, mentiu aqui à frente de uma Assembleia Municipal. Eu apresentei faturas em 2008, e a Senhora torna a vir para aqui a mentir. Não me respondeu se o Pingo Doce foi bem ou mal licenciado. Está mal licenciado Senhora Presidente, e não me venha aqui com essa retórica política, a dizer aquilo que está bem e aquilo que está mal. A Senhora só diz bem, aquilo que lhe interessa dizer, de resto passa para outra margem, em pé de gigante. Só lhe convém aquilo, que lhe convém à Senhora Presidente. Ora se não convém a Senhora Presidente não fala em nada. Só queria esclarecer aqui um pouco mais, é que a Senhora Presidente devia-se informar, sobre a Lei dos eleitos locais. E na Lei dos eleitos locais, está lá preto no branco, eu posso ter a minha atividade profissional e posso vir para uma Assembleia Municipal, está lá na Lei dos eleitos locais. E em relação, e eu ainda vou falar sobre isso, em relação à confidencialidade da análise da Auditoria, isso foi uma gestão da sua parte de má-fé, para com os Mirandelenses. Não com os partidos políticos, com o PS, o CDS, o PSD, com a CDU, com todos. Foi com os Mirandelenses e os Mirandelenses não podem acreditar nunca mais em si, porque a Senhora mentiu aos Mirandelenses.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado, tem a palavra o Deputado Jorge Pires por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Senhoras e Senhores.

A pergunta que eu vou fazer, tem origem num facto, é que eu desconheço o relatório da Auditoria, eu e toda a gente e devíamos conhecer, como é evidente, e portanto, eu faço-lhe uma pergunta muito direta e vou ser muito rápido. Será que esta Auditoria em termos temporais tem a ver com o quê? Termina em 31 de dezembro 2016 que foram as contas que foram aprovadas, que são públicas e que foram aprovadas pelas entidades competentes, ou reportam-se a outubro de 2017? E se assim é, há aqui um erro que a empresa da Auditoria nunca devia ter cometido. Como se sabe estamos a falar de ¾ do ano, ainda de um período que não está aprovado, nem está corrigido, porque de modo geral, como sabe, isto passa-se nas Unidades Públicas, nas Unidades Privadas, é no fim do ano que se fazem muitos acertos às contas, verificação de documentos que chegam, que há a tendência de se guardar tudo para a última hora, é verdade, e portanto nessa altura corrigem-se os valores. Ora bem quando eu estou a dizer que tenho quase seis milhões de euros de diferença, isto pode ser falcioso, atenção. Nós temos que esperar pelo fecho das contas e então nessa altura verificar e a Auditoria ser sobre um ano económico, que pode ter correções até ao final do ano, no último trimestre. Era esse esclarecimento que eu gostava que me desse por favor. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Não havendo mais intervenções eu perguntava à Senhora Presidente se gostava de dar algum tipo de explicações das questões que lhe colocaram.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Claro que sim Senhor Presidente.

Antes de dar a palavra ao Vereador Cunha para a defesa da honra, quero falar de um assunto referente à Comunidade Cigana, que foi levantada a questão pela Deputada Patrícia Bernardo, e que relativamente a isso a mesma já foi falada na reunião do Executivo. Nós temos um plano que é financiado pelo Fundo de Apoio à Estratégia Nacional de integração às Comunidades Ciganas e, portanto, vamos apresentar uma estratégia para que possamos ter, por um lado respeito pelos usos e costumes da Comunidade Cigana e por outro lado inclusão, integração da comunidade cigana em Mirandela. É um dos problemas que existe já há vários anos, não é de agora, já existe há vários anos e portanto apesar de haver alguns esforços no sentido das autoridades policiais retirarem a Comunidade Cigana de um lado eles vão-se colocar no outro. Temos, de facto, de ter uma estratégia sustentável e de inclusão destas comunidades, prevendo naturalmente que é um trabalho, que tem que ser feito a médio prazo com ações muito concretas que vai de encontro às necessidades por um lado deles e por outro lado, à nossa capacidade de aceitação dessas próprias exigências da Comunidade Cigana. Portanto é um assunto que estamos a acompanhar, porque de facto não temos até hoje nenhum plano de integração da Comunidade Cigana no concelho de Mirandela, apesar de termos uma Comunidade Cigana que todos conhecemos e muitos deles acarinhados por nós, claro.

Relativamente às questões que foram levantadas pelo Deputado Carlos Ventura, dizer-lhe abertamente que o líder da sua bancada parlamentar tem um exemplar do relatório da Deloitte, a questão da confidencialidade tem a ver com práticas...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Pode continuar Senhora Presidente, eu agradeço que não interrompam a intervenção da Senhora Presidente, está bem? Muito obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

A situação é que eu respeito quando todos falam e eu não interrompo, agradeço que...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Agradeço silêncio para podermos ouvir o que a Senhora Presidente tem a alegar em relação a este assunto, está bem? Por favor...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Toda a distribuição da documentação relativamente ao relatório foi gerida pela Divisão de Administração Geral, foi gerida através dos serviços do Vereador Cunha, ele vai explicar os passos que foram dados e porque é que foram dados.

Relativamente às questões levantadas pelo Deputado Paulo Pinto, é lamentável o tom em que fala, é lamentável, eu não preciso de me escudar no Vereador “A”, “B” ou “C” e, depois ainda por cima, passar um elogio tão vigoroso ao nosso Presidente da Assembleia Municipal, eu acho que sim, que só lhe fica bem, acho que devemos elogiar quem nos merece à nossa bancada, tenho muito orgulho em todos, eu sou Presidente de todos os Mirandenses e portanto não tenho que fazer distinções entre as bancadas parlamentares, apesar de todos saberem que eu sou do Partido Socialista e tenho muito orgulho em que a mesa da Assembleia seja também do Partido Socialista e apraz-me ver o Senhor Deputado Paulo Pinto, membro da assembleia Municipal, presidente da Comissão política do PSD, fazer rasgados elogios a membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista e também à Mesa da Assembleia, elogiando também alguns Vereadores da Câmara Municipal e criticando outros, talvez aqueles que o Senhor Deputado queira atacar e pode atacar politicamente. O despeito pelas pessoas é que é lamentável e eu habituei-me já noutras sessões como membro da oposição, de facto de ser até as pessoas riem-se de algumas intervenções pela forma como são ditas. As pessoas são extremamente mal-educadas e portanto em relação à má educação acho que não vale a pena ter essas respostas, porque de facto, vindo falar da inteligência de cada um, não considero que um ou outro sejam mais inteligentes que outros e não se mede a inteligência pela capacidade dos outros nos julgarem. Só julga os outros quem não tem capacidade de se julgar a si próprio e portanto, sinto-me envergonhada com algumas acusações que foram feitas e também acho que torna pouco digno o nosso papel aqui na Assembleia Municipal, porque de facto, há regras mínimas, até na Escola Primária e nos Jardins de Infância, acho que um Órgão como este deve ter este vocabulário quando todos temos um objetivo comum de dar às Assembleias Municipais a dignidade que há pouco falávamos a propósito da intervenção do Dr. Pavão, de facto são intervenções que nos envergonham a todos, deve envergonhar a bancada onde está inserido, e para mim em particular, nunca chamaria a ninguém apesar de considerar algumas “cabeças ocas”, nunca chamaria a ninguém numa Assembleia Municipal esse termo, portanto é vergonhoso, é lamentável e aporta realmente uma falta de educação que nem sequer as Professoras do Jardim-de-infância admitem aos meninos de dois e três anos, quanto mais a um adulto responsável. Passo então a palavra ao Senhor Vereador Cunha.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente e restantes colegas, Senhores Deputados.

Eu não percebi a parte do Deputado Paulo Pinto quando a Senhora Presidente disse que eu vinha defender a honra. Qual honra? Não sei se estava a referir eu não poder vir defender a honra ou se eu sou uma pessoa sem honra. Não sei ao que é que se referia mas é grave.

Sobre a situação que reporta, não ter as informações completas, dizer que sobre a questão das Festas de Nossa Senhora do Amparo e dos terrados, isto já vem sendo debatido há algum tempo, a última decisão foi tomada agora em junho, de alteração à proposta inicial e todas as pessoas podem mudar a sua opinião, em consenso com as entidades. Tanto na primeira fase em que foi debatido isso, foram chamados, também, os Deputados da oposição para discutirem esse problema e nunca em nenhuma das propostas em reunião de Câmara nem aqui agora na Assembleia os Senhores apresentaram uma proposta, uma solução, uma ideia, também podem intervir nesse sentido. Como também o projeto inicial do Santuário de Nossa Senhora do Amparo foi pensado e já se sabia desde o início que o local do Luna Parque nunca mais será possível utilizar. Eu acho que quando pensamos em alguma coisa, temos de pensar em tudo. Se vamos retirar dali um espaço, vamos pensar noutra local a colocar e isso não foi salvaguardado. Eu questionei a Confraria e disse: havia alguma coisa pensada? Qual era a sugestão? E eles não havia. O Município chegou ao pé de nós e disse-nos este é o projeto, isto é o que vai ser feito e nós como Confraria aceitamos o projeto em si. Como disse a Senhora Presidente, a Confraria representa os terrados, as diversões, tudo isso. Eles traziam a informação e a informação inicial é que esses proprietários queriam-se colocar no Parque da Cocheira, no Cardal e quando rebatido com as autoridades e a própria Confraria, foi dito que não era a melhor solução nem a mais segura e também pela parte comercial, na questão do acesso aos comerciantes. Por isso, a informação existia toda, o Senhor está a dizer que não existe, existe toda e eu sei qual é a minha responsabilidade, mal estou eu, se não informo a Senhora Presidente com todas as informações que estão em falta, e quando isso acontecer eu estarei cá para assumir as responsabilidades e para me demitir no momento a seguir. Porque se eu faltar às minhas responsabilidades a Presidente é quem me deu poder, para poder estar aqui a tempo inteiro, por isso, no momento a seguir que eu tenha alguma falha, pode ter a certeza, porque sei a responsabilidade do cargo, será mais ou menos do meu tamanho ou até superior, por isso não tenho medo nenhum de assumir as responsabilidades. Sobre a questão da iluminação pública eu posso dizer que foi feita uma declaração ao jornalista Fernando Pires, uma só declaração, e os Senhores também sabem, a imprensa normalmente faz recortes à declaração. Não foi uma declaração em direto, não foi uma entrevista, foi uma gravação, ele fez recortes. Aquelas várias notícias que apareceram foi uma só vez que eu falei, eu não fui a correr para a Rádio Terra Quente, semanalmente ou diariamente e sobre essa situação eu posso-lhe dizer que eu depois da notícia sair, essa e outras, entrei em contacto com o Fernando Pires e disse não passou a verdade da notícia toda. Não passou tudo o que eu disse e pode levar ao engano das pessoas. Essa questão da iluminação, eu disse e o Fernando Pires até me telefonou, depois a perguntar como é que funcionava bem novamente isso para ele explicar e foi dito, aquilo é um investimento, o Fundo Comunitário adianta esse dinheiro e depois nós com as poupanças voltamos a devolver esse dinheiro. Claro que é diferente se tivéssemos que investir o dinheiro todo e não o tendo era complicado, assim é uma ajuda e o que foi dito é que com o investimento inicial ser feito se calhar quase toda a cidade e o concelho, mas na altura, o anterior Presidente decidiu doar uma verba a Vimioso. Já perguntamos isso em reunião de CIM, qual foi a decisão e não existe, dizem que... a seguir pode falar se quiser, não sou eu que mando é o Senhor Presidente. Foi perguntado ao Senhor Presidente da Câmara de

Vimioso qual foi a razão e nunca nos foi dada, se havia alguma contrapartida. Vamos dar esta parte aqui na iluminação ou na eficiência energética e depois há uma cedência nas Escolas ou noutra coisa, podia haver uma negociação. Mas não houve, pelo que nos disse a CIM não houve essa negociação, nem a Câmara de Vimioso cedeu parte da sua verba, porque podia precisar, isso acontece, nas negociações da CIM e dos Fundos Comunitários, muitas vezes Municípios negociarem. Eu dou parte de um, tu recebes a parte de outro, porque podem precisar, mas isso não aconteceu. Foi cedido os 500.000,00€ sem nenhuma contrapartida. O Senhor até podia alegar que era para a Coesão do território para ajudar que Vimioso não tinha recebido, era um argumento, mas não foi utilizado, mas nem na CIM foi dito isso.

Sobre a questão da Auditoria e também tendo a minha responsabilidade na parte financeira, a entrega do relatório foi feita como é o orçamento, foi-nos dito quem era, mas pelo que eu percebi nem existe bem a criação dos grupos mas teoricamente dizem que está escrito o Agostinho, o Paulo o Virgílio são os representantes dos partidos e foi entregue a cada um como é o orçamento, em formato papel, foi entregue a cada um, como aos Senhores Vereadores, não foi dito, eu não estava presente, se calhar até pode ter havido má interpretação das coisas. Não foi dito que não pode passar aos restantes membros da bancada, na declaração não diz aos outros membros da bancada, porque então estaríamos a ser, desculpem o termo, racistas, porque é que íamos entregar ao "Paulo" e não entregamos ao "Nuno"? Porque é que não escolhemos o "Paulo"? Não está aí dito no português que não podiam passar aos colegas da bancada. Quando nos referimos a terceiros, isso pode estar mal interpretado, pode haver essa questão, a terceiros é fora da bancada, fora da vossa bancada. O Deputado Paulo Pinto foi receber o relatório como representante do PSD, as únicas pessoas que podem reclamar aqui neste momento são os três Presidentes de Junta Independentes que não saberíamos como é que haveríamos de fazer, até tínhamos que ter uma conversa antes de entregar. Se entregaríamos a cada um ou se algum deles era o porta-voz dos três. Porque os restantes foram lá o representante do partido, foi entregue àquela bancada o documento que podiam ter conhecimento e como os Senhores sabem têm direito a ter acesso à documentação. Foi entregue um inicialmente e até foi dito não sei se isso foi transmitido, se fossem precisos mais exemplares para entregar a algum Deputado, podia ser feito, agora estamos aqui a falar numa poupança de fotocopiar o relatório, mas todos os Deputados que estiverem interessados tem direito a poder receber. Agora a questão da confidencialidade, foi dito, para não acontecer, foi-nos aconselhado agora com a questão que entrou o regulamento da proteção de dados dia 25 de maio, quando foi na altura da adjudicação ainda não existia, de termos algum cuidado, como aconteceu em Macedo com a questão da faturação da água que veio a público os nomes e ninguém sabe agora quem é que cedeu esses nomes. Foi nesse sentido o documento não andar na totalidade a circular na rua, porque é um documento interno, mas podemos discuti-lo sempre que os Senhores entenderem. Por parte do executivo não há problema nenhum de discutirem esse documento é proporem em Comissão Permanente a vinda desse tema, acho que até é a Assembleia que escolhe a agenda e nós debatemos esse tema sem problema nenhum. Agora o que foi pedido e aí posso em meu nome e da área financeira pedir desculpas se possa haver alguma falha no documento na questão de algum termo, mas era para ser cedido à bancada e a bancada ter o conhecimento total, e depois se mais alguém precisar será cedido qualquer documento. Desculpem se houve alguma dúvida sobre essa situação da entrega do relatório e tudo isso. Creio que já esclareci as dúvidas que existiam.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Face às explicações do Senhor Vereador José Manuel Cunha eu pergunto ao Senhor Deputado Carlos Ventura se mantém a proposta ou dá-se como satisfeito?

Mantém a proposta. Sendo assim, o Senhor Deputado Carlos Ventura no exercício que a Lei n.º 75 lhe confere, bem como o artigo 31 de apresentar recomendações, propostas e moções, entrega esta proposta com o seguinte teor: "Que o executivo da Câmara Municipal de Mirandela forneça a todos os membros desta Assembleia o relatório da Auditoria da Deloitte sem nenhum impedimento de ele ser discutido nesta Assembleia Municipal?". Conforme as moções seguindo a regra Regimental, vamos propor estamos na sala 50 Membros, vamos propor a aceitação da proposta. Sendo aceite propomos a votação do seu conteúdo.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:**

Desculpem, só uma coisa que eu não disse sobre a questão do relatório. Ele não foi entregue oficialmente, porque normalmente os documentos que são entregues oficialmente têm que estar refletidos na ata, eu tenho aqui todo o documento, por isso também pode ser proposto, desculpem intrometer-me, a situação de o debatermos de o falarmos, mas não estar na ata depois a totalidade, ou taparmos os nome, ou qualquer coisa que se entender. A situação da entrega oficial também foi porque todos os documentos que vêm à discussão, depois estão na ata representados, e a questão da proteção de dados e tudo isso, mas podemos afinar a questão de tapar alguma informação, ou o que vocês entenderem.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente de Câmara.

Isto da CIM Senhora Presidente eu quero votar ao seu lado, porque quando houver aí projetos de desenvolvimento do concelho de Mirandela, o PSD, representado na CIM, juntamente com o PS representado por si e por outros elementos, nós normalmente votamos em comum. Declarações públicas como faz o Senhor...peço desculpa agora já percebi, só nos compromete, sob pena de um dia a Senhora Presidente, não ir para uma reunião dessas e eu ficar preocupado como é que eu vou votar ao lado de um Vereador que sistematicamente não compreende a unanimidade e a importância do Órgão.

Senhora Presidente, sobre a Auditoria em gostava que estivesse lá uma coisa, sob pena de me esquecer à tarde quando falar, é os mais de 20 milhões de euros que António Branco deixou de fundos comunitários em carteira para serem executados. Ninguém quis fazer isso nem mesmo a Deloitte. Quantos foram os Técnicos, dois?

Sobre outra questão a sua defesa da honra não tem nada a ver com a defesa da honra, porventura assusta-nos um bocadinho tudo isto. Se falo com emoção Dr.ª Júlia é essa emoção que eu quero vê-la no mandato e cada vez mais está a perdê-la todos os dias.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Vamos então proceder à votação da aceitação da proposta do Senhor Deputado Carlos Ventura.

Quem vota contra?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhora Presidente se nos permite, começamos com a votação, fala de seguida está bem?
Então, quem é que vota contra a aceitação desta proposta do Deputado Carlos Ventura?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

A Mesa regista dezasseis votos contra, estão 50 Deputados na sala, pelo que a proposta é aceite pela Mesa para submissão a votação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Falta perguntar quem é que se abstém à aceitação desta Proposta?
Duas abstenções.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

O que faz dezoito votos contra e duas abstenções, pelo que por maioria a proposta é aceite para votação.
Vamos à respetiva votação, cujo teor recorde “Que o executivo da Câmara Municipal de Mirandela forneça a todos os membros desta Assembleia o relatório da Auditoria da Deloitte sem nenhum impedimento de ele ser discutido nesta Assembleia Municipal”.

Quem vota contra?

Catorze votos contra.

Quem se abstém?

Três abstenções. Totaliza dezassete face aos 50 presentes.

A proposta foi aprovada por maioria.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:**

“Declaração de voto”

Eu absteve-me porque entendo as coisas de outra maneira. É o seguinte: no meu entender, quando eu fui receber o relatório, entendi que era para mim e para o Grupo Parlamentar, seja ele constituído por dois, por vinte ou por trinta elementos e que a questão do sigilo da confidencialidade está inerente, não só a mim como representante do Grupo Parlamentar que fui receber o relatório, mas aos meus colegas de bancada e claro porque há efetivamente dados, que não devem ser revelados. Mas no global do relatório, os meus companheiros de bancada têm o direito de saber, porque não é para mim, porque senão acontecia aquilo que foi dito aqui, estava-se a discriminar os outros elementos da bancada, ponto número um.

Ponto número dois, a questão desta proposta. Eu entendo que quando o assunto for trazido aqui à Assembleia Municipal, com certeza que já previamente, a Mesa da Assembleia, faz com que tenhamos todos o relatório, não é preciso fazer nenhuma proposta para que o relatório venha ter à nossa mão. Eu acho que estamos aqui a passar tempo com “politiquices” ou formas de atacar ou de dar a volta de aspetos que já estão no próprio Regimento, na própria Lei. Todos os Membros da Assembleia Municipal têm que ter a documentação quando os assuntos são debatidos e foi por isso que eu me absteve.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado, ficará registada a sua Declaração de Voto.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

O Senhor Deputado Agostinho Beça deseja fazer uma Declaração de Voto?

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Plenamente de acordo com a intervenção do senhor Deputado Virgílio Tavares. E quero também dizer que isto não passa de uma pequena birra, porque se calhar em vez de confidencialidade devia dizer-se reserva, ou seja, isto é, uma questão meramente indicativa, como também acontece em muitos diplomas legais, apresentam data limite, mas que tem apenas a função de regular e de trazer alguma regra, alguma norma para ser respeitada. A questão aqui da confidencialidade não é fazer disto um segredo, nem nada que se pareça, mas sim chamar à atenção que este documento até pela questão da proteção de dados, que é recente, nas declarações de 10 de maio, a proteção de dados não estava, ainda...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Deputado Agostinho Beça, eu peço imensa desculpa, mas eu pergunto, é o Deputado Agostinho Beça que está a falar ou é o Adjunto da Presidência? É que isto é um assunto, está a tirar ilações, peço imensa desculpa, que são um pouco surreais, peço desculpa...

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Esta é boa...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Veja uma coisa, lá dizia confidencialidade e é isso que estamos a analisar. E nós que sabemos interpretar as coisas, não podemos estar agora a dizer que devia dizer reserva, concordo consigo, mas está lá escrito confidencialidade. Agora se quer fazer uma declaração de voto, com certeza que sim, mas como declaração de voto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente, com o devido respeito, estava apenas a procurar dar a minha visão disto e que pode configurar a declaração de voto na mesma, tudo o que eu disse, agradeço a chamada de atenção, mas apenas quis ajudar a clarificar, na melhor das intenções, mas se é interpretado que porventura haja aqui a conflitualidade de desempenho de funções, peço imensa desculpa e pode crer que não voltará a acontecer. Obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor deputado Agostinho Beça, eu também lhe peço desculpa, até porque, quero que entenda isto, eu já deixei passar outras ocasiões em que se passou a mesma coisa. Eu sei que é com boa-fé, eu conheço-o, conheço que é uma pessoa de honra, que é uma pessoa de bem, como aliás, todos os Deputados desta Assembleia, mas o nosso papel aqui na Mesa, é de facto, muitas vezes chamar a atenção para isto. Porque olhe, ainda na última reunião, na sua intervenção, o Senhor disse assim: “Peço desculpa, só um segundinho antes de começar a contar, para dizer duas coisas e uma delas é que me quero penitenciar aqui, publicamente, pelo facto da mensagem da Senhora Presidente, não estar ainda publicada no “site”. É o digníssimo Adjunto e não o Deputado Municipal, eu relevei, deixei passar, mas há alturas em que devemos dizer, porque com certeza que o faz de uma forma, como eu digo, sem má-fé, portanto, não me leve a mal esta minha interpelação aqui à sua questão, está bem? Muito obrigado.

Há mais uma declaração de voto a ser feita, aqui pelo Deputado, José António Ferreira.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

“Declaração de Voto”

Votei favoravelmente a proposta do Senhor Deputado Carlos Ventura, quer na aceitação da proposta quer na sua aprovação, o seu conteúdo, porque de facto para mim, acima de tudo, está a primazia da Lei e a Lei n.º 75 confere aos Deputados a discussão do conteúdo de uma Auditoria interna. Todos os instrumentos legais que consultei os únicos que estão obrigados à confidencialidade são os Auditores internos. Gostaria também de informar que quando fui informado que tinha à minha disposição um exemplar e que tinha que assinar a declaração, informei os serviços que não levantaria o exemplar nessas condições, porque de facto, sendo este o Órgão de primazia da discussão política e democrática, tinha todo o direito que ele fosse aqui discutido sem qualquer condicionamento. Aliás a declaração que remete para o contrato e para as cláusulas do contrato, colide com a justificação aqui dada, porque a nova Lei de dados é de 25 de maio. Muito obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Sim, de facto, já estou a pedir há pelo menos meia hora, eu percebo que a disposição das bancadas não será a melhor, portanto temos que arranjar aqui uma maneira também de pedir a palavra ou um sinal sonoro, porque acho que poderia trazer aqui a esta Moção que foi votada, quanto a mim de forma extemporânea, como foi rejeitada a outra relativamente ao Deputado Jorge Humberto, aqui tínhamos outra situação de forma completamente extemporânea e estamos, de facto, não é um investimento de tempo é uma perda de tempo, porque de facto esta Moção contradiz e bem aquilo que está na Lei e, portanto, não se entende como é que esta Moção é sujeita a votação para integração uma vez que os relatórios da Auditoria foram entregues aos líderes das Bancadas Parlamentares, foram entregues aos Senhores Vereadores, foram entregues à Mesa da Assembleia e como disse o Vereador Cunha, os únicos aqui que não tiveram acesso ao relatório foram os nossos Presidentes de Junta Independentes que não tiveram acesso ao relatório. Todos os restantes podiam ter tido acesso uma vez que foram entregues aos seus líderes de bancada. Não houve qualquer distinção relativamente às bancadas, a bancada do PS recebeu o líder da bancada Agostinho Beça, a bancada do PSD recebeu o Deputado Paulo Pinto a bancada do CDS-PP recebeu o Deputado Virgílio Tavares, por isso, revejo-me completamente nas palavras que disse o Deputado Virgílio Tavares. Não tem a ver com questões de pormenor, tem a ver com a proteção de algumas situações que estão inscritas no relatório.

Factos políticos, são factos políticos, quando se quer criar um facto político de uma situação para encobrir situações graves que estão inscritas num relatório, de facto, vir com a questão da confidencialidade é, de facto, quanto a mim, má política.

Relativamente à questão que foi colocada, não passando a resposta pelo Senhor Deputado, que tinha a ver com o facto de o relatório reportar a 31 de outubro de 2017. De facto o relatório reporta a 31 de outubro de 2017 e foi essa a data limite de corte da Auditoria que foi solicitada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Sendo assim e porque a hora vai longa, eu não vou poder permitir mais intervenções, porque está na hora de almoço. Eu acho que uma hora é muito pouco para almoçarmos de maneira que eu sugeria que às 15 horas, mas mesmo às 15 horas, todos estivessem presentes, mas antes disso, tenho que me desculpar aqui de uma situação. Eu há pouco desculpei um jovem que aliás, tenho muito prazer em ter connosco que é o Fábio Correia, de ter interrompido a Assembleia com palmas e não precisava de desculpa porque não foi ele que o fez, portanto para o Fábio Correia, penso não estar presente, as minhas desculpas. Muito obrigado.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público presente.

Senhor Presidente, eu vou usar este tempo, podia-o ter usado antes da ordem do dia, mas tendo em conta a limitação de tempo, este ponto dá-me dez minutos de intervenção espero concluir a minha intervenção e porventura justificá-la porque a Senhora Presidente prestou um conjunto de informações hoje de manhã e é desejável, porventura, algumas das informações fossem também prestadas neste ponto, ainda que não há mal nenhum. Mas acabei por fazer o meu enquadramento e a minha justificação.

De facto Senhora Presidente Dr.ª Júlia Rodrigues, Mirandela precisa muito de boas notícias. Mirandela nos últimos tempos tem sido notícia mais pela negativa do que pela positiva. Foi notícia na Comunicação Social por se resgatarem carros roubados, prontos a fim de serem transportados, sabemos lá para onde? Foi notícia aquando na A4 junto a Mirandela verificou-se apreensão de droga e também tem sido vezes de mais notícia pela mão do atual Executivo Camarário, quando anunciou aos Mirandenses através de notícias avulsas sobre atos de gestão e procedimentos autárquicos praticados pelos membros do anterior Executivo, jogados sem contraditório numa Auditoria ainda a decorrer na Autarquia, mas que penaliza ainda hoje significativamente as contas do Município, portanto, a boa notícia da semana para Mirandela foi a publicação, ainda que de forma condicionada, do relatório da Auditoria realizado pela empresa contratada para o efeito às contas do exercício Autárquico do Eng.º António Branco, por forma a fazer face às suspeições levantadas, confrontado com a possibilidade, uma vez por todas de nos ser entregue o dito relatório o qual o Tribunal de Contas se viu igualmente obrigado a solicitá-lo talvez pela desfaçatez do atraso da sua publicação e sentir-se eventualmente visado no mesmo, só me restou ainda que de forma surpreendida assinar o termo de confidencialidade, exigência nunca vista e a pecar pela novidade, assim ficar na posse do documento. Agora na posse de toda a informação, comunico a esta Assembleia que não vou respeitar a confidencialidade exigida nas cláusulas contratuais, pelo que considero por mim rasgado o documento à data assinado. Duvidamos igualmente da legalidade desta exigência como ficarão estupear factos com o número reduzido de membros eleitos que terão autorização para aceder ao documento, quando se tratando de um processo que visa esclarecer os eleitores do concelho. Só me resta assumir as funções de Deputado eleito nesta Assembleia e no pleno gozo de poderes conjuntamente com os Deputados da minha bancada defendermo-nos daquilo que somos acusados e na qualidade de Coordenador de uma bancada de um Partido Político, garantir as melhores condições de defesa de todos os candidatos ora eleitos e não eleitos nas listas do PSD. O tempo da lei da rolha já lá vai, felizmente. Esta bancada afirma serenamente, contem comigo sempre que a democracia da nossa terra estiver em causa. Contudo chegou o momento de confrontar a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela com questões que tomaram importância acrescida tendo em conta o desenrolar dos últimos acontecimentos. Senhora Presidente Dr.ª Júlia Rodrigues permita-me que coloque assim algumas questões e que gostaríamos de obter resposta da sua parte.

Tem de facto noção do que verdadeiramente assinou com a empresa Auditora no dia 1 de fevereiro de 2018, foi uma Auditoria ou não?

Pergunta número dois: Tomou conhecimento das cláusulas contratuais da obrigatoriedade de confidencialidade?

Pergunta número três: Depois de publicado, a sua divulgação, sabia que o documento seria assim tão restrito de acesso a terceiros, sabendo que a maioria deles são membros eleitos democraticamente? Julgamos que obteremos uma resposta pronta da sua parte tendo em conta que entre o dia 21 de dezembro de 2017, data da receção da proposta e o dia 1 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato, são dias suficientes para ler e estudar a proposta assinada. Se não responder assiste-nos o direito de concluir que não leu atentamente o documento, com a responsabilidade exigida de acordo com o cargo que ocupa.

Senhora Presidente é verdade que ninguém do Executivo pode publicamente divulgar informação contida, utilizando a Comunicação Social ou as reuniões da Câmara ou Sessões da Assembleia Municipal de Mirandela, sob pena de estar a cometer uma ilegalidade e poder ter de suportar uma sanção civil criminal ou financeira? A ser verdade Senhora Presidente, estas sanções impostas, se fossem verdadeiramente do seu conhecimento não acreditamos que tivesse da sua parte uma aceitação fácil, só mesmo por distração, pois estas cláusulas condicionam sobremaneira o exercício e a ação política, que tanto o seu partido lutou e ainda defende todos os dias, nomeadamente os valores de abril conquistados, e que tantos portugueses anónimos fizeram sofrer. Agora a Senhora Presidente, não fala, não se pronuncia sobre os resultados do relatório, e a empresa que o produziu evita a todo o custo que sejam analisados nos locais próprios pelos representantes dos Órgãos democraticamente eleitos. Sobre o relatório, são de facto, dois relatórios em um. Uma primeira parte analisa a situação financeira da Câmara Municipal e a segunda parte relata um conjunto de omissões administrativas e formaliza recomendações sobre procedimentos que o Município doravante deve adotar. Segundo a análise financeira elaborada a partir de agora, com que números passa a contar a Senhora Presidente? São 21 milhões de euros ou são 25 milhões, de passivo da Câmara Municipal de Mirandela? A dívida oculta é exatamente qual o seu valor? São 5, 6 ou 8 milhões de euros? Existe ou não indícios de dívida oculta? Pelo que esperamos com ansiedade quando fizer a primeira revisão orçamental, aí sim, é que esses números vão valer. Sabe Senhora Presidente? De facto, a montanha pariu um rato. Quiseram de forma deliberada atirar areia aos olhos dos Municípios e as cláusulas de restrição de acesso aos dados só podem ser desculpa de mau pagador. O documento produzido é mesmo um fato à medida, mas muito caro monetariamente tendo em conta os resultados produzidos e passamos a destacar alguns resultados produzidos para o efeito, acréscimos e deferimentos, amortizações de dívida de outubro contabilizadas em novembro referentes a acordos de realização de dívida das Águas do Norte e da Resíduos do Nordeste para o relatório, que os montantes reportados pelo BPI relativos às amortizações de outubro, apenas foram contabilizadas em novembro, ora considerando que se vencem no final do mês, é natural que o Município apenas tenha essa informação do Banco em novembro, no entanto estão contabilizados, especialmente as férias, subsídios de férias e natal, mais uma vez destacamos perante uma situação que não configura dívida não registada, mas sim um procedimento contabilístico de especialização do exercício. Diz a empresa auditora que em outubro não foi feita a especialização deste custo. Determina o POCAL que a conta 27, acréscimos e deferimentos, destina-se ao registo dos custos e dos proveitos no exercício a que respeitam. Sendo o exercício o ano económico e não um mês. De facto o custo com as férias e subsídios de férias do pessoal, a pagar, é n+1, consoante a legislação, deve ser reconhecido no ano n como se verifica nas demonstrações financeiras do Município relativas a 2017. Relativamente a este ponto era interessante perguntar aos trabalhadores do Município se têm salários em atraso, isso sim, seria dívida. Inexistência de acréscimos de custos para juros a

liquidar. Mais uma vez salientamos que este registo contabilístico apenas deve ser feito à data das demonstrações financeiras, ou seja, a 31 de dezembro. Insuficiência de provisões relativas a processos judiciais. De acordo com o princípio da prudência, previsto no POCAL, é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza, sem contudo, permitir a criação de provisões excessivas, ou a deliberada quantificação de passivos e custos por excesso, quer isto dizer que devem ser contabilizadas provisões quando a probabilidade de perder a ação seja elevada. Determina, ainda, o POCAL que esta conta é movimentada por valores anuais de provisões. Nesta conformidade verificamos que o balanço aprovado na Sessão de abril da Assembleia Municipal, contemplam o montante de provisões superior a 2.600,000,00€ correspondendo às ações em que o Município tem um grau grande de probabilidade de ser condenado. Passivo não registado identificado no âmbito da articulação e da análise das requisições autorizadas por faturar. Relativamente a esta parte, não entendemos como requisições por faturar, constituem passivo não registado. Se ainda não existe fatura no Município, sendo este o documento que titula uma dívida, como pode ser registado? Parece-nos que aqui a Empresa Auditora não terá entendido a diferença entre contabilidade orçamental e patrimonial. Se existe requisição autorizada, significa que esse montante está registado a nível orçamental e apenas com a fatura será possível refletir esse montante na contabilidade patrimonial. Ainda sobre este assunto é mencionado na página 15 que este suposto passivo, não registado, está essencialmente relacionado com autos de empreitadas emitidos até 31 de outubro, cujas faturas apenas foram registadas pela Autarquia após essa data. Aqui sinceramente não percebemos o alcance desta afirmação, pois se os outros atos foram emitidos até 31 de outubro e é nessa fase que são enviados para os empreiteiros emitirem as correspondentes faturas como seria possível registá-la até essa data? Será que a empresa auditora não reconhece o circuito normal destes procedimentos?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Já não vai haver tempo, porque não podemos de facto como compreendem abrir precedentes e não dispomos de tempo para ver tudo isso. Apesar de interessante, eu reconheço que sim, vamos ter de ficar por aí Senhor Deputado Paulo Pinto. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

Muito obrigada Senhor Paulo Pinto.

Pode usar da palavra Senhor Deputado José Manuel Trovisco.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo esta a minha primeira intervenção, quero dizer, ao falar hoje pela primeira vez nesta casa da democracia, oito meses após o início do novo ciclo político é, para mim, um grande motivo de orgulho, poder contribuir para dar corpo à mudança. Não tem sido mais exemplar o exercício do contraditório nestes tempos, mas estou certo que o civismo e o bom senso, acabarão por superar as diferenças de opinião e a obtenção de resultados, que permitam elevar Mirandela a um patamar de excelência democrática.

Eu acredito que este Executivo não “vai ao fundo” como disse um distinto Deputado do PSD.

Gostaria de falar de alguns temas, mais em pormenor nomeadamente:

- A reabilitação urbana, a sua abrangência e condicionalismos;
- O reordenamento rodoviário e a necessidade de monitorização de segurança da principal ponte de entrada na cidade;
- Do ordenamento urbano e das obras em curso, a sua fiscalização, a realização em diversas frentes;
- A falta de planeamento já divulgada pela Senhora Presidente;
- A gestão da qualidade das redes de águas residuais e de abastecimento de água,
- Do rio Tua e da sua exposição a infratores, poluidores e demais.

Não o faço em pormenor, vou-me cingir nesta análise à informação da Senhora Presidente, alguns temas começando pelo,

3.º Seminário de Intercâmbio de Experiências no âmbito da Educação do Eixo Atlântico, perguntando:

- Para quando o real aproveitamento do potencial que o “eixo atlântico” representa para o interior em domínios das infraestruturas de transportes e comunicação?
- Para quando não apenas o debate mas a ação no terreno, que criem sinergias na região fronteiriça, transformando o seu enorme potencial num desígnio comum de desenvolvimento e com alto potencial?
- Porque não beber dos nossos vizinhos espanhóis a experiência e o saber em questões do ordenamento agrícola, florestal, do regadio e do cadastro da propriedade e de outros projetos estruturantes, alguns deles já aqui falados?

Vou falar da sustentabilidade das cidades, um dos temas que me é muito querido, e sobre ao qual já difundi algumas ideias, porém aqui sem frutos visíveis, porventura mal direcionadas.

- Na realidade, falar de Mirandela como cidade sustentável, é falar do interior profundo, de uma terra onde a recente mudança de governação política, determinou um caso de estudo, e deu lugar à esperança e ao redobrar de anseios e expectativas da maioria dos Mirandelenses.
- Falar politicamente de Mirandela na atualidade, e face às circunstâncias, é falar tão só de um projeto inovador, desenhado por Júlia Rodrigues, e transmitido com a empatia que lhe são tão peculiares, num modelo de governação autárquica de referência em Portugal, pugnando por uma maior equidade de vida, um maior desenvolvimento, mais e mais, com menos dinheiro.
- Falar de Mirandela como cidade sustentável é perseguir objetivos de melhoria nos domínios da saúde, da cultura, das artes, da economia e da educação, da mobilidade e do património, da correta gestão dos recursos naturais. E repensar,

pela positiva, o papel do ensino superior como elemento catalisador na sustentabilidade e desenvolvimento deste que também é um território de baixa densidade, este aspeto já aqui foi focado, pela Deputada Débora.

- Mas para que Mirandela possa ser uma cidade sustentável, tem o seu rio e pode exibir o seu clima e condições orográficas e de localização de excelência, a sua gastronomia.

Vou falar também da utilização racional de água para rega. Efetivamente a água é um recurso precioso e, nos tempos que correm, um segmento da economia que, à semelhança de outros do setor energético, carrega sinergias imensas e interesses económicos, quanto basta.

- Não entendi bem os dados disponíveis pela DRAPN, se se referem a sistemas de regadio existentes, se a captações na bacia hidrográfica do Tua, se ao imenso rol de furos e poços artesianos que pululam neste território de minifúndio e de baixa densidade.
- Seja como for, concordo que é um recurso escasso e, como diz, carente de uma gestão mais eficaz, nomeadamente neste setor de distribuição, a rega. Sabendo-se ainda que, como em tudo na vida, os equipamentos hídricos têm uma vida útil operacional bem definida, sendo que neste caso, a solicitação dinâmica e o fluxo de determinados agentes corrosivos reduzem a sua eficiência e conduzem a uma degradação mais acelerada.

Depois, quando chega a hora de projetar, construir e explorar, o que fazer?

- Um sistema integra desde o armazenamento, a captação, o transporte e a distribuição. E aqui na distribuição como fazemos? Por Aspersão? Gota-a-gota? Gravidade?
- Como dimensionar os órgãos e as necessidades de caudal, de armazenamento, de captação e de distribuição para um determinado horizonte de vida?
- Como planear a manutenção que permita uma boa operacionalidade e fujam à ineficiência e colapsos, pergunto se isto é cumprido nos nossos sistemas existentes?
- Quais as razões de ineficiência na exploração de um sistema? E aqui vou invocar um estudo da Ordem dos Engenheiros que dá especial enfoque ao seguinte: "... A estagnação, ou mesmo o enfraquecimento da estrutura técnica dos organismos de apoio e avaliação em Portugal, nas últimas décadas, levou à diminuição das exigências ao nível do projeto. Isto conduziu a que muitos projetos de rega ao nível da exploração agrícola tenham sido realizados por agentes sem formação adequada e sem o mínimo de informação. Como consequência, o agricultor desconhece as componentes e a dimensão do sistema de rega, o seu modo de funcionamento, ...", e coloco duas questões:

A primeira: O que se passa na DRAPN- Mirandela a este nível, e em termos orgânicos, para fazer cumprir as exigências dos Planos de Regadios e outros como o Plano Nacional da Água, os Planos da Bacia e outros Planos Hidrológicos e Ambientais?

Segunda questão: O que se passa em Mirandela em relação à monitorização e avaliação do desempenho dos sistemas existentes, ou das captações da sua legalidade e justificação? O do Cachão por exemplo, como o problema das condutas e outros problemas associados ou o do Vale da Vilariça, este numa ótica de planeamento intermunicipal.

E já agora, como está o Plano Municipal de Regadio, uma das suas bandeiras eleitorais?

Todavia, posto tudo isto, é positivo verificar que a Autarquia vai intervir com uma campanha de sensibilização e esclarecimento e quem será o público-alvo?

Fico-me por aqui, muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente.

Visto que não estava na minha intenção fazer uma apreciação sobre aquilo que foi a entrega do relatório da auditoria da Deloitte e visto que o representante da bancada do PSD, fez uma intervenção sobre o assunto, o PCP e a CDU têm digamos que, e deixando para mais tarde uma discussão mais intrínseca do próprio relatório, vinha dizer o seguinte: o relatório da auditoria apresentado, revela numa leitura superficial que foi feita pela nossa bancada que houve procedimentos pelo anterior Executivo, uma participação leviana e que lesam os interesses do Município demonstrando, de certa maneira, uma gestão danosa. Se depois de uma leitura mais detalhada que está a ser analisada juridicamente, houver matéria para seguir para queixa ao Ministério Público, o PCP e a CDU, não irão ter qualquer tipo de problema em requerer a sua intervenção, visto que mencionando o artigo 285 do código penal e cito: "*quem infringindo intencionalmente norma de controlo e regras económicas de gestão racional, provocar dano patrimonial importante em unidade económica no setor público ou cooperativo, é punido com pena de prisão até cinco anos*".

Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhora Presidente da Câmara, respetivos Vereadores, Membros da Assembleia, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Segundo as informações da Senhora Presidente da Câmara, houve dois ou três aspetos que eu tenho necessidade de falar, por causa da minha maneira de ser.

Um deles é o dia 16 de maio e 25 de maio, que estão de certo modo, omissos quer nas atividades do Município, quer nas informações. No dia 25 tivemos um fórum de futebol com certeza e também tivemos uma audição interessante, com certeza, no dia 15 de maio tivemos o concurso de fotografia. Ora eu estou a falar de dois dias que são historicamente fundamentais para Mirandela e que fazem parte da nossa vida coletiva, da nossa história, do nosso património e que é o dia do aniversário, é o dia em que nós como cidadãos damos os Parabéns à nossa terra, celebramos o seu património e não vejo um cariz protocolar, cultural ou de atividades específicas relacionados com esse contexto. Relembro que 25 de maio de 1250 é carta de foral, Mirandela fazia 768 anos e 16 de maio Mirandela como cidade já, fazia 34 anos. Este é um aspeto que eu acho importante,

muito importante, outro aspeto também devo dizer que nas intervenções da Senhora Presidente há um tema que eu não posso deixar de considerar muito, muito digno, para Mirandela que é uma ação à qual assisti, e assisti o dia todo com imenso prazer, porque trata-se de um trabalho desenvolvido por uma Senhora Doutora que foi minha aluna, não foi minha aluna mas que é da geração dos meus filhos, e quando acontece que alguém dessas gerações mais novas tem esta dignidade de trabalho eu fico muito agradado. Estou a falar do Seminário “Saúde Mental e Interioridade” no dia 8 de junho, promoção da Saúde Mental, é um tema extraordinariamente interessante, mas foi muito, muito bem tratado, foi um prazer para mim estar presente neste Auditório.

Por fim, há um outro aspeto que faz parte da minha maneira de ser e que eu não posso de maneira nenhuma deixar de falar nele, e tem a ver com o ponto 1.1 Serviço Municipal de Veterinária, captura de animais errantes. É um tema que me diz particularmente, tendo em atenção a legislação em vigor, refere que “compete às Câmaras Municipais atuando dentro das suas atribuições, nos domínios da defesa da Saúde Pública e do meio ambiente proceder à captura de cães, vai por aqui fora, acompanhado pela PSP e GNR e continua... foram recolhidos e capturados 195 animais, 133 canídeos, 62 gatídeos, sendo 150 capturados e 45 entregues pelo proprietário. Ora temos aqui que animais capturados foram transportados para o Canil Intermunicipal onde ficam alojados pelo prazo estipulado pela Lei. Esta é a parte que me preocupa, onde ficam alojados pelo prazo estipulado pela Lei. Não posso deixar de referir que ao ler este documento, há valores que me dão particularmente, que me sensibilizam e como por exemplo nas frases, Mirandela ligado a eixos prioritários no desenvolvimento educativo, a partilha e troca de experiências que aproxima os diversos agentes e que envolve a Autarquia, uma oportunidade de continuar a evidenciar, a valorização, uma valorização educativa, isto são palavras que mexem muito comigo. Estamos perante situações que me fazem pensar na ligação entre estes dois pensamentos, com o desenvolvimento, Mirandela como sabemos, cães e gatos abandonados ou vadios, tornaram-se num problema de gestão pública e uma preocupação generalizada para os cidadãos, os que gostam e os que não gostam de animais, com um impacto negativo na saúde pública, no ambiente da cidade, a poluição sonora, as fezes, o lixo, tudo isto de facto, pode causar, até podem chegar ao ponto de causar acidentes, tudo isto é correto, e é verdade. Também é verdade que existem causas específicas para este problema do cão vadio, como o comportamento do abandono pelos proprietários, por razões diversas, problemas familiares, mudar de residência, doenças de pessoas, doenças dos próprios animais, falta de dinheiro para tratamento, na verdade muitos dos proprietários não podem continuar a ter despesas para os manter, porque também já não têm para se manter a eles próprios. Mas presentemente em Mirandela, as opções formais disponíveis para lidar com este tipo de circunstâncias são a captura de cães e gatos errantes em qualquer lugar público com acompanhamento por parte das forças de autoridade, das capturas efetuadas semanalmente. Os animais capturados são transportados para o canil intermunicipal, onde ficam alojados. Estamos aqui perante este pormenor que eu redigo, perante uma situação como esta, devemos evidenciar uma valorização educativa, sem a qual a multiplicação dos cães vadios é inevitável. Tem que haver opções, claro. As opções disponíveis para lidar com os cães nestas circunstâncias incluem vários aspetos, que eu conheço muitas vontades de cidadãos para isso. Abrigo, vacinação, castração, adoção, ações de resgate, programas para regate. É claro que o abrigo parece uma boa opção para cães, mas na verdade, não é suficiente, por causa das despesas e do número de cães vadios, que fazem com que, e também o problema dos cuidados veterinários, vacinação regular e desparasitação. O dinheiro e os recursos não são suficientes para atender a grande necessidade de alimentos e o custo de gestão que estes animais trazem. Na verdade os abrigos só por si não podem resolver o problema de animais. Este é um problema mais complexo, tem que implicar mais contextos. Precisamos de melhorar bastante, mesmo com a falta de dinheiro. Aliás a preocupação prende-se com o que consta da Lei 8/2017 de 3 de março, que é contra o abatimento de animais e também me lembro aqui de um trabalho muito interessante feito pela Junta de Freguesia de Mirandela, numa ação de sensibilização nos bairros em 2016, no contexto dos cuidados com o seu animal, legislação, alimentação, vacinação, desparasitação, alojamento. Isto são aspetos importantes, também me preocupa que 23% das Autarquias, ainda matam cães e as Autarquias ainda não estão preparadas para resolver este problema.

Uma hipótese de abater, não é uma solução. Pode parecer simples, mas na verdade, não é uma solução eficiente, nem de maneira nenhuma, humana. Precisamos de melhorar bastante, mesmo com falta de dinheiro. Os estudos mostram que animais esterilizados e castrados vivem mais tempo, são mais saudáveis, têm menos problemas e mesmo problema comportamentais, mesmo problemas relacionados com a medicina. É preciso encomendar um programa de ações de resgate, de adoção, troca de experiências, aproximação de diversos agentes, como está patente no trabalho todo que está a ser feito, dando visibilidade ao movimento de tantas pessoas isoladas e coloca-las entre as atividades relevantes desenvolvidas e/ou apoiadas pelo Município de Mirandela. Este passo tem que ser dado, na minha maneira de pensar. Portanto, saber os direitos dos animais, ter um sistema de monitorização e gestão dos cães vadios, prestar um apoio à organização e proteção de animais. Estamos a falar de um serviço público, estamos a falar de valorização da educação e da cidadania e do voluntariado, portanto, a sociedade também se vê na forma como trata os seus animais. E eu, de facto, gostava para acabar, sentir a disponibilidade da Autarquia para expor este assunto. Muito obrigado pela vossa atenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores.

Em relação à informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, eu tenho a fazer um comentário, não em relação ao artigo 25.º, n.º 2, alínea c) do anexo da Lei 75/2013 de 12 de setembro, mas em relação ao artigo 25.º n.º 2 da alínea d) desse mesmo Decreto-lei. E porquê? Porque eu faço “n” perguntas à Câmara Municipal e a Câmara Municipal devia-me responder, o Senhor já aqui disse isto diversas vezes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem sido irrepreensível em termos de tratamento pessoal, não tenho nada a comentar em relação, à relação dele para comigo, em termos de trato e é assim que deve ser. Já em relação à Câmara Municipal, deixa muito a desejar. E deixa muito a desejar porque não responde em conformidade com aquilo que eu peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. E eu tenho aqui diversas dissertações que eu enviei para o Senhor Presidente, “Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a articulação só pode ser exequível se houver um local, para quando os Deputados Municipais pedem um processo, o mesmo esteja colocado nesse local, gabinete, para o mesmo ser visualizado. Não sei para que serve o Gabinete de Apoio à Presidente (GAP), eu quero fazer uma consulta direta sem observação, penso que a responsabilidade deve ser do Deputado, façam uma triagem, ou não, para consulta. A minha vida,

é uma vida de trabalho e não posso estar recetivo a esta calendarização. Qual era a calendarização que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me enviou? “Excelentíssimo Deputado Municipal António Figueiredo, sobre as várias solicitações feitas por Vossa Excelência na Assembleia Municipal, venho informar que a Senhora Presidente da Câmara pede que seja articulado o agendamento de uma reunião com o Senhor Deputado Municipal Arq.º António Figueiredo e acertada a data com o Senhor Agostinho Beça do GAP, com a Mesa da Assembleia, neste caso, representada pela Eng.ª Luísa Belchior e com os Vereadores responsáveis pelos pelouros respetivos, eu acho isto demagógico. Não é demagógico em relação àquilo que me está a dizer, é em relação àquilo que a Câmara lhe mandou dizer ao Senhor Presidente. Outra citação que tenho aqui e que enviei para a Câmara. A Câmara faz saco roto disto, e depois vem aqui a falar da transparência, vem aqui falar da legalidade democrática. Eu falo de aldrabice política. O PS é um partido de aldrabões políticos, aldrabice política referenciada mesmo, é mesmo assim. E diz assim... Oh, que é isso? Eu tenho respeito, estou a dizer que é aldrabice política. Evidente que é do PS, é o que estou a dizer. Eu peço as coisas, não mas dão.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhores Deputados, eu peço-vos que dignifiquem esta Assembleia, primeiro não trocando entre as partes e quem está a intervir nenhum tipo de conversação, por outro lado peço ao Deputado António Figueiredo, também, que modere um bocado, mais uma vez a linguagem...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Ó Senhor Presidente, eu falo desta maneira e falo e falarei...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Mas não precisa...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Mas eu quero falar...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Veja, está a falar com conterrâneos, Membros eleitos pelo povo, não precisa...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Eu sou mal-educado, como a Senhora Presidente disse há bocado e vou continuar a ser mal-educado...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Mas não é necessário, pode dizer aquilo tudo que entende, sem ferir pessoalmente...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Porque ela também foi mal-educada comigo. Trouxe um assunto pessoal que não devia ter trazido.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Pode continuar Senhor Deputado, se faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Eu tornei a pedir ao Senhor Presidente, Mirandela precisa de investimento, mas haja legalidade, senão estamos a ser perversos. Se queriam uma grua a atravessar uma rua, com bastante movimento, a Câmara e a Senhora Presidente deveriam arranjar outras alternativas. A Senhora Presidente é uma irresponsável em relação àquilo que fez. Digo mais uma vez, existem metodologias para estes casos, os riscos são demasiados, e se alguma coisa acontece, e depois pus três pontos, junto envio legislação em vigor. Estas gruas não podem estar, conforme estão sinalizadas. Isso, qualquer indivíduo, qualquer idiota que faça projeto, estas gruas não pode ter licenciamento. Que arranje maneira, a Senhora Presidente de as licenciar então.

Outra situação: digo eu outra vez para o Senhor Presidente, com respeito António Figueiredo, é sempre e outra, conforme “email” enviado, pelo Senhor, o meu grande amigo, Agostinho Beça, os documentos têm a ver com a Portaria, respondi eu ao meu amigo Beça, 232/2008 de 11 de março, documentos da entrada da informação prévia por parte do promotor, respetiva informação da Câmara, documentos do licenciamento, de obras de edificação, por parte do promotor, respetiva informação da Câmara, Lei n.º 60/2007 de 4 de setembro, e sabe do que é isto Senhor Agostinho Beça, quando lhe mandei? É do loteamento lá dos aquedutos, até hoje não me responderam nada. Ando aqui há meses a saber qualquer coisa. Não sei nada, é isto a transparência da Câmara Municipal de Mirandela, que tanto apregoam.

Mais outra que enviei para a Senhora Presidente, neste caso para o Senhor Presidente, agradecia por parte do Executivo da Câmara Municipal, que me relatasse um pequeno gráfico, qual a evolução da receita, receitas correntes, receitas de capital e receita total, Lei dos compromissos, conforme Lei n.º 8/2012, se a Câmara continua verde. Não sei se está no verde, se está no amarelo, se está no vermelho. Mais uma vez, o que é que me disse a Senhora Presidente? Vá para o “copy paste” do orçamento da Câmara. Pois olha, está bem. Outra citação: agradecia por parte do Executivo da Câmara Municipal que me enviasse os autos de pagamento da Câmara, respetivo montante, em termos de requalificação da envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo e reabilitação da Escola Secundária de Mirandela. Até hoje, nada recebi. Agradecia, por parte do Executivo da Câmara Municipal, que me enviasse elementos de projeto de arquitetura do Agrupamento de Escolas de Mirandela, CSI, mapa de Vãos, mapa de acabamentos, a Câmara deve cumprir a Lei e mais, isto até é tão... pronto, nem vou comentar mais. Isto só para dizer o quê? A mentira, como dizia Platão, acho eu, se a memória não me atraiçoa, “a mentira nunca vive o suficiente para envelhecer”, e a Câmara é mentirosa para os Mirandelenses, a Câmara não tem ética, não tem moralidade, não tem uma autenticidade responsável de democracia, e dizem tudo, tudo, acerca dos outros, mas não reconhecem também os seus erros, devem reconhecer os seus erros, senão é hipocrisia política, é a retórica política. E essa retórica política se, só se, não tem

telhados de vidro, mas toda a gente tem telhados de vidro, o “A”, o “B”, o “C”, o “D”, todos nós temos telhados de vidro e portanto, se estas situações não se clarificam, é evidente que eu fico indisposto com isto, o que é que estou aqui a fazer no lugar? Nada, vou-me embora. Se calhar é isso que vocês querem, é que me ponha a andar, porquê? Talvez eu seja incómodo, aqui, em retratar estes assuntos, e eu pergunto mais uma vez à Senhora Presidente da Câmara e que me responda olhos nos olhos, o Pingo Doce foi ou não mal licenciado? Há bocado fiz-lhe a pergunta, não me respondeu.

O loteamento dos aquedutos, na reunião de 27 de abril que tivemos aqui, eu disse-lhe que estava cheio de ilegalidades, a Senhora Presidente não me respondeu? Não me disse nada. Nada, nada, nada. O que é que eu estou aqui a fazer? Nada. Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado Senhor Deputado Figueiredo. Espero que não se tenha magoado.

Deixe-me acrescentar uma coisa para a nossa Assembleia... quando o Senhor refere que o Presidente da Assembleia tem sido irrepreensível eu agradeço as suas palavras, mas o Presidente da Assembleia não tem feito mais do que aquilo que deve fazer, que é de facto, tentar desempenhar bem as funções que lhe estão inerentes e o cumprimento do Regimento. Como todos sabem, qualquer Deputado Municipal, quando para interesse do concelho necessitar de informações do Executivo deve fazê-lo via Mesa da Assembleia e é isso que o Deputado Figueiredo tem feito. Eu tenho encaminhado de facto para o Executivo, todos esses pedidos. Não há dúvida e tenho que clarificar, que o Executivo inicialmente usava de algum atraso, também estava numa fase inicial, mas ultimamente e com bastante rapidez, tem-se predisposto a atender a esses pedidos e se calhar alguns deles, nem teria que os atender, porque como eu digo, os mesmo devem ser exclusivamente do interesse do Município e os pedidos que o Deputado tem feito são enormes e são muito variados. Ora bem, o que é que eu pedia, enfim, neste caso particular ao Deputado António Figueiredo, mas também a todos, é que sempre que nos apresentem questões, que sejam questões pontuais, que se vinque bem que são para interesse do Município, para quando o Executivo abrir a hipótese como foi neste caso, para a resposta dada pelo Deputado Agostinho Beça enquanto assessor da Senhora Presidente, que poderia ir consultar esses documentos, é claro que agora o Deputado Figueiredo já quer uma sala..., nós temos uma sala, não é por aí. Temos uma sala que é partilhada com os Vereadores da Oposição e poderemos requisitá-la para fazer esse tipo de consultas. Eu não sei é se isso é viável, pois sabemos que o CIAS está num outro prédio, é complicado. O que é que eu quero com tudo isto dizer ao Deputado António Figueiredo, é que nós não o queremos fora daqui, queremos é que tenha alguma paciência, alguma benevolência nestes atrasos ou na possibilidade de lhe fornecermos elementos e também mais uma vez na contenção das palavras em relação aos políticos, à Senhora Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, porque assim, não dignifica de forma alguma esta Assembleia, está bem? Peço-lhe encarecidamente que no futuro faça isso. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Ó Senhor Presidente, eu concordo consigo, mas há outras situações que falam mais alto, e portanto, se muitas vezes eu estou a ver debates no parlamento, ainda se tratam mais mal, não é?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhora Presidente, este assunto não tem mais intervenientes, não sei se quer dizer mais alguma coisa. Faça favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Muito boa tarde a todos. Estamos na segunda fase do nosso dia de trabalho e vou então, como é habitual, responder por ordem das intervenções que foram feitas aqui nesta Assembleia.

Relativamente às questões que foram levantadas, julgo que são reflexões do Deputado Paulo Pinto, julgo que Mirandela tem estado com boas notícias, é óbvio que temos, de facto, algumas preocupações, com as obras, como eu já disse no período da manhã, que têm um impacte direto quer no comércio, quer na vida das pessoas, mesmo os nossos jardins estavam muito pouco cuidados e portanto tivemos que fazer um esforço grande para poder acorrer ao tratamento dos jardins e à limpeza mesmo da própria cidade e algumas freguesias. Temos de facto, boas notícias, uma delas é a instalação de um Serviço que esteve para ir para Vila Real e acabou por vir para Mirandela, que é o GIPS, temos o Rio com uma proximidade maior com os Mirandelenses, através da constituição do Clube Fluvial de Mirandela, que eu falei de manhã e temos também outros planos que falei de manhã relativamente ao voluntariado, à Ação Social, que normalmente não se vê, mas que as pessoas sentem e por isso, acho que o Deputado Paulo Pinto anda desatento relativamente a algumas intervenções que têm sido feitas na cidade, desatento também em relação ao meio rural, porque os Senhores Presidentes de Junta têm feito, todos eles, um esforço enorme para cumprir aquilo que está estabelecido, mesmo a nível de Proteção Civil e, portanto, anda realmente desatento, com um discurso derrotista relativamente a Mirandela e aos Mirandelenses em particular também aos funcionários da Câmara, porque os trabalhadores do Município são aqueles com quem sempre contamos, com quem o PSD também contou enquanto esteve no Executivo e, portanto, só se de facto eles mudaram de estratégia e o seu profissionalismo, o que eu não acredito, acho que estão todos empenhados em que Mirandela e os Mirandelenses contem com todos os trabalhadores, portanto, considero que esta forma derrotista de ver Mirandela e de ter uma visão de futuro para Mirandela, não beneficia nada, nem o PSD, nem o próprio Município.

Relativamente à intervenção do Deputado José Trovisco, agradeço as suas palavras, de facto destaco de todas elas o Plano Municipal de Regadio. Como sabe a preocupação do regadio é uma preocupação transversal a todas as Câmaras Municipais e foi decidido na Comunidade Intermunicipal que iríamos fazer um plano intermunicipal de regadio para toda a região da CIM. Temos agora dois regadios para fazer, que já estavam contemplados pelo anterior Executivo, mas nós estamos a trabalhar em conjunto com alguns Técnicos do Município, também com a ajuda externa de pessoas que já estavam a trabalhar nestes regadios para que este Plano Municipal integre de forma direta o Plano Intermunicipal de regadio, até porque existem áreas de confluência, aldeais limítrofes que podem ser regadas pelas mesmas infraestruturas dos concelhos limítrofes a Mirandela.

Relativamente à intervenção do Deputado Jorge Humberto, dizer que concordo com tudo aquilo que disse e que se de facto os procedimentos lesarem os interesses do Município é óbvio que as situações têm que ser apuradas internamente e até externamente, se for esse o caso.

Relativamente à intervenção do Deputado Pedro Beato, dizer que de facto, concordar aqui com algumas considerações que faz, relativamente ao Aniversário do Município e salientar também um trabalho muito importante que tem sido feito pela Associação Matiz que tem um trabalho muito meritório nesta área e até partilhar, com todos, a situação que eu fiz chegar ao Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte) relativamente à Associação Matiz, uma vez que a Associação tem como objetivo, apresentar uma candidatura a uma tipologia de apoio a pessoas com dificuldades e por isso que não existe resposta no Distrito de Bragança e, portanto, aquilo que me foi dito pelo Dr. Pimenta Marinho, foi que estão a analisar esta situação e logo que tenha esta informação, nos faz chegar para nós informarmos a Associação Matiz. A Matiz ficou muito bem posicionada no fórum, estavam presentes muitas entidades do distrito, demonstraram interesse neste projeto e portanto esta formalização junto da Segurança Social poderá ter que ser assegurada também com a disponibilização de instalações da Câmara Municipal e por isso nós pusemo-nos à disposição, também, para articular com a ARS Norte, qual é a tipologia que eles consideram mais adequada para a nossa região. Esta, como diz a Dr.ª Sara Araújo, é uma oportunidade de termos aqui em Mirandela, postos de trabalho nesta área, e também dar resposta às necessidades nesta área da saúde mental que são cada vez mais urgentes e emergentes no nosso distrito e no país.

Relativamente ao Serviço Municipal de Veterinária, este é um assunto, como imagina, que conheço bem, de facto, foi aprovado este ano uma Lei que proíbe o abate dos animais, nós estamos integrados na Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana que gere um Canil Intermunicipal, eu acho que era interessante o Professor Pedro Beato visitar o Canil, eles estão, naturalmente, dispostos a receber todos, e as instalações que vão tendo e o esforço que fazem para acolher todos os cães vadios que de uma forma ou de outra são alimentados por pessoas que tendo carinho por animais, pensam que lhe estão a fazer bem, mas de facto, vão criando um problema a nós Município e também aos outros Mirandelenses, uma vez que também, já são reportados há muito tempo, ataques de cães que às vezes vivem em matilha e que portanto tornam-se perigosos para os seres humanos. A nossa preocupação aqui neste tema, como vocês sabem é também a Associação Mirandelense de proteção animal que tem muitos problemas de instalações, alimentação e temos realmente tido para com eles a partilha de preocupações, mas não há uma solução à vista para a quantidade de animais que são albergados pela Associação. A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) já conhece o problema e portanto vamos fazer vistoria comum, mas o nosso receio é que o terreno foi dado pela Câmara Municipal para a construção da Associação, é preciso abastecimento de água pelos Bombeiros, porque não é o terreno com abastecimento e, portanto, há aqui uma série de questões relativamente à Associação que nos devem preocupar a todos.

Relativamente ao Deputado Figueiredo, apesar destas situações não estarem integradas na informação da Presidente, mas de qualquer forma, tenho todo o gosto em responder. Sem fazer referência às questões menos corretas que foram ditas e centrando naquilo que é politicamente importante, dizer-lhe que existe no nosso Regimento o artigo 63.º, como todos conhecem que se refere a deveres, dos membros da Assembleia, o ponto 2, alínea e) diz assim: “Não usar, para fins de interesse próprio ou de terceiros, informações a que tenha acesso no exercício das suas funções.”, esta é a primeira informação. A segunda informação é que nós temos uma sala que foi disponibilizada à oposição, todos conhecem qual é a sala, que faz parte do primeiro piso e essa sala está sempre disponível para os Senhores Vereadores e para os Senhores Deputados Municipais, para consulta de qualquer situação até porque os trabalhadores do Município que trabalham para os Órgãos Municipais estão sempre disponíveis para vos dar acesso a toda a informação.

Relativamente ao gráfico de receitas e despesas correntes tudo aquilo que foi referido pelo Deputado António Figueiredo, dizer-lhe que os documentos estão todos na informação da Presidente que consta da documentação que foi entregue, portanto, sugiro que possa ler a documentação para que possa ter esta informação que me pede neste momento.

Outra situação em que refere, se for incómodo para a bancada, a única situação que lhe digo é que o incómodo poderá ser para a sua bancada, pela forma como se refere às outras pessoas, mas a educação como dizem os antigos “cabe sempre em todo o lado”.

Relativamente à grua e quando se trata de dizer que há uma irresponsabilidade da Presidente, eu passo a ler uma informação que é do Gabinete de Apoio à Presidência que, eu solicitei um relatório sobre esta situação, uma vez que já existiram situações iguais em Mirandela e nunca foram levantadas como irresponsáveis, irregulares, ilegais e de risco. Assim, tendo em vista obter o máximo possível de informações sobre a matéria em apreciação, a partir de um grupo alargado com diferentes competências, em 27 de junho de 2018, o Adjunto Agostinho Beça, promoveu uma reunião com os seguintes Técnicos da Câmara Municipal, Eng.º Paulo Magalhães, Chefe de Divisão de obras Municipais e Urbanismo, Carlos Rebelo, Assistente Técnico dos Serviços de Fiscalização, Emília Lago, Assistente Técnica dos Serviços de Fiscalização, Maria Gouveia, Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil, Vanessa Moraes do Serviço de Higiene e Segurança, João Sequeira do Gabinete de Apoio Jurídico e Matilde Machado do Gabinete de Apoio à Vereação. Nesta reunião foram apresentados documentos e fundamentos comprovativos de que o processo cumpre todos os requisitos legais e formais exigíveis, podendo ainda afirmar-se que as operações no local da obra, estão a ser acompanhados atentamente pelos serviços de fiscalização do Município, com o máximo de zelo e profissionalismo, como sempre tem sido feito. O plano de segurança e saúde que integra o processo, foi um dos documentos presentes, com a indicação do responsável pelo mesmo, Eng.º Nuno Florindo, tendo, ainda, sido apurados os seguintes factos: a grua apesar de estar instalada no lado da rua oposta à obra, opera exclusivamente a partir do estacionamento contíguo e no interior da área limitada para a mesma, não havendo assim, cargas a atravessar a rua. O promotor tem todo o empenho que a grande maioria das descargas de materiais seja feita preferencialmente na zona das traseiras do edifício a construir, não pondo em causa a segurança da via pública. A interrupção de trânsito ou o condicionamento que resultaria da instalação da grua noutra local seria indesejável, já que esta é a principal via de fluxo rodoviário de entrada e saída da cidade, pelo menos enquanto decorrem as obras do PAMUS. Foi possível apurar, ainda, que a situação em análise não é caso único nos processos de licenciamento existentes nos serviços competentes do Município. Recuando no tempo, mais concretamente, ao ano 2014, o processo de obras 8212, em nome de Adérito Manuel Gomes, localizado na Rua da República, teve uma grua de apoio à obra, instalada no jardim Municipal em frente, do outro lado da Rua da República. Nessa obra curiosamente o projeto

de arquitetura era do próprio Arquiteto António Figueiredo, bem como a responsabilidade pela fiscalização da mesma, e já antes o mesmo se verificou no processo de obras 509 em nome de Jorge Fernando Alves, na Rua Dom Afonso III, tendo a grua de apoio sido instalada, em situação semelhante, no lado oposto da rua, junto à Praça de Táxis. Face ao exposto, e na certeza que tudo está a decorrer dentro dos procedimentos legais, de seguida indica-se a cronologia do processo: 13 de abril, emissão do alvará de construção; 22 de maio, requerimento de pedido de ocupação da via pública por 30 dias; 28 de maio, informação dos serviços de fiscalização sobre a área a ocupar; 29 de maio, apreciação do Eng.º Luís Bezeza, propondo autorização e remetendo a responsabilidade para o promotor; 4 de junho pagamento das taxas pelo promotor a partir desta data; 6 de junho, parecer do Eng.º Paulo Magalhães para submeter a despacho; 8 de junho, despacho de deferimento pelo Vereador, Orlando Pires, referindo a necessidade de um plano de segurança e saúde e indicação de um responsável pela matéria e 15 de junho, o promotor liquidou as taxas no valor de 361,08€ pelo prazo de 30 dias, com início a 4 de junho e validade até 4 de julho. Esta é a situação e informação e está aqui toda a documentação que poderá estar disponível a todos, bem como a documentação de suporte a todas estas situações.

Relativamente ao Pingo Doce, o Pingo Doce foi licenciado, e relativamente ao loteamento dos aquedutos e Continente, terá que ir aos Serviços Técnicos, à fiscalização. A área do loteamento dos aquedutos foi diversas vezes objeto de apreciação e correção, em particular, pelo ex-diretor de Departamento, Eng.º Guedes Marques, tendo a requerente procedido às correções necessárias até termos tido a concordância dos Técnicos, quanto ao valor da área ocupado pelo loteamento.

É só, tenho dito, Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado, Senhora Presidente.

Senhor Deputado Figueiredo acho que essas questões... senão nunca mais concluímos, devem ser tratadas no sítio próprio, se entenderem. Houve a justificação não vale a pena estarmos a adiantar.

Pronto, se quer defender a honra, que eu acho que não foi ofendida, faça o favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Em relação ao Pingo Doce, eu quero saber pela Senhora Presidente, se no projeto inicial há alterações em consonância com o projeto telas finais, que não existe projeto de telas finais é projeto de alteração, se tem ou não tem uma garrafeira? Veja lá no projeto principal e veja lá nas telas finais.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado, não está a defender a honra.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Estou a defender a honra, estou.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Não. Está a fazer afirmações contraditórias e pediu-me a palavra para defender a honra.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Ela está-me a chamar mentiroso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Eu peço desculpa, assim nunca mais nos entendemos.

Não, desculpe, não está a defender a honra. Tenha paciência, o Senhor é uma pessoa inteligente e sabe que não está a defender a honra.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Em relação à grua, como a Senhora Presidente disse, não fui eu que pus a grua, nem fui eu que assinei o projeto do Senhor Adérito, como é que é? Teixeira ou Teixeira Gomes ou lá que é. Eu, simplesmente fiz-lhe o projeto e incompatibilizei-me com ele passados meses e alguém continuou com a obra, pronto. Isso se calhar a Senhora Presidente não sabe disso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Isso sim, está a defender a honra e ficará registado Deputado António Figueiredo.

Muito obrigado.

Assim sendo, vamos passar ao ponto seguinte.

4.2 - Prestação de Contas Consolidada – 2017 – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:**

Muito boa tarde a todos, cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, Membros do Executivo, Membros desta Assembleia, Público.

Vamos falar então da Prestação de contas consolidadas, e eu aqui não farei uma análise técnica daquilo que foi a prestação de contas, nem levantarei muitas questões, pois como vimos e como continuamos a ver, quando as questões são incómodas elas não são respondidas aos Membros desta Assembleia. No entanto, tenho uma apreciação a fazer naquilo que está em torno do que é a prestação de contas consolidadas que nos são apresentadas. Se eu, reservas tinha relativamente à prestação de contas individual, elas mantém-se, se não maiores ainda, relativamente às contas consolidadas, isto porquê? Vejamos, na anterior Assembleia perguntei diretamente à Senhora Presidente, se esta prestação de contas individual, revelava a verdadeira situação

do Município, ao qual não obtive resposta, e não obtive resposta mas passados alguns tempos vimos a nossa Comunicação Social ser bombardeada com notícias, tanto pelo Senhor Vereador *José Cunha*, como pela Senhora Presidente, a dizer que havia dívida escondida, que havia passivos não contabilizados e outras situações, e estes dados supostamente sairiam de um tal relatório preliminar da Auditoria que nunca chegou ao conhecimento desta Assembleia e pelos vistos também nunca vai chegar. Ora bem, se estas situações existiam, então deviam estar refletidas na prestação de contas. Ou seja, a prestação de contas, não apresentava a verdadeira realidade do Município de Mirandela, nem toda a informação. No que respeita às participadas ouvimos várias vezes a Senhora Presidente dizer que a dívida que estava nas participadas que não era verdadeira que a dívida era maior e que não correspondiam à real imagem daquilo que era a participação do Município nestas empresas. No entanto, novamente, nada está refletido nesta prestação de contas consolidadas. Mais grave ainda e conforme já foi aqui dito e já novos dados foram lançados, já existe, então, um relatório final, da tal Auditoria. E eu digo supostamente existe porque já sabemos que ainda não chegou ao conhecimento desta Assembleia e segundo aquilo que se vai ouvindo aqui e ali, aquilo que diz é que há então aqui uma dívida maior do que aquilo que está registada. Assim eu pergunto, em que é que ficamos? A prestação de contas consolidadas é esta ou não é? Levantamos aqui a questão e o Executivo pede-nos para aprovar uma prestação de contas, mas no momento seguinte vem para a praça pública dizer, não, não, calma lá que esta não é a real imagem do Município. Há mais dívida, há mais passivos escondidos e ocultados. Isto parece-me muito pouco sério e muito pouco transparente. Depois lança-se a suspeição na praça pública e no momento de haver e podermos discutir e debater aquilo que aconteceu e qual a imagem real do Município escudam-se com termos de confidencialidade que afinal agora já não são tão confidenciais assim. Pois bem, isto é tudo muito fácil quando estamos sozinhos, mas querer colocar uma mordaza a esta Assembleia e aos visados eticamente e democraticamente questionável. Assim não me parece responsável apresentar uma prestação de contas e no momento seguinte, em praça pública, dizer que ela não espelha a real imagem e a real situação do Município. Pelo que, se tecnicamente o documento não apresenta falhas, politicamente continua ferido e bem ferido, por quem o apresenta e por quem pede a esta Assembleia que o aprove. Continua a ser posto em causa, continuamos sem saber se é ou se não é a verdadeira imagem do Município, e continuamos sem conhecer os relatórios preliminares de onde saíram os dados que tanta suspeição levantaram na nossa Comunicação Social. Por isso, estando tão abalado politicamente este documento parece-me um exercício inútil partir para uma discussão de uma prestação de contas consolidadas, sem uma clarificação real da situação do Município, sendo a que está, sendo outra, que por qualquer motivo pode ser apresentada neste tal relatório preliminar. Por isso, solicito que se disponibilize e já vi que há abertura do Município para tal, que se disponibilize, então, o relatório nesta Assembleia e então a seguir que discutamos, então, a real situação do Município, se é aquela que nos está a apresentar se é aquela que nos quer fazer querer no relatório da Auditoria. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal *José Manuel Trovisco* (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Boa tarde mais uma, com o meu contributo no ponto 4.2.

Vou-me abster de entrar concretamente na parte financeira do relatório, porque é parte que não domino, mas quero falar essencialmente sobre este a história e sobre a atualidade começando pelo Complexo Agroindustrial do Cachão.

Assim, vou começar com uma breve história do Complexo que nasceu na década de 70, compreendia todas as valências necessárias ao funcionamento de uma Unidade Agroindustrial de grande escala que, enquanto operacionais, foram um fator inexecdível de progresso e desenvolvimento de Trás-os-Montes.

O projeto previa ainda que o Complexo fosse o suporte de uma verdadeira revolução da agroindústria transmontana, englobando o regadio a uma vasta área, suportado pela construção de 130 barragens de aterro, estando agora concluídas uma boa meia dúzia.

Como mentor deste projeto megalómano, o visionário Eng.º Camilo Mendonça, quis à data domar o rio Tua, construindo barragens dotadas de eclusas, produzindo energia elétrica e servindo como via de transporte para o escoamento dos produtos ali produzidos.

Não foi a tempo de concretizar esta ideia, mas isto era década de 70. Hoje existe uma barragem, sim, mas não tem eclusa, e faltar-lhe-iam 20 metros de altura para ser navegável desde o Cachão ao Douro.

As principais valências exercidas no Complexo dinamizaram a região e geraram riqueza enquanto funcionaram, algumas mantêm, ainda, alguma atividade, falamos por exemplo: no lagar de azeite, nos frutos preparados de conserva de azeitona, cereja, figo, enlatados, queijaria, frutos secos, adega de vinhos, destilaria, lavandaria de lãs, fábrica de rações, matadouro, projeto de outras fábricas como a de curtumes e óleos, central de vapor, barragem agrícola para regadio da zona e abastecimento industrial. Contava, ainda, com laboratório para garantir a qualidade dos produtos fabricados das marcas Nordeste, Tua, Sabor e Vilarça.

Estas valências, algumas efémeras, são a gênese de três décadas de laboração do Complexo e da fixação de populações, alguma existente e testemunha da sua lenta queda, que envolveu a delapidação de património, a degradação acelerada das infraestruturas, dos edifícios, alguns por terminar, a contaminação ambiental e quejandos.

O encerramento foi concretizado em 1992, data em que a sua gestão foi entregue às câmaras de Mirandela e de Vila Flor.

Na atualidade, reúnem-se sinergias para tentar salvar, aquilo que eu considero “um monstro”, e aqui estamos a enfrentá-lo. Isto tudo, para na minha ótica e nesta minha intervenção enquadrar duas questões:

A primeira, é dito que no relatório que “... o acordo obtido com o Novo Banco, que reduz a taxa de juro de 6,5 para 4% não é cumprido desde outubro 2017.”, e eu questiono, quem é o incumpridor? Porque não consegui realmente ficar com essa certeza.

A segunda questão tem a ver com o que diz o relatório, “... a Administração da AIN tem um entendimento fundamentado de que o projeto tem espaço para evoluir e trazer valor acrescentado à região.”, e eu pergunto se continuam a acreditar, apesar dos constrangimentos descritos no relatório, que vale a pena acreditar na viabilidade deste projeto, e continuar a elegê-lo como uma das suas promessas eleitorais?

Sobre o Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A., também tenho duas questões.

Primeira: O relatório de gestão do exercício de 2017 aponta um futuro difícil, na minha ótica desta entidade e a do destino a dar ao respetivo património. E que património existe? Está quantificado? Qual o seu valor de mercado?

Segunda questão: Como é referido, a vida útil do equipamento circulante já foi ultrapassada e entretanto continua em operação, questionando-se aqui a Administração, por um lado, sobre a certificação da operacionalidade deste equipamento, e por outro, qual o plano de intenções na atualidade, face ao projeto de exploração privada da linha do Tua, a um operador que já disse publicamente que se ao cabo de três anos, o projeto não for rentável, se retirava?

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado.

Já fora de tempo, mas o Deputado António Figueiredo pede-nos a palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores.

Em relação ao relatório de consolidação de contas de 2017, eu estive a lê-lo com um pouco de atenção, como tenho pouco que fazer já, portanto, estive a lê-lo com um pouco de atenção e verifiquei que aqui, há uma certa “copy paste”, também, em relação ao último relatório de consolidação, mas o outro está um pouco mais apurado. Porque eu estive a ver em relação aos outros relatórios, que falavam dos recursos humanos, a caracterização dos trabalhadores do grupo do Município, que falavam, portanto, de estruturas habitacionais e de trabalhadores também do grupo do Município, execução das operações orçamentais, qual era o equilíbrio orçamental, qual era o equilíbrio orçamental nos termos da Lei das Finanças Locais, qual era a análise ao balanço, qual era a análise da demonstração de resultados, qual era a situação económica e financeira da Câmara Municipal? Eu recordo que disse aqui na última reunião, através dos documentos da DGAL, que a DGAL tinha um *deficit*, ou melhor tinha umas contas consolidadas 18.192,000,00€, que por acaso eu disse na última reunião, que era de 18.192,000,00€, eu não sei se é esse o valor, porque eu não vi o relatório da Deloitte, portanto, não faço a mínima do relatório da Deloitte. Qual era o *stock* da dívida total, etc, etc. Portanto, quais são as informações relativas à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Portanto, há aqui determinadas situações que no relatório de consolidação falham e pecam portanto, em relação àquilo que é proposto. Mas mesmo assim, eu acho que foi passo positivo em relação àquilo que a Câmara Municipal, neste sentido fez, em relação ao Orçamento para 2017/2018. É isto que tinha a dizer. Tenho dito.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

A mesa ainda regista a inscrição do Senhor Deputado Jorge Humberto, que neste momento encontra-se ausente da sala, pelo que a Mesa, naturalmente, não pode esperar o regresso do Senhor Deputado. Fica sem efeito a inscrição para este ponto do Senhor Deputado Jorge Humberto da CDU.

Assim sendo, damos a palavra... o Senhor Deputado Jorge Humberto acaba mesmo de entrar, com certeza que a Mesa goza da compreensão da Assembleia para que lhe seja possível usar da palavra. Deputado Jorge Humberto foi mesmo no limite.

Não? Sendo assim está a questão ultrapassada, passamos a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para intervir naquilo que entender sobre a questão.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Muito obrigada Senhor Presidente.

Agradecer as intervenções feitas neste ponto da agenda, relativamente à certificação legal de contas, porque eu julgo que, são documentos que quer na AIN, quer no Metro Ligeiro de Mirandela, uma vez que a consolidação de contas para além do Município entra com as empresas participadas e tal como foi debatido na reunião de Câmara existem aqui duas ou três situações que eu gostava de fazer referência.

Quanto àquelas questões que são incómodas e não são respondidas, isso não é verdade, e porquê? Porque os documentos são distribuídos relativamente a todas as questões. Consta o relatório de gestão, que como vê é assinado pelo contabilista certificado, Vítor Magalhães, julgo que conhece, e o Conselho de Administração, Fernando Barros, Júlia Rodrigues e Paulo Guedes, e depois temos em anexo a certificação legal de contas.

Quanto ao Metro Ligeiro de Mirandela, exatamente a mesma situação, tem o relatório de gestão, que são visados pela Administração e pelo contabilista certificado, Mário do Nascimento, e portanto, quando fala que as situações não são respondidas eu sugiro também que vocês leiam os documentos, porque de facto, é fácil fazer oposição, aparentemente é fácil falar mal, por falar mal e não ter a adequada sustentabilidade documental, uma vez que estes documentos são feitos por Técnicos da Câmara, como eram no passado, eu não sei que afinação é que existe agora que não existia antes. Não sei se a afinação tem a ver com o facto de o Executivo ter mudado ou pelo facto dos Técnicos que estão na Câmara serem de outra cor política, que eu não acredito, porque o profissionalismo de cada um, não se mede de que partido as pessoas são. As pessoas têm liberdade para serem do partido que querem. Agora há uma coisa têm como certa, é que de facto, as pessoas que faziam antes os relatórios são exatamente as mesmas que fazem hoje. Alguma coisa vai ter que mudar, certamente, para que vocês tenham acesso à informação toda, porque a informação está toda nos documentos, se vocês não leem os documentos a responsabilidade não é da Presidente da Câmara, não é dos contabilistas que certificam as contas, nem é dos contabilistas que estão nas empresas municipais. Todos sabemos, que quer a AIN quer o Metro ligeiro de Mirandela estão em situação grave financeiramente. Todos sabemos, não é de agora, já existia antes, como existe agora. As contas consolidadas nós absteremo-nos na votação, porque estas contas são apresentadas em dezembro de 2017, nós tomamos posse em 29 de novembro de 2017, e portanto, tomamos posse na empresa participada. Nós absteremo-nos nas contas, agora se não têm a verdadeira realidade do Município de Mirandela, estas contas são aquelas que estão aqui, pode ir falar com o contabilista, eu arranjo-lhe uma reunião, o contabilista que está na AIN e no Matadouro Industrial do Cachão, agora só está na AIN, julgo eu, ainda está essa situação por resolver, mas deve com certeza conhecer até melhor do que eu, porque naturalmente existem por todo o lado conhecimentos, acesso a informação que vocês têm que mesmo nós que estamos no Executivo não temos, porquê? Porque, realmente, existem

determinadas situações e contratos que vigoram há muitos anos e que estão entregues sempre às mesmas pessoas, e por isso, passo-lhe a dizer que quando diz “ouvindo aqui e ali”, ouvindo aqui e ali o quê? Está a falar na AIN, está a falar no Matadouro Industrial do Cachão ou está a falar no Metro Ligeiro de Mirandela? “Muito pouco séria, muito pouco transparente”, ou que é muito pouco séria e muito pouco transparente, se está tudo nas contas verdadeiras? Não percebo. Terá que me explicar o que é muito pouco sério, serão as contas? Ou será quem fez as contas? Não é confidencial? Confidencial é certamente. Continua sem ter conhecimento? O Deputado Paulo Pinto tem o relatório, certamente que o Deputado Paulo Pinto sendo líder da bancada parlamentar poderá mostrar a todos os elementos da bancada parlamentar, dentro da confidencialidade, todos os documentos. Eu quando recebo um documento confidencial, como já recebi do Tribunal de Contas, por causa do tema que vem aqui à reunião da ecoCitrás, é óbvio que eu posso partilhar com os meus Vereadores, não é? Já foi votado, mas era confidencial e intransmissível. Existem documentos que são confidenciais e intransmissíveis, mas que englobam uma série de pessoas, por isso, é que eu mostrei aos meus Vereadores, porque realmente o confidencial e intransmissível faz parte de um grupo de pessoas, que é notificada, apesar de a notificação ser pessoal, nominal, ou seja, se a multa viesse quem teria que pagar era eu enquanto pessoa, eu não enquanto Presidente de Câmara e é uma responsabilidade do anterior Presidente de Câmara, não é minha, dos anteriores Presidentes de Câmara, que não extinguiram uma Associação e que deviam ter extinguido, mas quem foi notificada fui eu. Por isso acho que para jovem Social-democrata terá muito que refletir sobre a seriedade com que fala e com que acusa as pessoas. Tem que ter sustentabilidade Técnica e sustentabilidade moral para acusar que as pessoas pouco sérias.

Em relação ao Senhor Deputado José Trovisco, falou da história do complexo, muito bem, o destino a dar ao respetivo património e vida útil. Em relação ao Metro Ligeiro de Mirandela, posso dizer que está intimamente relacionado com a mobilidade da Linha do Tua e que portanto já foi desbloqueada, já foi assinado um contrato com a Agência, naturalmente que é a Agência que vai ter que fazer um contrato com um operador privado e esse operador privado, sim, é que vai fazer a mobilidade, a partir daí o Metro Ligeiro de Mirandela, terá que extinguir-se ou incorporar-se na própria Agência. A nossa preocupação são os funcionários, obviamente, que terão que estar protegidos, mas que estão a ser informados regularmente sobre essa situação, através do Administrador que é o Eng.º Paulo Magalhães.

Julgo que são só estas questões a responder. Em relação ao Deputado António Figueiredo, não fez nenhuma pergunta sobre esta situação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Eu peço desculpa Senhor Vereador, mas eu não lhe posso dar a palavra, só pode usar da palavra a Senhora Presidente da Câmara, por uma questão regimental.

Quero dizer que é da responsabilidade da Senhora Presidente da Câmara permitir que o Senhor Vereador fale, é isso Senhora Presidente? Tem que ter a certeza.

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Público aqui presente, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Eu quando pedi para intervir em defesa da honra, não é propriamente da minha honra, mas indiretamente. Porque não é a primeira vez que a Senhora Presidente, nesta Assembleia e provavelmente noutros contextos, tenta utilizar uma situação que conhece bem e aliás referiu aí o nome de uma pessoa que neste momento e há muitos anos é contabilista no Cachão, na AIN e no Matadouro, que é meu irmão, que se chama Víctor Magalhães, que é um excelente profissional e posso-lhe garantir que o facto de eu ser Vereador na Câmara, tem implicado da parte dele um cuidado redobrado na transmissão de informação. Posso-lhe garantir e juro, aqui, sobre compromisso de honra, que nunca o meu irmão me deu qualquer informação relativamente às funções que exerce no Cachão. Nunca, e a Senhora hoje aqui tentou condicionar e criticar a intervenção do Nuno Magalhães, que é outro Magalhães, que eu admiro muito, que é um jovem que eu acho que tem futuro e que deve ser aproveitado e respeitado e a Senhora hoje tentou aqui condicionar a intervenção dele, aludindo à questão do meu irmão ser Contabilista no Cachão. Eu acho que isso não se faz, não é correto e eu não aceito isso...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Vereador está a defender a honra de terceiros...

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:**

Não é terceiros, é a minha honra...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Não, está a falar do seu irmão, do seu sobrinho. Enquanto se cingir à sua honra tudo bem...

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:**

O meu irmão e o meu sobrinho são meus familiares...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Não...

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:**

E quem ofende a honra deles, ofende a minha honra...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

O Senhor é licenciado em Direito, saberá melhor do que eu...

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:**

Desculpe lá Senhor Presidente, eu não concordo consigo...
Deixe-me acabar, vou ser breve...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Saberá melhor do que eu que defender a honra de terceiros não faz parte do nosso regimento. Defenda a sua honra e paramos por aí ...

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:**

É a minha honra, já lhe disse, é a minha honra que está a ser beliscada quando falam mal ou quando tentam aqui condicionar pessoas que fazem parte da minha família...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Tenho outro entendimento e assim sendo...

----- **O Senhor Vereador Rui Magalhães (PSD) disse:**

Em relação à consolidação de contas, que fique bem claro nós votamos a favor na reunião de Câmara, mas eu disse às pessoas da bancada do PSD, votem como bem entenderem. Há liberdade de voto quanto a esta matéria, portanto, reafirmo aqui votem como bem entenderem, agora por favor não tentem condicionar intervenções que aqui são feitas invocando relações familiares que eu ou outros possam ter.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Vereador. Assim sendo, temos aqui uma resposta que vamos conceder, agradeço que seja muito, muito breve, porque senão nunca mais terminamos com isso e que reconheça uma coisa, em relação às contas, de facto, a Senhora Presidente foi muito clara e eu estou a falar de uma área que me é muito próxima e de facto está tudo aqui no papel. Teremos que reconhecer algumas coisas.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:**

Muito obrigado, Senhor Presidente. Efetivamente há que reconhecer que a Senhora Presidente apresenta-nos hoje, aqui, uma prestação de contas consolidada e apresenta-nos um relatório de auditoria que tem outros valores. Eu então fico aqui na dúvida qual é o valor a aprovar e a Senhora presidente está agora, novamente a tentar condicionar a minha intervenção e eu sei que a incomoda o facto de ter um jovem Social-democrata porque não consegue encontrar na génese dela. Outras pessoas que possam fazer um trabalho isento dedicado e sem qualquer tipo de compromisso como nós fazemos na JSD, lamento Senhora Presidente e digo-lhe já, quem pôs em causa tudo o que está nesta prestação de contas, foi a Senhora Presidente. A Senhora Presidente pede uma auditoria para apurar a realidade do Município, diz-nos que a realidade do Município é que a dívida não 18 milhões, 20 milhões o que queira dizer, diz-nos que afinal são 26 milhões, e a seguir pede-nos que nós nesta Assembleia vamos aprovar outra prestação de contas que eu não tenho qualquer dúvida que seja real e que os Técnicos tenham feito um bom trabalho, mas que a Senhora Presidente na praça pública vem dizer não é verdadeira. Então explique-me isto. Já que não compreende aquilo que eu lhe disse e fui bem claro, e volto a ser bem claro, então explique-me isto. Eu não lhe falei da AIN, não lhe falei do Metro e pode tentar e continuar a tentar condicionar com o facto de o meu pai ser ou não ser o contabilista certificado da AIN. Não foi por isso que eu obtive mais informação, ela é pública sempre esteve nos relatórios, sempre esteve nas prestações de contas e eu fiz aquilo que todos os Membros desta Assembleia fazem e que se calhar a Senhora Dr.ª devia também fazer, que era olhar para eles e efetivamente estudá-los, não é agora tentar dizer que houve aqui um condicionalismo por parte de terceiros na intervenção que foi aqui feita. Lamento e para falar de moral e de ética, bem eu acho-lhe uma piada tremenda. Pôr em causa a moral e ética de quem trabalha há mais anos do que a Senhora é de política naquela empresa e nunca teve, nunca teve, uma queixa de ninguém, sempre foi certificado, por Revisores Oficiais de Contas, e a Senhora Presidente da Câmara, acaba nesta Assembleia de pôr em causa a ética e o profissionalismo desta pessoa. Eu gostava de saber o que é que tem a dizer sobre isto, também. Eu nunca aqui vim falar do familiar de “x” ou de “y”, pouco quero que venham falar dos meus. Se achava que de alguma forma me iria condicionar, lamento, mas pode ficar desiludida, porque o mesmo não aconteceu.

Sobre a prestação de contas, volto a dizer, a Senhora Presidente, então esclareça-nos qual é a real prestação de contas. Se é a que está a ser aqui apresentada, se é a que é demonstrada pela Auditoria. Não podemos um dia dizer que é uma e no dia seguinte dizer que é outra exatamente a contrária, por isso, a Senhora Presidente, decida-se e volto-lhe a dizer, sobre moral e ética felizmente posso falar. No seu caso não sei.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado. A Senhora Presidente quer ainda responder, faz favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Só para dizer que eu referi o nome, mas não falei bem nem falei mal, portanto, as pessoas interpretam da maneira que querem, pode ver depois na ata o que eu disse, nem falei mal, nem falei bem, portanto, não percebo onde é que está a honra ferida nem consigo entender a vaidade e a forma como interpretam essas situações, porque nós estamos numa Assembleia Municipal e eu não fiz qualquer referência ao profissionalismo de ninguém, nem sequer falei de relações familiares. De qualquer forma, em relação à prestação de contas, o que vai ser votado é este relatório de prestação de contas consolidada, é óbvio. Também não percebi se afinal conhece ou não conhece o relatório da auditoria, deve conhecer, porque apontou uma série de números que estão lá inscritos. Agora nunca foi colocada em causa a ética e o profissionalismo de ninguém e não vale a pena estarem tão nervosos, porque de facto, há muitos anos que vocês foram poder, e portanto, não se compreende o nervosismo. Já deviam estar habituados à prestação de contas, aos documentos que estão a ser apresentados. Não se consegue entender este nervosismo e esta forma exaltada de falar política, de ser político, e de falar de uma forma normal quando estamos em reuniões de

Assembleia Municipal e temos um Público, termos o respeito pelos outros Deputados Municipais e pelos senhores Presidentes de Junta.

Obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Dirimida a questão, a Mesa regista 48 presenças neste momento na sala, estamos em condições, com a entrada do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, passam a 49 presenças, para a votação deste ponto da ordem de trabalhos, Prestação de Contas Consolidada – 2017 – Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A..

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos contra, 20 abstenções e 10 votos a favor, não aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2017 – Agroindustrial do Nordeste, EIM, S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.

----- **O Senhor Deputado Jorge Pires (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de Voto”

A minha intervenção vai mais no sentido de ver se a gente acalma este ambiente e tentar que as pessoas percebam.

Aparece-nos aqui, um documento para aprovarmos contas consolidadas, participadas. Não se põe em questão se o documento está mal ou bem feito, o que se põe em questão é uma outra coisa Senhora Presidente é que antes temos um documento de uma auditoria, que nós não conhecemos e que em princípio a análise desse documento recai também sobre estas contas que vocês pedem aqui agora para aprovarmos. Este é que é o problema. Eu pergunto a toda a assistência se alguém é capaz de votar em consciência a aprovação de umas contas que estão incluídas num outro relatório que nós temos conhecimento que existe e onde é afirmado que há uma diferença substancial nas contas, da qual faz parte desse relatório da auditoria, volto a frisar estes documentos que agora pedem aqui para nós votarmos. Em consciência não podemos votar, e é isto que eu peço serenamente, seja tido em consideração e talvez, não sei, se nós tivéssemos conhecimento prévio do relatório da auditoria e verificássemos que realmente há qualquer coisa, então talvez nós pudéssemos votar, estivéssemos aptos a votar, assim não estamos aptos para votar, pelo menos eu em consciência. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Não havendo mais nada a dizer, não sei se a Senhora Presidente quer dizer alguma coisa sobre este assunto.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Não, só realmente referir que votou contra a situação, a votação na reunião de Câmara foi contrária, houve um voto favorável pelos Senhores Vereadores, e portanto, em relação em conhecer ou não conhecer o relatório. O relatório foi entregue ao líder Parlamentar, e portanto, essa situação, é uma situação que vão ter que dirimir entre vocês.

----- **O Senhor Deputado Paulo Pinto (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de Voto”

Senhor Presidente. Só para dizer o seguinte, enquanto não tivermos a revisão orçamental para sabermos verdadeiramente quais os números encontrados na auditoria, cada vez que se colocar a aprovação de relatórios e outros documentos similares, nós temos uma grande dificuldade em votar conscientemente, e o voto contra é um voto de protesto, para que as coisas parem e subam novamente a este ambiente. Senhora Presidente, nós queremos ajudá-la, não podemos é continuar neste ambiente de incerteza e de dúvida, onde duvidamos de tudo e de todos. Aqueles técnicos que por vezes para si são muito bons e que para mim são muito maus. Técnicos da Câmara Municipal que porventura se alguém omitiu dívida, como é que foram sob pena de eles também estarem enganados, outros porventura serem cúmplices e outros não sentirem nada porque ninguém explica nada. Muito obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, era só para dar uma explicação técnica sobre situação e eu passarei a palavra ao Vereador José Cunha.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:**

Muito boa tarde a todos novamente. Para explicar um bocado este ponto, que está aqui alguma confusão no ar.

Os Senhores, neste caso, estão aqui a votar a consolidação de contas, já aprovaram numa primeira fase as contas do Município. Nós estamos aqui a adicionar as contas de duas participadas, que é a AIN e o Metro Ligeiro de Mirandela, é isso que está aqui a ser adicionado. As outras contas foram aprovadas pelos Senhores em abril, por isso, eu quero entender aqui, que estão contra as contas da AIN e do Metro, porque as outras são as mesmas.

Agora eu passo a explicar sobre a Auditoria. Da Auditoria tivemos conhecimento do relatório nesta semana. O que é que acontece? Eu também quero fazer aqui um reparo antes disso. Foi falado várias vezes no relatório preliminar. Nem eu, nem a Senhora Presidente nas declarações públicas referimos um relatório preliminar. A imprensa é que falou nesse relatório. Nós falamos de uma apresentação e das conclusões que nos foram feitas e depois falamos sobre isso. Não tivemos nenhum documento, nenhum papel, nada palpável. Mas sobre a auditoria este relatório foi-nos dado com algumas informações, em que nós temos que pegar nesse relatório e ver a veracidade, também, da informação que está lá, porque muitas empresas responderam a dizer que há dívida. A questão dos processos judiciais, tudo isso está lá documentado, nós não poderemos aceitar uma dívida porque uma pessoa respondeu a dizer que existe dívida. Temos que justificar, há várias situações de Juntas e

temos que justificar para inserir nas contas. Só nesse momento é que poderemos atualizar isso, e no momento oportuno quando isso acontecer nós vamos regularizar as contas e será aqui transmitido sem problema nenhum, não temos nada a esconder. Agora nós não podemos inserir isso nas contas sem estar validado, sem estar verificado. Foi-nos entregue um relatório, que não é Lei, aquilo não diz: “meus Senhores agora isto é dívida e passou a ser”, é orientativo, e que agora vamos ter de confirmar. Há casos aí com algumas Juntas e outras situações de dívidas que nos reportaram. Como os Senhores agora tiveram acesso, agora também nos podem dizer: “isto é mentira”, vamos dar aqui um exemplo, Mirandela XXI a parceria, são trezentos e tal mil euros, podem dizer: “isto é mentira”, isso não deve ser pago por “isto ou por aquilo”, também têm direito a isso. Agora esta informação que está no relatório da Auditoria, tem que ser verificada agora pelos Serviços próprios, não pode estar nestas contas, por isso, os Senhores se aprovaram as contas do Município inicialmente, agora estão a dizer que não, mas já está votado está dito que não, foram reprovadas as contas, não poderão ser entregues ao Tribunal de Contas, mas não há problema, que nós lá resolveremos o problema e falaremos com o Tribunal de Contas. Há outros problemas também para resolver. Mas as contas são essas, se calhar podem não ter percebido que estavam a votar, mas o que estavam a votar era a introdução das contas da AIN e do Metro, que as contas do Município já estavam aprovadas pelos Senhores. Isto só serviu para que pudesse explicar um bocado as coisas e estarei disponível sempre que entenderem para vos explicar qualquer situação.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Só uma informação adicional, é que mesmo no próprio relatório da Auditoria, quando falamos das Juntas de Freguesia, só quinze das 30 Freguesias é que responderam, portanto, tenham noção que tudo o que está no relatório é em função das respostas que deram, fornecedores, advogados, Juntas de Freguesia, e portanto, esta verificação que vai ter que ser feita pelos Serviços da Câmara e depois sim, essa atualização vai ter que ser feita.

Obrigada, Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Ora bem, nós vamos suspender cinco minutos, precisamos clarificar muito bem esta situação. Eu não sei o que é que diz a Auditoria, eu tenho aqui um relatório de contas, que analisei e fiz a minha opção na votação. Entretanto vêm informações disparadas de vários lados. Isto requer naturalmente alguma atenção e eu queria que as partes dialogassem sobre o assunto, para se necessário, até repetirmos esta votação.

(Pausa de cinco minutos)

Agradeço aos Senhores Deputados que se sentem nos respetivos lugares, os que estão lá fora que entrem, para dar continuidade a esta Assembleia. Agradeço que se sentem por favor.

Ora se me permitem então, vamos dar continuidade...

Agradeço que se sentem por favor.

Mesmo na ausência da Senhora Presidente, estamos 42 Deputados na sala, prestem atenção ao seguinte: eu em função de uma situação nova, de inversão de voto por parte dos partidos, de uma análise que eu fiz baseada apenas num relatório que tinha e não em suposições de qualquer coisa que ande por aí da Auditoria que eu não conheço, votei de uma forma e abri a possibilidade de haver uma repetição depois de alguns esclarecimentos. Como sabem, a Assembleia é soberana para determinar isso, mas a meu ver isso só seria possível se houvesse unanimidade na decisão por parte dos representantes dos partidos. Como não houve a votação está feita e ponto final. Assim sendo, vamos seguir para o ponto 4.3 “Proposta de Denúncia do Protocolo de Delegação de Competências da Gestão do Aeródromo Municipal de Mirandela celebrado com o Aero Clube de Mirandela.”

4.3 “Proposta de Denúncia do Protocolo de Delegação de Competências da Gestão do Aeródromo Municipal de Mirandela celebrado com o Aero Clube de Mirandela.”

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade conforme proposto:

1 - Aprovar a denúncia do Protocolo de Delegação de Competências da Gestão do Aeródromo Municipal de Mirandela celebrado entre a Câmara Municipal de Mirandela e o Aero Clube de Mirandela;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:**

Senhor Presidente obrigado.

Senhora Presidente era mais uma pergunta e esperar por uma confirmação que é exatamente, digamos que a renúncia deste protocolo com o Aero clube de Mirandela se não tem que implicar também o acordo da parte interessada na continuação deste protocolo e também pedir a confirmação da Senhora Presidente a confirmação, se é verdade que a Câmara Municipal de Mirandela tem uma dívida para com o Aero clube de Mirandela na ordem dos 60.000€.

Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Câmara, digníssima Assembleia.

Pronto a Senhora Presidente quer denunciar este protocolo, são respeitáveis certamente as razões que a Câmara Municipal irá ou já invocou. A nossa preocupação é que tem lá um funcionário, julgamos que o contrato de trabalho termina em julho, a pergunta que lhe fazemos é se vai ser renovado o posto de trabalho e a favor deste funcionário?

----- **O Senhor Deputado Paulo Pontes (PSD) disse:**

Muito boa tarde. Eu, assumindo a minha total, mesmo total ignorância no que respeita a este ponto, mas há uma dúvida que me surge para eu poder definir a minha votação é o porquê, se é possível dar alguma explicação, porque é que se denuncia um protocolo que existe? Porque falhou o Aeródromo, porque falhou a Câmara, porque sinceramente e poderá haver informação sobre isso que eu não vi e que estou totalmente ignorante em relação ao assunto, mas que deverá haver uma justificação. Se existia um protocolo e deixa de existir, qual das partes ou porque é que ele vai deixar de existir?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado Paulo Pontes, assim sendo, Senhora Presidente agradeço que esclareça então esta questão.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Muito obrigada Senhor Presidente.

Relativamente à denúncia do protocolo da delegação de competências da gestão do Aeródromo Municipal de Mirandela, celebrado com o Aero Clube de Mirandela, temos a reafirmar que o protocolo em vigor tem data de assinatura de 2005, encontra-se desadequado à realidade atual. Decorreram várias reuniões com os representantes do Aero clube de Mirandela, tendo-se referido esta situação e acordou-se que é eminente a elaboração de um novo protocolo adequado à realidade.

Passos para a denúncia do protocolo:

Primeiro: elaboração pelo Município da proposta de denúncia pelo Município do protocolo em vigor que é apresentado em reunião de Câmara a 21 de junho;

Segundo: a deliberação de Câmara de 21 de junho segue para aprovação na Assembleia Municipal de 29 de junho. Caso as deliberações de reunião de Câmara e Assembleia sejam favoráveis à rescisão do protocolo, então o Aero clube de Mirandela é notificado dessa decisão e é elaborado um novo protocolo, que já está em preparação. O protocolo de 2005 deixa de estar em vigor passados dez dias úteis da notificação de denúncia ao Aero clube de Mirandela, período durante o qual se irá produzir um novo protocolo, cuja entrada em vigor depende da deliberação da Câmara Municipal em reunião de Câmara. Em paralelo o Município pretende elaborar, também, o regulamento do Aeródromo Municipal de Mirandela conforme proposta do início de procedimento apresentado em reunião de Câmara de 21 de junho. Portanto, aquilo que está em causa é, no fundo, a constituição de um novo regulamento e de um novo protocolo de delegação de competências com o Aero Clube que nos termos em que está a ser proposto, está a ser negociado com o Aero clube, beneficiando quer o Aero clube, quer a gestão da Câmara Municipal, tratando-se de um Aeródromo Municipal.

Em relação ao contrato de trabalho do Diretor do Aeródromo, não existe obrigação de haver um Diretor de Aeródromo. Foi essa a situação que o anterior Executivo decidiu, fazer uma avença com o Diretor do Aeródromo. De facto, essa avença termina agora em julho, ainda não falamos com o trabalhador, não está decidido se ficará afeto a estas funções ou que se não ficará, portanto, naturalmente que a figura de Diretor de Aeródromo, poderá ser como é noutros Aeródromos Municipais, um trabalhador da Câmara Municipal que tem formação como Diretor de Aeródromo podendo ser ou não em regime de avença. Neste caso, poderá não ser. Relativamente a essa situação não me parece correto estarmos a divulgar ou a partilhar essa informação, até porque não está nada decidido, é uma decisão que terá de ser tomada em conjunto com a Coordenação da Proteção Civil, de onde depende o Aeródromo e também com a direção do Aero clube. É óbvio que o trabalhador em causa, o Paulo Guilherme, tem feito um trabalho meritório. Temos feito alguns exercícios o último à escala total que quanto a nós correu muito bem, até temos aqui algumas pessoas presentes que estiverem no local, correu melhor que os últimos que tinham sido feitos já há bastantes anos e, portanto, estamos em condições de cumprir tudo aquilo que foi solicitado pela Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC). É um investimento que tem de ser feito porque realmente o Aeródromo segundo nos dizem é uma infraestrutura com um potencial muito grande, porque tem condições únicas de ventos cruzados, ou seja, não temos muitos ventos cruzados e tem uma abertura de pista fantástica. Temos aqui recebido muitos espanhóis que visitam Mirandela e portanto é preciso dar uma nova dinâmica, é preciso encontrar forças entre o Aero clube e o Município. As relações entre o Município e o Aero clube não têm sido fáceis, não neste momento, mas com o anterior Executivo. Eu julgo que todos devem saber das situações que existiam, pela gestão do espaço, pela gestão da pista, pela gestão do local onde se guardam os aviões. Relativamente à dívida do Aero clube, de facto, foi-nos referido que existia uma dívida do Município para com o Aero clube nos montantes aproximados de 60.000,00€, já uma dívida antiga, que se relacionava com a prestação de serviços que o Aero Clube fazia ao Município na gestão do Aeródromo. De facto, não posso confirmar essa dívida, mas é um assunto que está a ser verificado pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhora Presidente.

Deixem-me só referir uma coisa, pois é preciso pôr alguma ordem nisto. A Senhora Presidente responde quando quer..., pode não poder, não ter condições ou não querer fazê-lo. É de bom-tom que o faça naturalmente, quando não o fizer, não vão ser os Senhores Deputados a pedir como fizeram agora, que responda. Portanto vamos lá ver se sabemos qual é o nosso lugar e quais são as nossas responsabilidades, que não volte a acontecer este tipo de coisas, até porque partiu de vários sítios dali da bancada.

Assim sendo, está terminado, vamos seguir para a votação.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 voto contra, 3 abstenções e 45 votos a favor, aprovar a Proposta de Denúncia do Protocolo de Delegação de Competências da Gestão do Aeródromo Municipal de Mirandela celebrado com o Aero Clube de Mirandela.

----- O Senhor Deputado *Paulo Pontes* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de Voto”

Como o Senhor Presidente não permitiu que eu recolocasse a questão, não fiquei esclarecido neste ponto. Não fiquei esclarecido se a denúncia do contrato é de mútuo acordo entre a Câmara Municipal de Mirandela e o Aeroclube de Mirandela e se depois de denunciado o contrato, se está “negociado” para que seja assinado novo protocolo entre a Câmara Municipal de Mirandela e o Aeroclube de Mirandela, ou outra entidade qualquer. O Senhor Presidente não permitiu que eu viesse clarear a situação, votei contra por uma questão de coerência.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

Eu acho que devemos preocupar-nos com o Município e não com as questões de contratos e renovações de contratos dos funcionários. Isto não é do nosso pelouro. Nós devemos preocupar-nos com as questões do Município. Se calhar eu preocupo-me é se da anulação deste protocolo possam acontecer prejuízos para o Município, agora o resto não é connosco. Assim sendo, vamos passar para o ponto seguinte “4.4 - Proposta de Extinção/Dissolução da “Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – ecoCITRAS””.

4.4 - Proposta de Extinção/Dissolução da “Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – ecoCITRAS”.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a extinção da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – ecoCITRAS, nos termos da alínea *n*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, dissolvendo-se a mesma, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 182.º do Código Civil, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 59.º do RJAELPL.;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea *ccc*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

Não havendo questões, não sei se a Senhora Presidente quer fazer algum esclarecimento.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:

Só para informar que esta era a Associação que eu falei há pouco, que fomos notificados para que esta Associação, que já deveria ter sido extinta, fosse extinta. Tem que ter essa extinção em todas as Assembleias Municipais dos Municípios aderentes, como teve também que ter a aprovação na reunião de Câmara.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor, aprovar a Proposta de Extinção/Dissolução da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes - ecoCITRAS.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

Passamos para o ponto “4.5 - Proposta de Abertura de Procedimentos Concurais”.

4.5 - Proposta de Abertura de Procedimentos Concurais”.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1- Aprovar a Proposta de Abertura dos supracitados procedimentos concursais;
- 2- Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Virgílio Tavares* (CDS-PP) disse:

Senhor Presidente, boa tarde. Se não me falha aqui o assunto, penso que tem a ver com a criação de três postos de trabalho, não é? É isso? Pronto, exatamente.

Na verdade nós congratulamo-nos. Com a diminuição do quadro de pessoal desde 2013, cinco postos de trabalho previstos e não ocupados refere-se no documento para a carreira e categoria de Assistente Operacional de Sapador Florestal, talvez peque por tardia e por um número tão reduzido, se calhar devia ser mais. Relativamente aos três postos de trabalho para Técnicos Superiores, já não concordamos. Sabendo que é ao abrigo de um programa “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar” através de uma candidatura da CIM-TTM, não é a Câmara com estas três pessoas, que vai alterar os índices de insucesso escolar, porque esses assuntos são tratados como nós sabemos e em primeira mão terá que ser pelas escolas. O Agrupamento de Escolas tem muito mais recursos para combater o insucesso. Por isso, nós sugeríamos, não seria melhor fazerem um protocolo com o Agrupamento que tem muitos recursos e Técnicos de forma a implementarem estas medidas? As que já eles têm e outras medidas de combate ao insucesso? Temos um Agrupamento de Escolas, mais três Escolas Profissionais, Música, EPA de Carvalhais e Hotelaria. O que é que a Câmara já fez junto do Agrupamento para aferir o perfil profissional de cada aluno e se necessário encaminhá-los para os respetivos cursos profissionais que existem nessas Escolas Profissionais? O que é que está a pensar fazer da Escola de Hotelaria? Gostava que me respondesse a essas perguntas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal **Luís Augusto de Melo Guimarães** disse:

Não havendo mais questões, agradeço então à Senhora Presidente que querendo, esclareça estes pontos.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal **Júlia Rodrigues** disse:

Obrigada, Senhor Presidente.

Duas situações bem diferentes, estamos a falar de cinco postos de trabalho de Assistentes Operacionais da categoria de Sapadores Florestais, foi assinado em 15 de junho de 2009, um protocolo de colaboração entre o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), o Município de Mirandela e a ex-Autoridade Florestal Nacional em resultado de uma candidatura aprovada aos Sapadores Florestais para a constituição de uma equipa de Sapadores Florestais em 2009. Contempla cinco postos de trabalho para a carreira de Assistente Operacional. Esses Sapadores Florestais vão ser integrados por uma necessidade emergente de pessoas a trabalhar neste ramo. O recrutamento é feito por concurso e, portanto, julgamos de interesse para todos os Mirandelenses a constituição desta equipa, uma vez que desde 2009 não tinha sido constituída. Outra situação é realmente o projeto da CIM que tem a ver com o “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar”, Escolas de Futuro, o valor do projeto para Mirandela da ciência itinerante Terras de Trás-os-Montes, andarà à volta dos 195.000,00€ para promover a leitura e escrita. O valor do projeto também andarà à volta dos 190.000,00€, este projeto existirá em praticamente todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal, são projetos financiados, os postos de trabalho também são financiados, alguns Municípios optaram por um ajuste direto ou por um contrato de avença, nós quisemos fazer um concurso para darmos oportunidade a todas as pessoas que tinham *curriculum* e se pudessem inscrever para um concurso, com o júri que está aqui enunciado e, portanto, com toda a transparência julgamos que existem de facto pessoas no Agrupamento certamente com competências nesta área, mas havendo um projeto no âmbito da CIM para os Municípios para poder haver um apoio ao próprio Agrupamento, aos alunos e aos Professores, julgamos de todo o interesse que o Município de Mirandela não ficasse de fora, uma vez que é financiado e é considerado também uma ação conjunta. Falamos de três Técnicos Superiores na modalidade de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo pelo período de três anos, que é a duração do próprio projeto.

Obrigada.

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **José António Costa Ferreira** disse:

Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos, estamos em condições de votar este ponto “4.5 - Proposta de Abertura de Procedimentos Concurrais.

A proposta é aprovada por maioria, com dois votos contra dos Deputados Virgílio Tavares e Ricardo Fidalgo e uma abstenção do Deputado António Figueiredo.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 2 votos contra, 1 abstenção e 46 votos a favor, aprovar a Proposta de Abertura de Procedimentos Concurrais.

----- O Senhor Deputado **Virgílio Tavares** (CDS-PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de Voto”

Nós votamos contra porque não ficamos completamente esclarecidos. Eu coloquei uma questão, a Senhora Presidente não respondeu. Era se existia ou não um protocolo, ou até sugeríamos que fizessem um protocolo nesse sentido, com o Agrupamento, porque estar a contratar dois Assistentes Sociais e uma Psicóloga ou um Psicólogo, só por contratar para dar o apoio, sem haver nenhum acerto entre o Agrupamento de Escolas, pelo menos eu desconheço, não me foi respondido, por isso, face ao facto de eu não estar esclarecido, votamos contra.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal **Júlia Rodrigues** disse:

Fazer um esclarecimento final. É uma ação conjunta coordenada com o Agrupamento, julgo que ficou isso patente na nossa resposta e, portanto, está aqui tudo, a explicação está naturalmente nos documentos que estão aqui, fala relativamente aos projetos “Hoje há Escola/Retorno à Aprendizagem”, “Um Outro Olhar para o Conhecimento/Aprendizagem”, onde está prevista a criação de uma equipa multidisciplinar e, portanto, julgo que as situações estão claras, estão a ser coordenadas com o

Agrupamento, contempla a criação de três postos de trabalho para Técnicos Superiores e, portanto, julgo que vai ser uma mais-valia para os alunos, para os professores e para toda a comunidade educativa.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:**

Muito obrigada Senhora Presidente.

Passamos, então, ao ponto “4.6 - Proposta do Resultado da Consulta Pública da Desafetação do Domínio Público do Município e Afetação ao Domínio Privado do Município de Parcela sobrance do antigo traçado da Estrada Nacional 213, com a área de 2470 m². Alguém quer intervir neste ponto?”

4.6 - Proposta do Resultado da Consulta Pública da Desafetação do Domínio Público do Município e Afetação ao Domínio Privado do Município de Parcela sobrance do antigo traçado da Estrada Nacional 213, com a área de 2470 m².

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

1 - Aprovar a Proposta do Resultado da Consulta Pública da Desafetação do Domínio Público do Município e Afetação ao Domínio Privado do Município de Parcela sobrance do antigo traçado da Estrada Nacional 213, com a área de 2470 m²;

2 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhora presidente faço já aqui a minha declaração de voto acerca deste tema. A CDU está contra a abertura de mais uma grande superfície em Mirandela, porque não vai contribuir para o desenvolvimento do Município, pois não vai garantir o escoamento dos produtos, dos nossos produtores agrícolas, não vai criar postos de trabalho com direito e mais grave é que também não vai entregar ao Município a derrama daquilo que vai ser o seu lucro com a abertura desta grande superfície e também porque a ACIM que é uma entidade que deve participar nesta auscultação principalmente dos comerciantes que são aqueles que vão ser mais diretamente afetados, não se pronunciou, ou seja, os comerciantes não tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre a abertura desta grande superfície em Mirandela.

Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou aqui apenas para dar um contributo para a melhoria da forma de apresentação da proposta. Começando pelo título, eu penso que ele poderia ser modificado no sentido de ser retirada a palavra Município, onde diz “Proposta do Resultado da Consulta Pública da Desafetação do Domínio Público”, ficaria assim. Depois esta proposta reporta essencialmente para o âmbito do reordenamento do território e a sua legislação deveria ser devidamente invocada, razões do ato fundamentadas e seguir os preceitos e “*timings*” que é obrigada a respeitar, assim, nos termos da alínea d), do n.1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, dispensa de audiência dos interessados, da alínea n) do artigo n.º 2 do artigo 23.º da Lei/2013, penso que ela deveria ser trocada pela alínea q) no entanto eu faço já aqui a minha intenção de voto, no sentido da sua aprovação, enfim, ainda que entendesse que deveria ser melhorada reportando para a alínea n), deveria ser acompanhada de um levantamento georreferenciado e ser revista a questão do assunto que já falei no início da intervenção, eliminando a palavra Município. Este é o meu entendimento.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, meus Senhores e minhas Senhoras, Senhores Vereadores.

Eu vinha com uma ideia, mas pronto. A ideia era pôr um procedimento cautelar ou uma providência cautelar, em relação a isto e neste caso era de natureza urgente. Eu tenho aqui a providência cautelar para entregar, talvez eu entregue ao Senhor Presidente, que tem a ver com os procedimentos cautelares que revestem sempre caráter urgente, tendo precedência sobre todos os outros processos não urgentes. A Lei indica vários procedimentos cautelares, consoante a lesão existente e o direito que se pretende acautelar, nomeadamente, a restituição provisória da posse a suspensão de deliberações sociais, os alimentos provisórios, o arbitramento de reparação provisória, o arresto, o embargo de obra nova, o arrolamento, a apreensão judicial de veículo, a entrega judicial e cancelamento de registo, de qualquer forma, existe sempre o procedimento cautelar comum aplicável no caso em que o direito que se pretende acautelar através do processo não se integre em nenhuma das situações atrás referidas e especificadas pela Lei. Portanto eu até posso em casa meter um procedimento cautelar de natureza urgente, porquê? Eu já disse aqui isto diversas vezes, vou-me tornar a repetir, porque a Câmara nunca me informou devidamente daquilo que lá se passou e que se está a passar, mesmo tendo em conta, eu repeti aqui isto, a Portaria n.º 232/98, em que eu fiz referência à alínea a alínea de determinados requisitos que não estão no processo e, portanto, para natureza deste procedimento cautelar, eu tenho todas as formalidades existentes, e o meu advogado até me fez e é uma questão de eu dar os 400,00€ e entregar isso ao meu advogado e ele fazer a partir dos 30.000,00€, eu faço o procedimento cautelar, automaticamente eu embargo a obra. Mas como há situações também a ter em conta e como disse o nosso Deputado Municipal Jorge Humberto, se é assim o nome, é

evidente que essa situação vai ser muito prejudicial ao nosso comércio tradicional e eu não vejo maneira de inverter essa situação, eu não sei como é que a Câmara Municipal vai conseguir acautelar esses interesses das pessoas que vivem no seu torrão natal. É evidente, toda a derrama como disse e eu concordo plenamente com o Senhor Deputado, toda a derrama que ele falou, não fica em Mirandela, é como o Pingo Doce, vai tudo embora e nós ficamos cada vez mais pobres, essa é que é a realidade. É evidente também, se queremos que Mirandela avance um pouco mais e um Presidente de Câmara que me disse ainda aqui há dias disse-me assim: eu não o quis cá, mandei-o lá para vocês. É evidente que ele está cheio de grandes superfícies e não quer mais superfícies na sua cidade, pôs um travão. Não quer mais bombas de gasolina na cidade, pôs um travão, quer dizer, as situações que se estão a passar noutras cidades, nós como uma pequena e média densidade populacional estamos a atravessar também situações do politicamente incorreto. Mas há também aqui uma situação que eu fico a pensar: e a pessoa que fez o investimento? Há aqui uma vertente também que devemos ..., eu já não posso falar mais?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Pode sim Senhor Deputado Figueiredo, porque também não foi cronometrado o tempo ao Senhor Deputado Jorge Humberto e ao Senhor Deputado José Trovisco. A Mesa também é soberana no exercício do seu tempo, quando determinado ponto só regista uma ou duas intervenções a Mesa entende que também não é preciso uma corda para restringir, na casa da Democracia há a possibilidade de falar, portanto goza do seu tempo. Temos tempo e mais tempo. Agora no período antes da Ordem do Dia com doze quinze inscrições temos, de facto, de limitar o tempo ao máximo.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Estou quase a terminar Senhor Secretário. O que eu estava a dizer é nós também temos de pensar na pessoa que está a investir e de certa maneira há um grande investimento. Agora o investidor e a Câmara é que deviam portanto criar aqui situações não desconexas como eu reparei em atas. A Senhora Presidente disse aqui uma vez e isso é muito grave. Nos compromissos assumidos na sua candidatura à Câmara Municipal, disse a Senhora Presidente: vou tentar conseguir encontrar ou comprar uma carrinha móvel para as aldeias, é um compromisso que estava na sua candidatura. Eu li numa ata que o empreendedor que lhe iria oferecer essa mesma carrinha. Esta situação é grave, esta situação é muito, muito grave. Estamos aqui a dizer coisas, eu sei lá, se o DCIAP, o Ministério Público sabe disso, eu não sei o que é que lhe irá acontecer, isto é uma situação grave, gravíssima, eu não tenho vontade de rir, mas que se riam. Agora o que é que eu hei-de dizer? Eu estou naquela dúvida, a chamada dúvida metódica, eu não sou filósofo mas gosto de filosofar alguma vez, e o Albert Dumas dizia assim uma “coisinha”, um “textozinho” que dizia assim: “só se tem experiência quando se passa por ela”. Será falta de experiência? Não sei, não sei, mas eu não sei se vou, digo isto com toda a sinceridade aqui a esta Assembleia Municipal que muito me orgulho de estar aqui há vinte e tal anos, também já chega, são os últimos quatro anos, não me vai aturar mais a Senhora Presidente da Câmara, se ganhar a Câmara, e não sei ainda se vou meter a providência cautelar ou se não vou meter a providência cautelar, vou ficar indeciso até esta semana. O meu advogado vem cá na quarta-feira e eu já lhe dei os 400,00€ e talvez meta a providência cautelar mesmo em Tribunal. Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa, o Senhor como Deputado Municipal, tem dupla responsabilidade, quer como cidadão, quer como Deputado Municipal. O Senhor é uma pessoa que eu estimo e respeito imenso como aliás, todos os seus colegas. Alega ou faz alusão muitas vezes à palavra grega de onde advém a palavra Democracia, esta é a casa da Democracia. Eu ficaria muito desanimado se esta Assembleia votar a favor desta situação, o Senhor tem a tal dupla responsabilidade de tomar essa decisão peregrina, que espero bem que não tome, de levantar uma providência cautelar, gostaria que registasse isso e pensasse e repensassem muito bem, porque isto é uma questão nossa, está bem? Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Estamos então, assim, em condições de votar o ponto.
Peço desculpa Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Obrigada, Senhor Presidente.

É só para prestar aqui alguns esclarecimentos em relação a algumas situações que foram colocadas em relação a este ponto. Este ponto trata-se da proposta do resultado da consulta Pública da Desafetação do Domínio Público do Município e Afetação ao Domínio Privado do Município de Parcela sobrance do antigo traçado da Estrada Nacional 213, com a área de 2470 m², este assunto já foi debatido em reunião de Câmara, nessa altura explicou-se aquilo que estava em causa, mas perante as três intervenções convém fazer aqui alguns esclarecimentos. Relativamente à derrama que foi falada, o Município de Mirandela não tem taxa de derrama, portanto, não paga o Pingo Doce nem pagam os empresários e as empresas de Mirandela, porque não existe uma taxa de derrama como existe noutros Municípios. Relativamente à não participação da ACIM, já no anterior Executivo não se pronunciou acerca da abertura da grande superfície e portanto não houve a participação dos comerciantes, não houve resposta ao ofício que foi endereçado à Associação Comercial e Industrial de Mirandela. Relativamente a todo este processo posso-vos dizer que se iniciou há dois anos, vocês todos conhecem este processo, já se iniciou há dois anos no final de 2016, é um investimento de aproximadamente 3.000,000,00€, na maioria das situações foi negociado pelo anterior Executivo as contrapartidas, que foi a estrada, a rotunda no final da estrada da Avenida 25 de Abril e também por sugestões dos Técnicos da Câmara e do anterior Executivo o saneamento de uma conduta de água que reforce todo aquele bairro e essa situação já foi encaminhada por nós. Relativamente às contrapartidas que foi na altura falado relativamente à Unidade Móvel de Saúde, é óbvio que uma empresa privada poderá fazer uma doação a uma IPSS no sentido de ser essa contrapartida e como existem muitos protocolos entre o Município e IPSS`s também Bombeiros, que já vem de trás e o Município podia entra nessas situações. Não é isso que está agora em debate, mas posso-vos dizer que nós já temos alguns orçamentos para que a Unidade Móvel de Saúde seja uma realidade o quanto antes, quer seja ou uma doação ou uma aquisição, logo veremos o que é que vai

ser feito mas se houver doação, vai ser através de uma Instituição de Solidariedade Social. Relativamente à providência cautelar, isso é uma situação do Senhor Deputado, portanto, não me vou pronunciar sobre isso.
Muito obrigada.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 2 votos contra, 18 abstenções e 30 votos a favor, aprovar Proposta do Resultado da Consulta Pública da Desafetação do Domínio Público do Município e Afetação ao Domínio Privado do Município de Parcela sobranete do antigo traçado da Estrada Nacional 213, com a área de 2470 m².

----- O Senhor Deputado *António Figueiredo* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de Voto

Eu votei contra, porque em termos de apresentação de projeto, resulta de certas ambiguidades e eu não estou disposto a criar uma situação que, à partida, me parece ilegal em termos profissionais e vínculo a Câmara Municipal de Mirandela, em relação à respetiva aprovação. Disse.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:
Passamos ao ponto seguinte 4.7 - Proposta - Certificação Legal de Contas - Nomeação do Auditor Externo.

4.7 - Proposta - Certificação Legal de Contas - Nomeação do Auditor Externo.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a nomeação como auditor externo das contas municipais referentes ao triénio de 2018/2020, a Sociedade por Quotas - Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda., NIF: 502525410, com sede na Rua do Loreto, n.º 120, 1.º Direito, 5300-189 Bragança, sendo o preço contratual de 35.460,00 euros (trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, digníssima Câmara.

Nomeação do no ROC. Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos importa perceber o que motivou o Executivo a proceder à alteração da entidade responsável pela certificação legal de contas do Município, uma vez que o valor é exageradamente superior ao cobrado pelo anterior ROC. De acordo com os documentos apresentados pela Autarquia, este novo ROC, vai usufruir de honorários de cerca de 35.400,00€ acrescidos de IVA, pela prestação deste serviço, quando anteriormente pagava apenas o montante de 18.000,00€ acrescidos de IVA, ou seja, estamos perante uma duplicação de despesa para o mesmo serviço. Ainda sobre este assunto relembramos que o plano de saneamento financeiro visado pelo Tribunal de Contas, integra duas mediadas com as quais nos parece que este procedimento colide, senão vejamos:

Medida oito, que visa a redução de despesa de funcionamento, nomeadamente com *outsourcing*, com projetos, estudos, pareceres e consultadoria num montante estabelecido de cerca de 38.000,00€, julgamos acrescidos de IVA, com esta contratação, o Município está a duplicar uma despesa com consultadoria.

Medida nove do plano de saneamento financeiro: visa igualmente a redução de despesa de funcionamento através da agregação de necessidades de várias entidades. O objetivo para esta medida é identificar os bens e os serviços passíveis de agregação e propor a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e a CIM- Terras de Trás-os-Montes a concretização dos procedimentos concursais. Salientamos que este procedimento de contratação do anterior ROC foi conduzido pela AMTQT para um conjunto de Municípios de forma a aumentar o poder negocial e consequentemente alcançar o preço mais vantajoso para as Autarquias, para além de permitir uma maior transparência nos relatórios apresentados, metodologia que não foi respeitada na contratação a favor do novo ROC pelo atual Executivo. Pelo exposto queira Senhora Presidente explicar o motivo pelo qual pretende pagar o dobro do valor por idêntico serviço, pondo em causa o cumprimento do plano de saneamento financeiro a que o Município está obrigado, do qual presumimos que terá pleno conhecimento. Não conte connosco para esta má gestão do erário público, tanto mais ser nesta medida que se encaixa a despesa contraída também com a auditoria e a ser paga à empresa Deloitte. Tenho dito.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Relativamente a esta situação da nomeação de Auditor Externo para revisão e certificação legal das contas anuais, estamos a falar do triénio 2018/2020 do Município de Mirandela, posso-vos dizer e adiantar como já disse na reunião de Câmara que recorreremos a um Revisor Oficial de Contas que trabalha com outras Câmaras. Houve um procedimento pré-contratual com três entidades e foram apresentadas duas propostas como vem na proposta que é do vosso conhecimento. De facto o Dr. Fernando Peixinho e José Lima, Sociedade ROC, Lda., foi aquele que ganhou a proposta com o preço contratual de 35.460,00€ acrescido

de IVA. Estamos a falar no período de três anos e em resposta direta àquilo que o Senhor Deputado nos questionou, dizemos que já havia da parte dos Técnicos da própria Câmara e também segundo sabemos de algumas conversações até do Executivo com o próprio ROC, algum descontentamento relativamente ao serviço de apoio que a PKF fazia ao Município de Mirandela.

Não é um custo, é um investimento que fazemos no apoio à situação financeira e um acompanhamento muito próximo de todas as questões de ordem financeira que lidamos todos os dias. Não é o mesmo serviço, é um serviço de proximidade que nós queremos implementar e, portanto, a gestão e confiança que existe nestas situações é fundamental para que as coisas corram bem sob o ponto de vista financeiro, aliás, acabamos de reprovar a certificação legal das contas nas quais a PKF esteve envolvida na AIN. De qualquer forma posso-vos dizer que a AMTQT e Carrazeda, são as únicas entidades que mantêm a PKF como Revisora Oficial de Contas, todos os outros Municípios optaram por outras soluções por questões de serviço. Podemos como noutras situações optar por consultas de 80,00€ indo a um especialista ou indo a um especialista que não tem a mesma qualidade de serviço. Isto por paralelismo podemos ter serviços de ordem diferente quando são os dois médicos, portanto, Revisores Oficiais de Contas consideramos que o serviço que implica o caderno de encargos está de acordo com aquilo que é cobrado e aquilo que nós julgamos justo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

É alguma contrarresposta? Então faça o favor e agradeço que seja breve.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara.

Vi vezes sem conta o antigo Presidente da Câmara Municipal de Mirandela preocupado com o plano de saneamento financeiro, aliás esta Assembleia dá-nos a indicação que por vezes tinha lá um semáforo vermelho e um semáforo verde. A Senhora Presidente ignora pura e simplesmente a medida oito, salvo erro, e a medida nove do plano de saneamento financeiro. Mas aguardaremos depois no final do ano, as eventuais infrações ou eventualmente aquilo que o relatório vem dizer. Sobre o efeito de proximidade estamos a falar de um concurso à medida, porque das três empresas uma era a do Dr. Peixinho, a outra era de Águeda e a outra era de Lisboa. Um concurso pura e simplesmente feito à medida.

Muito obrigado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

Obrigado Senhor Deputado. A Senhora Presidente quer também responder a esta questão.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:

Estamos também, naturalmente, atentos ao plano de saneamento financeiro e já que fala nisso posso-lhe dizer que prevemos que até ao final deste semestre tenhamos uma diminuição de dívida na ordem dos 2.000.000,00€. É uma boa notícia para o Município, é uma boa notícia para os Mirandelenses, e já que fala no plano de saneamento financeiro é uma situação que está sempre a ser acompanhada, estamos naturalmente preocupados com a monitorização do plano de saneamento financeiro e o nosso objetivo é abandonar o plano de saneamento financeiro por uma boa gestão do Município. Já temos melhores indicadores e, por isso, estou certa que vamos conseguir dar essa notícia face à boa gestão que tem sido feita pelo Município, apesar de todas as situações conhecidas de dívidas que foram herdadas ou de subavaliação das próprias dívidas. O concurso não foi feito à medida, foi feito para todas as pessoas que quiseram concorrer e, portanto, aquilo que lhe posso dizer é que não tem rigorosamente nada a ver com questões de simpatia pessoal, tem a ver com questões de proximidade, competência e confiança no trabalho, até porque como disse aqui o Vereador Rui Magalhães tinha feito um excelente trabalho, também na Santa Casa da Misericórdia de Mirandela e, portanto, julgo que a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela também poderá estar satisfeita com esses serviços e o Município de Mirandela também poderá ter essa proximidade na gestão do Município.

Obrigada.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

Pedia que terminassem, senão nunca mais acabamos com este debate.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara.

Também em relação à proposta a Senhora Presidente para justificar este montante superior em relação ao contrato vigente, disse também que ia ter apoio jurídico por parte da empresa, disse em reunião de Câmara. A Senhora Presidente disse isso em reunião de Câmara, eu estive lá, e a Senhora Presidente justificou a verba, porventura ia ter também apoio jurídico. Se não disse eu retiro aquilo que disse e afinal a proposta está bem-feita. Porque sob pena de a Senhora Presidente ter dito isso em reunião de Câmara e a proposta é omissa nesse sentido. Bom proveito para a Câmara Municipal e para o Dr. Peixinho.

Obrigado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

E agora, mesmo para terminar, Senhora Presidente, faz favor.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:

Em reunião de Câmara aquilo que foi dito, foi que existem três situações que o Município terá que ter muita cautela, que é a parte jurídica, é a parte financeira e é o urbanismo. Não digo que sejam as pedras basilares, mas de facto, são as três situações

que podem pôr um Presidente de Câmara na cadeia, e eu até digo isto com certa graça, mas é verdade, é assim mesmo, a responsabilidade é civil e criminal e, portanto, julgo que foi essa a intervenção que eu fiz, que poderá ter levado o Senhor Deputado Paulo Pinto a confundir os termos em que foi dito, porque eu digo isso muitas vezes e acho que de facto as pessoas têm de compreender, que existem na atividade de um Presidente de Câmara e também nos Senhores Vereadores responsabilidade civil e criminal de todas as atuações que fazem, portanto, tudo o que é jurídico, urbanismo e financeiro, são pedras fundamentais para que o controlo interno seja rigoroso, para que também os outros departamentos possam funcionar de forma tranquila e com todo o apoio externo que possa ser necessário. Os nossos técnicos têm muita formação, mas realmente há situações que a experiência até noutros Municípios pode beneficiar ou pode até fazer a Câmara perder milhões e como eu digo não é um custo, é um investimento que é importante para o Município de Mirandela e certamente para todos os Mirandelenses.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

Muito obrigado, sendo assim, vamos passar à votação do ponto... Eu peço desculpa mas eu não lhe posso dar a palavra neste momento, porque não se inscreveu, não é uma contrarresposta. Eu peço imensa desculpa Senhora Deputada. Então é um esclarecimento, faz favor? Mas estamos a abrir precedentes que de facto não nos podemos habituar.

----- A Senhora Deputada da Assembleia Municipal *Isabel Barreira (PS)* disse:

Ora bem, boa tarde a todos. Eu entendi aqui, portanto se a memória não me falha, que esta prestação de serviços incluía apoio jurídico também?

Estou esclarecida.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

Pronto; está respondido, muito obrigado. Vamos passar à votação.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra, 22 abstenções e 25 votos a favor, aprovar a Proposta - Certificação Legal de Contas - Nomeação do Auditor Externo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:

Vamos passar para o ponto 4.8 - “Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Mirandela”.

4.8 – Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Mirandela”.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de junho de 2018 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Mirandela;**
- 2 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse:

Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral.

Isto para mim é uma boa notícia, mas já foi uma boa notícia há muitos anos, que eu ando aqui a dizer isto para aí há 20 anos, mas as coisas vão-se passando, vão-se passando e afinal eu tenho razão, é isto, afinal eu tenho razão, sou chato mas tenho razão. Para mim não há qualquer inconveniente Senhora Presidente, fazer uma ARU ou fazer duas ARU`s, o que importa é reabilitar e reedificar, isso é que importa e em termos de paisagem urbana e havia um arquiteto muito famoso talvez também ouvisse falar que era o Kevin Lynch, não sei se já ouviu falar nesse urbanista, que a cidade, a cidade em si não se pode ver em termos de um panorama muito, muito radial. Mas tem que se ver numa extensão global a cidade, a cidade tem horizontes, tem limites e nesta situação da delimitação urbana, eu acho que, eu até posso aqui concordar mais com esta proposta do que haver duas ARU`s, e porquê? Porque é que eu digo isto? Com toda a sinceridade, porque para isto tudo, eu acho que a Câmara Municipal, não sei, mas talvez não haja dinheiro para isso, deve fazer planos de pormenor. Então falando em planos de pormenor deve haver um plano geral de urbanização. Eu já digo isto há 20 anos, no tempo do Gama eu dizia-lhe isto, e ele dizia assim: “você está “maluco” agora vou gastar dinheiro com isso? Nada disso.”, eu já dizia isto há 20 anos atrás. Esse plano geral de urbanização e planos de pormenor eram bem-vindos. O Senhora Presidente, eu fiz vários planos de pormenor para Macedo de Cavaleiros, se calhar não sabia, com o muito amigo que era do PS, o Presidente que já faleceu e tinha uma grande estima e amizade para com ele, fiz vários planos de pormenor para aquela cidade. Aqui os Técnicos da Câmara dizem assim: “quando há planos de pormenor nunca mais se acabam os planos de pormenor”, isso é uma mentira, uma falácia. Quem dizia muito isso, era o grande Diretor que tinham lá, o chamado Guedes Marques, ele é que dizia isso, portanto, dizia: “planos de pormenor, isso nunca mais se aprova, Arquiteto”, mas isso só demonstra aquilo que eu lhe disse, que não digo aqui, nem tenho nada que dizer. Agora a situação é certa, eu acho que a cidade tem muito a ganhar em se criar uma nova consciência cívica e moral para as

gerações vindouras se nós conseguirmos, portanto, proteger o nosso património edificado, e isso é importantíssimo. Isso é superimportante, não é destruir o património. Ó Senhora Presidente, há bocado eu fiquei arreliado consigo, porque me disse uma situação “você também fez aquele prédio com grua”, sabe porque é que eu me arreliei com ele? Porque ele não cumpriu o meu projeto, eu afastei-me logo daquilo, porque eu não vou lá laia com essas pessoas. Eu faço aquilo que faço e tenho consciência daquilo que faço. Consciência em metodologia projetual, e quando não tiver essa consciência eu retiro-me e não faço mais. Agora, o meu cliente fez lá um espantalho de um prédio, que não tem nada a ver com aquilo que eu queria. O que tem a barraca, ainda, não é? Que tem a barraca no antigo parque da avenida se conhecia, o antigo Parque da Avenida, quando veio para Mirandela, a sua irmã talvez conhecesse porque estava no café Império, dava-me ali muito bem com o seu pai e com a sua mãe nessa altura e, portanto, talvez conhecesse aquilo ainda, não sei se conheceria. Mas o que eu estou a falar aqui é nessa situação em termos de metodologia, qual é a metodologia que agora a Câmara vai seguir para edificar, para reabilitar para construir este edificado? Essa é a minha preocupação. Vai fazer planos de pormenor? Vai fazer um regulamento de reabilitação para a delimitação da ARU? Qual vai ser o critério, a análise, a estratégia que vai colocar? Eu estive a ler o documento, li o documento, em termos de características financeiras, metodologias, etc, etc, não tenho nada a repreender nisso é uma situação coerente da vossa parte no documento que está redigido e, portanto, eu fico contente com isto. Fico contente com isto porque é a minha cidade, onde é que eu nasci, que eu queria que ela continuasse a valorizar-se pelo património, pelo testemunho que os nossos antepassados nos deixaram, e isso é uma situação que me preocupa e me vem preocupando, porque senão vejamos: ali na Rua do Rosário, até vem a fotografia da demolição no vosso caderninho, é uma demolição monstruosa aquilo que fizeram conivente mesmo com a própria fiscalização da Câmara Municipal, é uma situação que a mim me desanimou. Sabe o que eu que eu fiz naquela noite? Enviei “email” para uma Arquiteta que é muito minha amiga, para a Direção Regional da Cultura do Norte, mandei para o João Rodeia que foi meu colega de curso, que vive em Lisboa e que pertencia aos serviços nacionais e também já foi Presidente da ordem dos Arquitetos, quer dizer, eu fiquei desolado com aquilo que vi. Puseram lá uma máquina no fim-de-semana e mandaram tudo abaixo. O “Quebra-Costas” que era uma Rua tradicional de Mirandela desapareceu, eu acho isto completamente funesto para o desenvolvimento ..., não me importa quem é, ó Senhora Presidente não esteja a apontar para nada, eu disse isto ..., olhe para mim, eu disse isto na altura própria, eu disse isto na altura própria ..., não se ria, não vale a pena rir-se, eu disse isto na altura própria, eu não estou aqui a esconder o “rabo” atrás da porta, ou entreaberta, como se costuma dizer. Eu sou frontal, não percebeu ainda o meu cariz, sou frontal, eu digo as coisas quando tenho que as dizer, não é? Porque houve uma pessoa que já não está entre mim, que me ensinou esses valores, eu não os perdi, portanto, são valores de frontalidade de lealdade, e eu sempre, sempre digo isso e, portanto, não aconteceu só ali, vai acontecer em mais sítios ainda, se a Câmara não tomar uma atitude séria e se continuar com uma leviandade que até hoje tem continuado, por amor de Deus, não vale a pena haver ARU’s, não vale a pena haver nada, continuamos sempre a bater na mesma pedra, e, vem outra pedra, põe-se outra pedra, vem outra pedra, põe-se a pedra e ficamos todos na mesma. Eu acho que da vossa parte deviam explicar aqui às pessoas, aos Senhores Deputados Municipais, o que é que a Câmara pretende fazer para a delimitação desta ARU, planos de pormenor, que a Câmara põe a concurso, ou poderá pôr a concurso ou poderá a Câmara fazer, que tipo de regulamento é que vai fazer, eu já fiz isso. Olhe, fiz isso para Macedo, fiz isso para as aldeias vinhateiras que agora está na associação dos Municípios que era o Presidente ..., não me recorde do nome dele, era o Dr. Cascarejo, eu fiz para vários sítios isso, portanto, e eram pessoas do PS, eu dava-me lindamente com eles, eles sabiam qual era a minha outra face política e isso não impede o trabalho, impede as pessoas serem excelentes naquilo que fazem, isso é que é importante e fica ao critério da Câmara Municipal fazer um trabalho bem feito, e eu penso que o irá fazer. Disse.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou ser breve. Este é um ponto que me diz muito respeito, como Técnico ligado a este setor de obras. Luto há muito pela reabilitação urbana nas cidades e centros históricos que não apenas cidades. Falam aqui em dois instrumentos, penso que devia ser também invocado aqui um terceiro que é o ARU, realmente são instrumentos que é de elogiar o seu lançamento pelo Governo, é pena que o legislador não tenha contemplado no seu âmbito, centros históricos de aldeias, porque temos também um património rico nas nossas aldeias e, assim, para além de enfim ele ser uma promoção da reabilitação desses edifícios de regeneração urbana, combater o despovoamento, retoma do setor da construção, a criação de mais emprego. Sem dúvida, eu sou um fã destes instrumentos, mas no caso concreto de Mirandela eu queria aqui perguntar se, e complementando o que já foi dito em relação aos planos de pormenor de reabilitação urbana, o que é que existe? Como está o levantamento das necessidades dessa reabilitação, porque com certeza tem que ser feito um estudo profundo, não só do edificado como das envolventes, porque também são abrangidas. No caso dos critérios do desenho desta delimitação proposta eu também gostaria que me fosse dito se houve algum critério mais específico nessa determinação que não tenha abrangido ou porque abrangeu determinada zona e de resto elogiar a Câmara pela sua intervenção e ação neste aspeto e fazer com que ele avance rapidamente porque faz sentido a sua implementação e já demora. Obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhor Deputado.

Mesmo só um segundo...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

É mesmo só um segundo. Eu esqueci-me de falar das aldeias, o nosso Concelho tem qualidade arquitetónica, por favor não a vandalizem.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Não havendo mais inscrições eu pedia à Senhora Presidente da Câmara que desse algumas explicações.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Muito obrigada Senhor Presidente.

Relativamente a este ponto, de facto, estavam definidas e publicadas em Diário da República em 1 de julho de 2015 duas ARU's aprovadas, considerando um avanço Técnico que foi feito a nossa proposta é congregar numa única ARU com uma área de 98,4 hectares todo o tratamento por forma a simplificarmos o tratamento processual e sintetizar num único documento regulador a ação de reabilitação. De facto, nós não temos planos de pormenor em Mirandela, é um instrumento básico de planeamento urbano. Temos um plano de urbanização, estamos agora na terceira fase do PDM que é urgente, já fizemos o levantamento cartográfico e os três grandes objetivos desta delimitação da ARU é realmente a reabilitação da zona antiga. Temos uma zona antiga lindíssima, mas muito degradada. O incentivo ao programa que todos conhecem vamos fazer agora algumas ações de divulgação que é o IFRU e também a questão do próprio arrendamento. Vocês têm no final do documento os estímulos à reabilitação urbana, o regime excecional o programa reabilitar para arrendar, habilitação acessível. O instrumento financeiro de reabilitação e revitalização urbana, o IFRU, e também o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado. O planeamento de uma cidade e estamos a falar de uma cidade com declives acentuados, tem que ser feito com base em estudos técnicos obviamente, mas os planos de pormenor nós concordamos com o Deputado António Figueiredo, também não podemos discordar em tudo, que de facto são ferramentas essenciais no planeamento e ordenamento do território em particular na cidade. Em relação às freguesias, de facto, não houve esta sensibilidade para que fossem criadas ARU's, mas nós estamos a fazer reuniões com os Senhores Presidentes de Freguesia para sensibilização para o património em cada aldeia em cada freguesia. Alguns já estiveram reunidos, também, com os nossos departamentos patrimoniais e da parte do Arqueólogo. Os próprios Presidentes de Junta serão vetores importante para uma política de preservação e também manutenção do nosso património. É fundamental que estejamos todos juntos em defesa deste património e que possamos ter instrumentos reguladores da área das nossas zonas antigas que devem ser preservadas. Relativamente à Rua do rosário de que falou, realmente houve uma demolição, mas isso não foi feito durante o nosso mandato, foi uma situação que ocorreu durante a campanha e, portanto, foi o anterior Executivo que fez essa demolição ou terá sido uma operação privada, não sei, mas não foi neste mandato que aconteceu essa demolição. Relativamente a esta proposta eu julgo importante que seja votada favoravelmente.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Terminada a discussão do ponto, a mesa regista 46 presenças na sala, estamos em condições de votar.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor aprovar a Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Urbano de Mirandela.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Passamos, então, ao ponto número 5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Nós vamos ter que apelar à compreensão de todos os Deputados Municipais uma vez que o nosso Regimento não permite que a assembleia se prolongue para além das 19h00m teremos que necessariamente, face a nove inscrições, reduzir o tempo previsto no Regimento de maneira a que todos os Deputados inscritos possam usar da palavra. Nesse sentido está-me a ser feita a sugestão de três minutos, apelamos, de facto, a que todos os Deputados façam essa síntese possível sob pena de correremos o risco de chegarmos às 19h00m e teremos que votar o prolongamento da Assembleia. Alguém acha o tempo insuficiente e podemos ajustar para cinco minutos, nove vezes cinco 45, dá 19h15m. A Assembleia é sempre soberana para votar a continuação dos trabalhos, aliás não é a primeira vez que isso acontece já aconteceu em dezembro. As sugestões que chegam são de três minutos, o que é que têm a dizer os Líderes das bancadas? Paulo Pinto? Foi dada a justificação.

No uso do pleno direito que os Deputados têm em exigir o seu tempo, vamos dar início às intervenções com o tempo estabelecido, às 19h00m interrompemos e a Assembleia tem que votar o prolongamento dos trabalhos para além dessa hora.

É dez minutos que está no Regimento para Assuntos de Interesse do Município, porventura alguns dos Senhores Deputados não utilizarão o tempo todo podem, eventualmente até, as intervenções caberem dentro do tempo necessário, de qualquer das formas chegando às 19h00m teremos que votar o prolongamento da Sessão.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, olhe que é verdade que você vai contratar mais uma jurista, vai mesmo e já disseram que é de Macedo de Cavaleiros, deve ser o tal efeito de proximidade. Já nos disseram o nome e a fisionomia, porque eu ouvi que a Senhora disse em reunião de Câmara que ia mesmo contratar, ficava com quatro juristas, um dos quadros, dois avençados e mais um terceiro. Pronto. Se por ventura quiser anunciar isso fá-lo na sua mensagem de apresentação que ainda não fez e ficou de fazer na última Assembleia Municipal. Se por ventura prescindir de fazer, de usar a sua mensagem de apresentação aos Mirandelenses e ao mundo, permita que o Senhor Presidente da Assembleia o faça ele. Apresenta-se ele aos Mirandelenses e ao mundo.

Senhora Presidente este relatório é um embuste claramente e muito oneroso para as contas do Município. Senhora Presidente, apresentou à Comunicação Social dados da auditoria constantes no dito relatório preliminar, perguntamos se teve autorização escrita por parte da Deloitte para realizar esta conferência de imprensa. Senhora Presidente achamos que violou o direito de confidencialidade porque quando proferiu estas declarações já tinha assinado o contrato. Senhora Presidente, foi capaz de ir de

férias e autorizar o Senhor Vereador Cunha debitar factos políticos na Comunicação Social. De facto Senhora Presidente existe uma rúbrica aqui abordada que a preocupa ao ponto de já nem saber o que dizer às pessoas lesadas. É a promessa eleitoral que está na hora de resolver com os proprietários vítimas da derrocada do LIDL. Quer a todo o custo aumentar as insuficiências de provisões relativas a projetos sociais, quando o POCAL assim não o obriga nem recomenda, e agora Senhora Presidente, é verdade que urge resolver a vida destas pessoas, que conhecemos na sua maioria e que lamentamos o impasse em que se encontram as suas vidas. Mas a sua aflição é tão patente, que se está a esquecer de porventura defender os interesses da Câmara Municipal, pagando uma auditoria para fazer o indicativo necessário. A Deloitte fez-lhe a vontade, como demonstrámos e não é que a Deloitte se esqueceu do problema do edifício do Canal? Porque não foi considerado o edifício do Canal? Porque não foi objeto de promessa e compromisso eleitoral da Senhora Presidente. Enfim, classificar como dívida autos de empreiteiros entrados em outubro e faturados em novembro ou provisões que nem sequer contam para o endividamento do Município este relatório só pode ter mesmo cláusulas contratuais de confidencialidade que é para mais ninguém saber o que nele foi escrito. Esta intervenção é da responsabilidade só minha e apenas minha. Paulo Pinto, bancada do PSD.

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Mosqueiro (PS) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente e restante mesa, Excelentíssima Senhora Presidente do Município, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público em geral.

A minha intervenção diz respeito a duas áreas, a área da Educação e a área do Desporto. Gostava de ver esclarecidos aqui alguns assuntos sobre a Educação e sobre o Desporto. Mas começaria por dizer que no dia 28 e 29 de abril, precisamente na última Assembleia Municipal, se realizaram os Jogos Nacionais Salesianos. Enaltecer aqui o papel da Câmara, como coprodutor destes jogos, acho que foi uma boa demonstração das capacidades. Demonstraram aqui uma capacidade de resposta para este tipo de eventos, são grandes eventos. Para dizer o seguinte, este evento custou em si cerca de 200.000,00€ e gostava de saber aqui e gostava de firmar que houve aqui uma alteração de paradigma da gestão Autárquica, porquê, porque o evento, apesar de ter custado 200.000,00€, houve aqui uma afetação por parte do Município de 12.000,00€, penso eu. Era isto que gostava de ver confirmado relativamente a esta situação. Contrariamente a outros eventos da mesma envergadura, falo nomeadamente do Jet Ski, que a envolvimento deste capital todo, recursos e humano, em que nos deixou e contribui em grande parte o saneamento desta Autarquia, como já foi aqui referido. E o que é que deixou o evento Jet Ski com estes subsídios que eles eram subsidiados pela Câmara, que pegada deixou aqui o Jet Ski? Portanto, os Jogos Salesianos foi um evento muito positivo, correu tudo muito bem e quero aqui também referir a importância do evento quer para os jovens, quer para os encarregados de educação e para o desenvolvimento económico do Concelho.

De salientar que o evento dos Jogos Nacionais Salesianos e gostava de ter esta confirmação, é que houve um custo, custou 200.000,00€, mas este custo, a Autarquia afetou 12.000€ em custos diretos, e todo o restante foi uma parceria do tecido empresarial de Mirandela, ao qual está toda a gente, todos os copromotores estão de parabéns, conseguiu-se aqui mudar o paradigma da gestão financeira.

Quanto às escolas, há a intervenção do Município em muitas escolas, e que estão a ser intervencionadas e que a Rede Escolar irá com toda a certeza haver alteração na reorganização da Rede Escolar e daí as minhas questões. Levanto algumas questões que gostaria de esclarecer do interesse da comunidade e de muitos agregados familiares, não é o meu interesse pessoal nem interesse profissional, nem é o interesse do meu “jardim”, é o interesse da comunidade e dos agregados familiares. Começo por perguntar o seguinte, eu tenho aqui o mapa da Rede Escolar do ano letivo 2016/2017, o ano letivo está a acabar, vai ser iniciado outro ano letivo no mês de setembro e, portanto, já deve haver aqui algumas orientações sobre a nova reorganização da Rede Escolar, nomeadamente o seguinte:

- Os jardins-de-infância de Mascarenhas, Cabanelas e Passos vão manter-se abertos?

Gostava de ver respondidas estas questões.

- As escolas básicas nomeadamente Vale de Salgueiro, Lamas de Orelhão, Abreiro, Frechas, Suções e São Pedro de Vale do Conde, nestas freguesias algumas das Escolas vão ser encerradas?

- No âmbito da “Requalificação do Parque Escolar”, que está a ser levada a cabo na cidade de Mirandela, que escolas estarão prontas para receberem os alunos, no início do próximo ano letivo?

- Qual é a previsão da rede escolar 2018/19 em termos de escolas do pré-escolar, 1.º Ciclo, 2.º Ciclo, a funcionar no concelho? Se é que elas não vão sair das respetivas freguesias.

- Está prevista a deslocalização da Unidade de Apoio Especializado para a Educação a Alunos com Multideficiência, instalada na Escola Básica de Carvalhais, para a alguma escola da Cidade de Mirandela? Eu não percebi para onde é que vai ser deslocada, para que Escola é que vai ser deslocada?

- Com a vinda dos alunos das escolas primárias para Mirandela, os alunos da mesma aldeia, sejam eles da primária ou secundária, serão transportados no mesmo autocarro?

- Os autocarros param na estação de camionagem ou nas respetivas escolas?

- Em todos os circuitos ou minicircuitos, estão a ser considerados os acompanhantes/vigilantes dos alunos?

- Nesses concursos estão a ser considerados os transportes para as aldeias fora do período de aulas?

Estas são as perguntas que gostava de ver esclarecidas em relação à Educação.

Relativamente ao Desporto, eu sei e nós todos sabemos que o Concelho é dotado de uma enorme quantidade de “instituições”, associações culturais, recreativas, desportivas, etc. Algumas destas Associações foram fomentadas pelo anterior Executivo, para depois, mais tarde, no futuro pedirem subsídios, houve sempre um acomodar de algumas associações pelo hábito da atribuição do subsídio, tornando-as subsídio-dependentes sem um plano de atividades. Isto era um hábito que era apanágio do anterior Executivo. Por outro lado, existe uma enorme dinâmica em termos desportivos no nosso Concelho. Mas existem polidesportivos implantados nas várias aldeias do concelho que não estão a ser rentabilizados. Aqui a Câmara poderia ter uma palavra a dizer relativamente a este dinamismo, ou seja, estender a dinâmica desportiva para os vários polidesportivos que

foram implantados nas aldeias. A minha pergunta relativamente ao Desporto é a seguinte: qual o papel do Município, no apoio às instituições? Como eu falei aqui na alteração do paradigma de gestão, penso que também haverá este paradigma ou esta alteração também no apoio às instituições. As Associações, eu tenho conhecimento que existem Associações que eram apoiadas com subsídio e nem plano de atividades tinham. Isto não acho correto. As associações devem ser apoiadas mas têm que ter uma contrapartida. Tem que haver aqui alguma democracia no meio disto tudo e algum atividade, algum dinamismo para serem apoiadas.

- Qual o papel do Município no apoio às instituições e como está a ser preparada a nova época desportiva com as várias instituições?

Muito obrigado. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Fidalgo (CDS-PP) disse:**

Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Membros do Executivo, Presidente da Assembleia e Senhores Secretários. No decorrer decurso do que acabou agora de acontecer, soube que foi criado um Clube Náutico, aliás, alguns dos presentes Membros do Executivo pertencem aos fundadores, é mais uma Escola a acrescentar às que foram ditas e que é uma Escola que segundo o que vi na Comunicação Social, pretende estar aberta o ano inteiro. Pretendo só fazer uma pergunta, o Jet Ski acabou, não havia espaço para abarcar tanta gente, agora é uma Escola Náutica num inverno rigoroso como temos em Mirandela, a funcionar todo o ano. Que financiamento vai ter pela Câmara, já que alguns dos fundadores estão no Executivo? Professor Orlando, estava lá na fotografia, agora não sei, pronto não sei, estava nas fotografias, a notícia é pública, o contacto é público tenho aqui no telemóvel, inclusive. Gostava de saber, entre esta questão, o porquê de uma Escola Náutica aqui em Mirandela, não entendo? Saber porque é que foi cortado o protocolo que tinham com o Ginásio Clube Mirandense, porque pelo que sei até então, eram pagas as dívidas de água, luz, etc. Sei que vocês entraram, Executivo atual PS, e esse protocolo foi quebrado, deixaram de pagar. O porquê, o que é que pretendem fazer com isso? São instituições que são privadas aqui e algumas têm ajudas e outras não têm. Como é que isto vai dar resposta? Há outras questões que estão a ser tratadas mais especificamente com certos Vereadores, outras questões, outras dúvidas, mas essas são dúvidas já conhecidas, o Vereador está a olhar para mim, já sabe quais são. Mas vejo estas propostas e gostava de saber o porquê de uma Escola Náutica no rio Tua, não estou a ver, não sei. Antes o alfa até ao Porto do que uma Escola Náutica, embora ache que as duas coisas não trazem grande vantagem para Mirandela, pronto. O que eu gostava de saber mesmo é, o que é que vai ser abrangido por vocês, Câmara, o que é que vai ser apoiado enquanto instituições privadas e o que é que vão recorrer ao público? Porque o público está a ficar deserto. A Vereadora Vera sabe perfeitamente o que é que temos aqui no público. Eu não vivo em Mirandela neste momento e acho que não me sentiria bem viver em Mirandela. Eu vou ao hospital e mandam-me logo para outro lado, então se for à noite ainda pior. Eu só gostava de saber, os grandes apoios para os privados, continuo a dizer e os poucos para o público. Não tenho mais nada a dizer. Boa tarde a todos.

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:**

Boa tarde. Senhor Presidente e respetivos Secretários, Senhora Presidente e Senhores Vereadores, caros Colegas e Digníssimo Público.

Queria dizer a todos o seguinte: A cidade não é a mesma depois do final de 2017. Vemos muitos espaços de relva seca e descuidada; canteiros cheios de erva, mais lixo e até mais tarde; árvores decapitadas, podadas fora de tempo (muito afetadas por não serem podadas na altura certa) e destruição de centenas e centenas de ninhos de passarinhos com este corte tão radical das árvores e arbustos.

Queria perguntar à Senhora Presidente, para quando a transformação do risco contínuo, em descontínuo, da Rua da República, desde a passagem de nível até à rotunda Luciano Cordeiro? É uma reivindicação que já fazia antes ao anterior Presidente da Câmara. A manutenção desta situação, provoca grande estrangulamento ao trânsito, porque se há um teimoso que calha parar junto àqueles comércios de enchidos, do talho ou da farmácia, por exemplo, e há outro teimoso que não quer pisar o risco contínuo, a fila de carros chega até à estação.

Há outra questão que também colocava ao antigo Presidente, que é o acesso aos parques de estacionamento - os Mirandenses dizem-me muitas vezes “diz lá na Assembleia para resolverem o problema porque é incompreensível que um carro que esteja estacionado junto à Cocheira, tenha que vir à Rotunda Luciano Cordeiro para ir para Vale de Salgueiro ou para norte. Como também é incompreensível quem venha, por exemplo, da zona sul e queira estacionar o carro junto à Ponte Nova, tenha que ir fazer a Rotunda da Cocheira para se estacionar o carro”. Senhor Presidente, se permitirem a entrada para os parques no sentido sul norte, podem evitar-se a passagem por três passadeiras para cada um dos lados. Pedia assim, à Senhora Presidente e ao senhor Vereador do pelouro que tivessem isso em consideração. Os mirandenses agradecem.

Há outro aspeto que considero de enorme relevância relacionado com a limpeza da cidade e recolha do lixo.

Há dias estive em Braga a convite de um amigo. Esse amigo chamou-me a atenção, afirmando que a cidade estava suja. Disse-lhe que era a cidade mais bonita e asseada de Portugal. Retorquiu dizendo que tinha passado por Mirandela e veio de lá com a roupa cheia de pó. Respondi-lhe que era natural devido à quantidade de obras que estavam a decorrer.

Senhora presidente, há também necessidade de acelerar a questão das obras que estão a decorrer na cidade por forma a evitar reparos desta natureza.

Finalmente relato outra reclamação, muito frequentemente, que é a seguinte: nas obras que estão a decorrer nos passeios, junto ao restaurante “O Forno”, colocaram a patela e dois ou três dias depois abriram sete buracos para colocarem lá dentro não sei o quê! As pessoas ficam indignadas com este tipo de situações. Portanto, há que responsabilizar os empreiteiros que estão a construir essas obras. É tudo. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Tinha aqui uma intervenção, de facto, para seis minutos mas vou guardá-la para não maçar mais as pessoas e vou apenas abordar aqui uma questão, que é a do projeto da envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Se bem percebi logo no início, o espaço nunca mais vai servir para o que tem servido até aqui que é acolher o Luna

Parque no tempo próprio, o que não me parece que deva ser ignorado, assim pergunta-se, para onde vai o Luna Parque no futuro? Como vai ser usado aquele espaço? Não deveria a decisão de alteração tão profunda deste espaço ter sido objeto de alargada discussão pública? Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Boa tarde mais uma vez. Desculpem lá o meu incómodo, ou o incómodo que estou a dar às pessoas, estarem-me aqui a ouvir, mas não têm necessidade disso alguns, mas pronto é assim a vida.

Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhores Secretários, boa tarde Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral.

Eu só queria saber uma coisa que eu na última Assembleia Municipal, coloquei à Senhora Presidente aqui uma situação e que a Senhora Presidente me transmitiu em relação ao concurso da pré-Qualificação da Operação de Acolhimento Empresarial, como é que isto se está a desenvolver, se não está a desenvolver-se, havia um problema de altimetria que era o problema, portanto, das terras, do movimento de terras, não sei se isso já está resolvido, a chamada hipsometria, não sei se algum Técnico da Câmara já resolveu isso em conformidade, não faço a mínima ideia e queria ser esclarecido em relação a esses pontos. Queria ser esclarecido porquê? Porque está muito dinheiro em jogo, a senhora Presidente disse que era impossível fazer loteamento na Zona Industrial e eu disse na última Assembleia aqui, que no Portugal Norte 2020, da área de localização empresarial de Mirandela, Município de Mirandela que foram aprovadas quinze aprovações e Mirandela recebeu eu já não sei quanto dinheiro, mas perto de três milhões de euros se não me engano, para a requalificação da Zona Industrial. Os números, não tenho a certeza, já de quanto é que era. É uma situação que era importante porque há pessoas que já me perguntaram se realmente havia aquele concurso da pré-Qualificação de Operações de Acolhimento Empresarial, que era o reforço da capacidade de áreas de acolhimento de estruturação funcional e logística e organizativa de aglomerados empresariais existentes e, portanto, foram apreciadas, isto não é brincadeira, foram apreciadas 45 candidaturas e foram aprovadas quinze candidaturas. É portanto um sinónimo de qualidade, de apresentação que o ex-Presidente Engenheiro António Almor Branco fez para este tipo de candidatura. É isto que eu gostaria de saber, para que me dissessem alguma coisa em relação a isto. Outro ponto que eu tenho aqui a comentar é, eu não recebi, ou melhor não tenho ido às reuniões de preparação das Assembleias Municipais e eu também não recebi nada do relatório da Deloitte, portanto, eu estou a falar por aquilo que eu acho que devo falar em relação a isso. Mas se isso é verdade eu acho que de certa maneira é grave. É grave porque a apreciação que eu fiz aqui na última Assembleia Municipal no dia 27 de abril, quando se fez o relatório de contas, se a memória não me falha, eu disse aqui que o passivo da Câmara Municipal de Mirandela, eram 18.169,000,00€ que a DGAL posicionava o Município de Mirandela e, portanto, eram contas auditadas, se eram contas auditadas, eram contas que estavam, portanto, devidamente consolidadas em relação à DGAL. Agora apresentam-me um relatório que eu desconheço, é um relatório que deve estar no fundo do mar, se eu não o vi, porque se eu o visse, eu se calhar, também, era capaz de andar aqui outra vez à cacetada uns com os outros, mas como não o vi, eu vou-me calar até o ter na mão. Mas pergunto aqui ao meu querido amigo, também, eu sou amigo de todos, ao meu querido amigo Cunha, ao meu querido amigo Cunha, qual é o passivo afinal do Município de Mirandela, com a tal referência de 31 de outubro de 2017? Poderá ascender a quanto? Eu não sei afinal. Ai não pode falar? Pronto. Quais as responsabilidades assumidas da Câmara Municipal? Quais os compromissos e a responsabilidade que não estão no balanço? Qual o endividamento Municipal conforme a Lei 73/2013 de 3 de setembro? Qual a principal, sei lá, fonte de receita, eu escrevi aqui isto não sei se isto é verdade o que estou aqui a dizer, mas acho que deve ter algum fundamento. Qual a principal fonte de receita da Autarquia que são as chamadas transferências de subsídios obtidos com destaque para o Fundo de Equilíbrio Financeiro? Eu quero saber isso tudo. No relatório vem isso? Eu estou a perguntar, estou a perguntar a quem me elucide acerca disso. Então peça a palavra à Senhora Presidente, para me responder, ó meu amigo Cunha. É que assim eu fico à vara, não sei de nada disto. Não sei nada disto e pronto. É que ninguém me responde e eu fico outra vez na dúvida, na dúvida até que me deem o tal quê? É a análise, ou a auditoria? É análise? Então não é auditoria? É um relatório? Ó valha-me deus, eu já não percebo nada disto. É auditoria, análise ou relatório? Ah, uma análise financeira? Está bem, pronto. Eu desconheço isso e fico muito triste em não saber nada disso porque eu acho que devo ser informado. É só isso, eu acho que devo ser informado e a Senhora Presidente da Câmara, ela não me estima muito a mim, mas eu estimo-a muito e continuarei a estimá-la, isso também não é uma coisa, pronto. Mas, eu só queria aqui também falar numa outra situação, que veio aqui o Senhor Deputado Luís Mosqueteiro e falou aqui... quer dizer, nas Escolas anda tudo bem. Eu acho que nas Escolas anda tudo mal. Eu sou um grevista, eu sou um grevista, eu sou um grevista, eu sou um grevista desenfreado mesmo. Não fiz nenhuma reunião de avaliação. Eu sou um grevista e eu não precisava de fazer greves, mas eu sou solidário com os meus que estão no primeiro escalão há 20 anos, é só isso. Eu já estou velho, qualquer dia reformo-me e, portanto, sou solidário com as pessoas. Foi isso que o meu pai me ensinou, ser solidário, porque um dia também vais precisar. Eu já termino, e, portanto, não vai tudo de “vento em popa” ó Senhor Luís Mosqueteiro. Agora ter uma nova Escola, isso sim, nós vamos ter uma boa Escola. Acho que a Senhora Presidente de Câmara está a fazer tudo para que isso seja possível, agora em relação à Educação está tudo péssimo, tudo péssimo. É aquele Ministro que temos, é um ignorante, é um ignorante em termos de Educação. Só para terminar e termino com uma palavra do Sócrates, mas não é o vosso Sócrates, porque esse era um mentiroso, o vosso Sócrates esse era um mentiroso, é outro Sócrates que dizia assim: “a maneira mais fácil e mais segura de vivermos honradamente, honradamente, consiste em sermos na realidade o que parecemos ser”, isto a mim cai-me como uma luva...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Fim de citação...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Fim de citação... Disse.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Chegou ao fim do seu tempo Senhor Deputado, até porque já passa das 19h00m e temos que sujeitar a continuação dos trabalhos da Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**
Está bem... Com licença e não tenho mais nada a dizer.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**
Muito bem, Senhor Deputado.

Questiono a Assembleia, há ainda duas inscrições, por parte do Senhor Deputado Eurico Carrapatoso e do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Luís Guimarães e o Deputado Paulo Pontes, se a Assembleia está disponível para terminarmos os trabalhos desta Sessão para lá das 19h00m. Então fazemos o prolongamento de mais meia hora excecional.

----- **O Senhor Deputado Paulo Pontes (PSD) disse:**

Eu acho que a Mesa deverá repensar na forma como são feitas as inscrições, tenho a certeza absoluta que da primeira vez fui o primeiro a inscrever-me e tenho a certeza absoluta que desta vez fui o primeiro a inscrever-me mas tudo sanado. Peço imensa desculpa eu sei que estão cansados eu também estou tenho que ir para longe ainda, ou pelo menos mais longe que a maior parte de vocês, eu vou dar continuidade da leitura à exposição que eu estava a fazer na outra parte e devo ressaltar já, que eu retirei a segunda proposta que eu tinha feito e mantenho a primeira que fiz, fiz uma alteração deixou de ser Moção, passou a ser uma Recomendação, dou liberdade à Mesa para no texto que eu entreguei poder fazer essas alterações sem qualquer problema. O facto de ser uma Recomendação, não me inibe nada a mim, e eu falo por mim, de quando for da apresentação do orçamento, não contiver essas alíneas que eu vou referir, ou umas parecidas, ou de igual valor, que eu voto contra o orçamento e depois cada um faz aquilo que bem entender. Ora eu estava na “conversa fiada”. O que na realidade nos parece que pretendem é que sejamos, cada vez menos e mais isolados e que a cada dia que passa tenhamos menos forças e condições para aqui sobrevivermos. Talvez, até, ainda possamos vir a assistir, num tempo próximo, à aclamação de um qualquer político, convertido em herói nacional, por ter tido a ousadia de, sacrificando todo um país, realojando-o no lindo, moderno e desenvolvido litoral, à beira-mar plantado. Esquecem-se, contudo, esses mesmos Presidentes de Câmara, os que andam sempre a reclamar do interior, que acusam o Governo de centralismo político, económico e social, etc, de que, também eles, quando definem prioridades e desenham projetos, para os seus Concelhos, estão a replicar exatamente, as mesmas políticas que diariamente contestam. Normalmente, socorrem-se dessas mesmas políticas ou de outras ainda mais discriminatórias, para com as Juntas de Freguesia, dos seus Concelhos. O nosso Concelho, infelizmente, foi e continua a ser um mau, mas claro e objetivo, exemplo do que acabamos de referir. Estamos, contudo, convictos, de que, se neste mandato e mais precisamente no próximo orçamento, que agora se prepara, os Presidentes de Junta souberem unir-se e se outros Membros desta Assembleia a eles se associarem, independentemente dos compromissos partidários que cada um possa ter, poderá começar uma nova era para o nosso Concelho, alterando significativamente aquela que tem sido e é, a prática habitual dos Executivos Camarários. Em consequência, de tal pretensão e para que não restem dúvidas, dirigimo-nos diretamente ao Senhor Presidente da Assembleia, para que em nome da União das Freguesias de Franco e Vila Boa e de todos os que a nós pretendam associar-se, submeta à votação, nesta Assembleia duas Moções, portanto aqui estava escrito, não é Moções e é só uma já, muito concretas e objetivas:

A primeira é dirigida ao Executivo Camarário para que, no próximo orçamento, que está ou começará, brevemente, a ser planificado e nos subsequentes, ponha em prática a tal descentralização Camarária, fazendo-a acompanhar do respetivo envelope financeiro, de que muitos falam e que a Senhora Presidente, enquanto candidata, prometeu, em campanha eleitoral, em todas as Freguesias. Desejamos que todos os Mirandelenses tenham conhecimento da razoabilidade e justeza desta Recomendação que passamos a apresentar. Vejamos, o orçamento anual do Município ronda, com algumas variações, trinta, a trinta e cinco milhões de euros. A Câmara Municipal recebe anualmente entre os oito e dez milhões de euros, provenientes, do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Consideramos que esta verba, recebida anualmente deveria ser de todo e para todo o Concelho, até pelos critérios que a enformam: população, território, etc, etc. Independentemente do rigor de um ou outro número aqui apresentado, não pretendemos reivindicar a totalidade, para as Juntas de Freguesia do meio rural, pois somos, mais razoáveis, sensíveis e solidários do que a Câmara tem sido, para com as aldeias, privilegiando, aquela, quase exclusivamente Mirandela cidade. Claro que os cidadãos Mirandelenses, da cidade, nada têm a ver com as injustiças cometidas, ao longo dos anos, em desprimor do meio rural. Responsabilizamos sim, sem exceção, todos aqueles que conduziram os destinos do Concelho, em diversos Executivos Camarários. E aqui agora passo a apresentar o que passa a ser uma Recomendação.

“Recomendação

Que no próximo orçamento para 2019, e subsequentes, se torne efetiva a inscrição uma verba anual a transferir, obrigatoriamente, para as Juntas de Freguesia de pelo menos um terço, do total recebido anualmente, pela Câmara Municipal, do Fundo de Equilíbrio Financeiro, valor que corresponderá a cerca de três milhões.

Recomenda-se que, a cada ano, seja assinado com as Juntas de Freguesia um contrato-programa, num montante igual ao que cada uma recebe do Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido em duodécimos e a transferir mensalmente ou trimestralmente da Câmara Municipal para as Juntas;

Recomenda-se, que seja deliberada a constituição de uma bolsa anual de materiais, num valor igual ao atribuído no contrato-programa, a descontar ao longo do ano, conforme as solicitações de cada Junta de Freguesia;”

Finalmente, recomenda-se, ainda, que no último mês ou trimestre de cada ano, o valor em falta para perfazer os três milhões, sejam transferidos para as Juntas de Freguesia, seguindo os mesmos critérios tidos em conta na atribuição do FEF para cada uma delas.

Através deste princípio utilizado já pelo Governo da Nação na atribuição do FEF, pela primeira vez seria posta prática apregoada por todos, descentralização, mas que na verdade até ao momento nenhum dos responsáveis Camarários quis materializar. Caso esta medida ou outras similares devidamente especificadas não sejam consideradas e inscritas no orçamento, então apelaremos a todos os Presidentes de Junta e a outros Membros da Assembleia Municipal que comungam desta opinião,

nom momento certo saibamos dar a resposta adequada ao que nos seja apresentado. Se não o fizermos deixaremos, então, na nossa perspetiva de reunir argumentos para continuar a lamentar-nos.

Da nossa parte, continuaremos como até aqui, apenas com sentido de servir e fazer aquilo a que nos sentimos obrigados, a partir do momento em que fomos eleitos, pelos cidadãos do Franco e Vila Boa.

Do teor desta comunicação, daremos conhecimento aos cidadãos desta Freguesia, através de edital, que colocaremos nos lugares de costume, da União das Freguesias de Franco e Vila Boa. Disse.

Já assim costume fazer com outros documentos.

Agora como me resta ainda algum tempo, também já agora vou utilizá-lo todo, quero colocar algumas questões à Senhora Presidente da Câmara, questões essas que já as tinha colocado na Assembleia Municipal anterior de que todos se poderão lembrar ao fazê-las de novo. Coloquei a questão que me tinha sido colocada a mim na minha Assembleia, por uma eleita local pelo PS, estavam-se a aproximar as férias, o que é que a Câmara estava a fazer ou pensar fazer, para ocupar ou para “tomar conta”, digamos assim, dos meninos dos casais de pais das aldeias que têm que trabalhar, que infelizmente já poucos trabalham na agricultura, e têm o dia todo que trabalhar e os meninos ficam sem alguém que tome conta deles. Segundo também perguntei na altura, e a Senhora Presidente disse-me que na semana seguinte, talvez, e eu vou já recordar, perguntei na altura, o que é feito da proposta que lhe foi feita numa reunião a propósito da possível construção de uma represa de água na Ribeira de Aila. A Senhora Presidente disse e ficou muito agradada com essa solução e a Senhora Presidente disse na altura e está em ata, que agora estávamos com os Jogos dos Salesianos, que já tinha falado nisso com o Presidente da Câmara de Murça e ele disse que nem sequer tinha conhecimento da situação e, aqui um aparte, muito sinceramente custa-me a acreditar, o Senhor Presidente da Câmara de Murça, só por coincidência é meu primo e além de ser meu primo é nascido na aldeia de Varges. Varges é exatamente na Ribeira de Aila e, portanto, que não tinha conhecimento da situação o que eu acho bastante difícil mas, independentemente disso, disse que ia marcar uma reunião, o Presidente da Junta do Franco e Vila Boa não encontrou qualquer inconveniência para essa reunião, mas até ao momento não sei se houve alguma agenda que não fosse conciliável das outras partes, Presidentes de Junta de Palheiros, Presidente da Câmara de Mirandela, Presidente da Câmara de Murça, da minha parte estou disponível para essa reunião. Depois também coloquei uma questão sobre a autoestrada, sobre a A4, e promessas e contrapartidas que ... é a última pergunta, peço desculpa, estavam por realizar, a Presidente disse na altura que não sabia, que não estava ao corrente da situação, que se iria informar, até ao momento não obtivemos qualquer resposta. Agradecia, se possível, alguma resposta em relação à situação, que tem a ver com os caminhos, aquela questão que coloquei na altura. Obrigado, peço desculpa.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Relativamente aos dois documentos que o Senhor Deputado Paulo Pontes tinha inicialmente entregue, ele já deu a própria justificação da retirada de um, o outro foi reajustado à conformidade da Lei, nomeadamente o ponto 3 do artigo 25.º da Lei 75/2013, deixa de ter a forma de Moção para passar a ser Recomendação, porque, de facto, esse ponto na Lei expressa que a Assembleia Municipal não tem o poder nem a autoridade de alterar propostas de orçamento, sem prejuízo de poder, de facto, fazer recomendações para o futuro em orçamentos vindouros que é o caso em apreço. Uma vez que foi feito este enquadramento a Mesa permite que se faça já a votação sob pena de até eventualmente virem alguns Membros a abandonar a Assembleia e não haver quórum para o efeito. Uma recomendação não obedece a votação de aceitação portanto processa-se a votação direta da Recomendação com impacte no orçamento dos Executivos Municipais futuros. Vamos proceder à votação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com 21 votos a favor, 2 abstenções e 16 votos contra, aprovar a Recomendação.

----- **O Senhor Deputado Eurico Carrapatoso (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros Colegas, Público ainda presente e resiliente, os meus calorosos cumprimentos.

Eu peço desculpa por ainda querer tomar aqui a palavra, mas agradeço não ser ali como o Deputado António Figueiredo, a minha primeira intervenção foi na anterior Sessão, agora é a segunda, estou-lhe a apanhar o gosto, não tarda estou como o Arquitecto a participar fortemente. Inspirado ali pelo colega, Presidente de Junta de Torre de Dona Chama, também queria aqui comunicar o que se passou na Assembleia Distrital, mas infelizmente não tenho nada para comunicar porque a mesma não teve lugar, mas não posso dizer que não tivesse sido alertado por todos os colegas a dizer que ninguém prestava importância à Assembleia Distrital e lá fomos, e não havia ninguém a não ser poucos dos presentes, um dos quais o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a Senhora Presidente da Câmara e eu. Não houve quórum, por isso, foi para a frente e não há nada aqui a contar. Em segundo lugar dar os parabéns ali ao colega Paulo Pontes e, efetivamente, como também disse a Senhora Presidente, o Fundo de Estabilidade Financeira, não permite às freguesias acautelar as necessidades que têm, não têm e aquilo que eu vinha aqui sugerir era que aquando do cumprimento da promessa eleitoral da definição de qual vai ser a tranche transferida para cada uma das freguesias, não seja apenas tido em conta o critério de número de habitantes e de área geográfica, isto porque o mérito para quem trabalhou e o demérito para quem não trabalhou, há Freguesias com menos população e com menos área geográfica que no entanto têm muita maior necessidade de intervenção do que Freguesias com dimensão superior, e por isso aquilo e pegando na reunião de inventariação de património imobiliário em cada Freguesia, isso pode ser só um dos pormenores que espelha bem as realidades das Freguesias, em que eu não imagino por exemplo uma Freguesia, não nomeando, nas Freguesias grandes não têm património tão degradado como a Freguesia tão pequenina como Alvites e, por isso, nessa verba a definir a transferir para as Freguesias, espero que Freguesias pequeninas como Alvites sejam contempladas com uma verba não proporcional à área geográfica e ao número de habitantes. Relativamente ao deputado Luís Mosqueiro, queria só relativamente ao movimento associativo, se o anterior Executivo foi um promotor do movimento associativo eu gostaria que o atual Executivo não fosse uma barreira a esse movimento, antes pelo contrário, porque se se quer democracia participativa, o movimento associativo é sem dúvida um dos pilares da comunidade e a meu ver não é só uma Associação mas duas ou três Associações por cada Freguesia, porque são necessárias, porque fazem as pessoas envolverem-se em projetos e projetos de

diferente índole, vamos só pensar na Associação de caçadores, quem é que gere a caça, quem é que administra esse património, Associações lúdicas e recreativas, quer dizer, todas essas Associações são fundamentais e se forem subsídio-dependentes a Câmara é só um mero contributo que faz para o papel que elas desempenham junto das comunidades como instância de resolução de problemas mais próximos. Relativamente à Escola Náutica, durante a campanha eleitoral era uma das sugestões que tinha para fazer ao Engenheiro António Branco, contrariamente aqui ao Senhor Deputado, eu acho fantástico e acho uma pena o rio Tua não ser premiado com muita canoa ali por aquele rio, porque é uma paisagem privilegiada, poucas cidades têm um Rio tão bonito e pode propiciar a quem abraçar essa modalidade paisagens como as de Mirandela. Se os rigores do Inverno são mais complicados, então eu espero que seja mesmo muito complicado e que gele o Rio como já gelou e então aí acauteladas as condições de segurança, que a Câmara aproveite para proporcionar workshops de patinagem artística no gelo. Não tenho mais nada a dizer. Cumprimentos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**
Tem a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Deputado Luís Guimarães.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Boa tarde. Caros colegas de bancada, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Agora deste lado..., poderão questionar se o assunto que eu vou colocar é do interesse do Município ou não, eu penso que sim que é: aqui há uns tempos, ouvindo um colega de uma outra Assembleia, confesso que achei interessante a forma como ele fez a analogia na sua Assembleia com algumas divindades e mitologia Romana e Grega, povos antigos onde nasceu a Democracia e o Direito, ao ponto de hoje, embora com algum risco de plágio, também pretender fazer uso dessa fórmula filosófica dos antigos povos abordaram a política e que para mim foi sempre um enigma e um meio de aprendizagem. Há muitos anos li o seguinte: “tinham os Romanos um Deus com dois rostos, que guardava Roma lá do alto das suas colinas, com um rosto olhava o passado com outro rosto espreitava o futuro”, o Pedro Beato como Homem de história, já está ... conhece bem a história, chamava-se *Jano*, eu hoje, eu já menos jovem continuo a comungar da mesma preocupação que tinha na juventude que é aprender a simbologia desta divindade que os Romanos fizeram seu guardião. Além de aprender concluir também neste percurso de vida que a única atitude sensata perante a história é a de Jano. É uma atitude sensata e necessária em qualquer momento da vida, em qualquer lugar em qualquer situação, é uma atitude que se deve exigir afinal a cada um de nós, aqui, Membros desta Assembleia. Os pés no presente, um olhar lançado sobre o passado, que é a nossa raiz, outro olhar sobre o futuro, que é o nosso rumo, até porque o futuro somos nós mesmos. Mas deveremos olhar para o desenvolvimento do futuro, calma e pacientemente e digo o futuro neste caso do nosso Concelho dado estar a falar de nós, até porque a precipitação é, foi e será sempre má conselheira. O futuro constrói-se planeando, estudando, projetando e os resultados nem sempre são tão rápidos e eficazes quanto nós gostaríamos. É verdade que isso são os frutos e as consequências das mudanças e o risco de quem tenta provocar estas mudanças, em suma, esta é a ação do nosso Executivo e são os riscos do nosso Executivo. Nós Assembleia Municipal somos tal como *Jano* os guardiões deste desenvolvimento estando atentos, participativos como estivemos hoje. Nós hoje fomos excelentes guardiões do nosso Concelho e vamos continuar a ser e o Executivo que nos perdoe, mas essa é a nossa função. Com certeza de que todos nós entendemos que eles devem mudar as coisas e devem mesmo mudar o rumo de muitas coisas, é preciso, a mudança é sempre salutar, embora seja também compreensível alguma resistência à mudança por parte de muito gente. Deverá no entanto o Executivo também entender que nós temos que analisar as situações e agir muitas vezes sem disciplinas partidárias, colocar as nossas ideias e os nossos ideais ao serviço do nosso concelho, deixando para segundo plano os interesses partidários. Só vos pedia caros membros da Assembleia, que esta atitude continue a ser no futuro, como foi hoje, atenta, responsável e também reivindicativa. Para uma total eficácia, falta ainda usarmos de alguma contenção naquilo que dizemos, nos comentários que tecemos sobre pessoas e executivo, deixarmo-nos de demagogias longas e inúteis que só provocam o consumo de tempo da nossa Assembleia. Ultrapassado isso, peço-vos que continuemos assim, vamos ser os guardiões de Mirandela, vamos continuar a “pôr os pontos nos i’s”, esperando sempre que o Executivo nos oiça como uma mais valia, embora compreendendo também que o executivo deva levar até ao fim a concretização dos seus sonhos e dos seus projetos, mas com o ouvido em nós, porque no fundo, o objetivo destes dois órgãos, é comum. Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Terminadas todas as intervenções neste ponto 5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município é dada a palavra à Senhora Presidente de Câmara para responder ao que entender por bem.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Muito bem, obrigadíssima. Dado o adiantado da hora e porque estamos prestes a iniciar às 20h00m o hastear da bandeira na concentração *motard* que vai acontecer este fim-de-semana em Mirandela, vou ser o mais breve possível, vou dividir a intervenção em dois grandes blocos, um deles para responder às intervenções, o vice-Presidente Orlando vai-nos falar também da Educação e do Desporto que foram as questões colocadas pelo Deputado Luís Mosqueiro e depois rapidamente com um esforço grande de síntese o Vereador Cunha também nos vais dar conta de algumas situações. No final eu vou fazer uma intervenção de fundo muito rápida, dois a três minutos, para vos dar conta e para partilhar algumas situações que eu julgo que devem ser partilhadas nesta Assembleia Municipal, nomeadamente nas questões das Juntas de Freguesia. Relativamente ao Deputado Paulo Pinto, fez aqui várias questões, quando fala em quatro juristas, está enganado, porque, de facto, nós temos uma Jurista, que é a Dr.ª Esmeralda Pinto, temos dois avençados, uma jurista e um advogado, o Balsa Sequeira e a Saudade do Rosário e temos vários escritórios de advogados que são contratados à peça para cada um dos processos, alguns em Coimbra outro no Porto, também existem alguns processos com o Dr. Duarte Oliveira e, portanto, o processo é adjudicado à peça, o que encarece muito a prestação de serviços. Ainda recentemente recebemos uma conta do Dr. Duarte Oliveira de uma ação que ele estava a ter, uma vez que nós temos acima de 40 processos judiciais, o que também é habitual nas Câmaras Municipais e, portanto, aquilo que lhe posso dizer é que as avenças que foram feitas quer com a jurista, quer com o advogado, vamos ter outra avença no mesmo valor de um advogado mais experiente, relativamente ao Direito Administrativo, que nos vai colocar numa situação de gastar muito menos dinheiro do que aquilo que pagamos à peça. Ainda recentemente recebemos uma fatura,

não sabemos os honorários que foram acordados, mas era de 8.000,00€, do Dr. Duarte Oliveira, relativamente a um processo que ele tinha em mãos, terá outros, com certeza, que faltará, ainda, pagar. Relativamente à apresentação da mensagem, eu acho que a expectativa é tão grande, que eu vou-me esmerar numa mensagem. Não vai ser uma mensagem escrita, vai ser uma mensagem vídeo, que é para surpreender tudo e todos. Relativamente às férias, não percebi muito bem, a debitar factos políticos, o Senhor Vereador já explicou que foi uma única entrevista e foi por aí. Relativamente à derrocada do LIDL, acho que é demasiado grave, para brincar com esta situação, o impasse nas suas vidas já dura há demasiado tempo, é verdade, de facto aquilo que está a ser assegurado é que temos, agora a contratação com uma empresa para assegurar aquilo com que fomos condenados, como o anterior Executivo já tinha sido condenado. São heranças pesadas, é verdade, são heranças difíceis de resolver, mas que teremos que resolver. Enquanto a Deloitte é uma empresa independente e, portanto, não me fez vontade nenhuma, também estará a pôr em causa a PKF que fez a revisão das contas do Município, também poderá estar a pôr em causa essa situação. Quanto ao edifício do Canal também é um processo jurídico muito complicado que também temos em mãos como sabe. Relativamente ao Deputado Humberto Cordeiro, tem aqui algumas situações que faz referência ao urbanismo, faz referência à circulação rodoviária em Mirandela, eu concordo em absoluto com algumas afirmações que fez, não concordo com o facto de Mirandela ser uma cidade suja, até porque temos feito um esforço muito grande, para que a limpeza seja uma prioridade, para que os jardins sejam renovados, para que haja mais flores. Para sermos considerados a Cidade Jardim houve um investimento muito grande, os jardineiros, têm estado paulatinamente a passar pelos jardins do Parque do Império, que eu julgo que ficou bastante melhor, claro que as intervenções nem sempre são do agrado de todos mas na sua grande maioria as intervenções têm sido feitas pelos nossos técnicos, pelos nossos colaboradores que têm feito um trabalho exaustivo, porque temos realmente, este ano tido humidade, ainda bem, mas em relação às ervas têm crescido bastante, porque temos tido um tempo que oscila, com grandes humidades e, portanto, todos os anos nesta altura segundo diz a Engenheira Noémia há grandes reclamações por causa das ervas, este ano, há muitas mais ervas, já compramos mais roçadoras, para que possamos ter a Cidade em condições principalmente nos Bairros. Existem rotundas que não estão devidamente cuidadas e é um esforço que vamos fazer para que Mirandela fique ainda mais bonita e florida que era uma situação que já não existia, existiam essencialmente arbustos nos jardins. Relativamente ao Deputado Agostinho Beça, para onde vai o Luna Parque no futuro, bem, isto é uma solução que vamos ter que estudar em conjunto com todos os intervenientes. Quanto ao do Deputado António Figueiredo, em relação à situação de ampliação da Zona Industrial, estamos em colaboração com a CCDR para fazer o concurso público, para que possa ser uma realidade esta ampliação. Mirandela recebeu fundos do Norte 2020, obviamente que sim, temos um pacto na Comunidade Intermunicipal, vamos ter agora uma dotação do PROVERE que vai ser utilizada, em princípio para uma praia fluvial, para que possa ser reabilitada, portanto, julgo que, esta capacitação das Zonas Industriais e o acolhimento de empresários é fundamental para uma situação que nós ainda não falamos aqui que é o emprego. O emprego jovem, o emprego em Mirandela, no concelho de Mirandela e a atração de investimentos. Relativamente ao relatório da Deloitte já falamos aqui em muitas situações, o passivo que foi uma das coisas que perguntou, segundo a estimativa feita pela Deloitte o passivo rondará os 27 milhões de euros, mas teremos certamente oportunidades para depois debater em profundidade este mesmo relatório. Relativamente ao Deputado e Presidente de Junta da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, todo o programa de ocupação de tempos livres está disponível no “site”, qualquer situação particular de cada Junta de Freguesia deverá contactar o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia para que possamos ultrapassar dificuldades de acesso dos jovens do meio rural para virem para Mirandela ou encontrar outras soluções na própria Junta de Freguesia. Relativamente à reunião com o Presidente da Câmara de Murça eu julgo que na próxima semana poderá ser uma realidade, já falei com ele e ele está disponível para avançar connosco para vermos a situação da ribeira e como é que podemos fazer ali uma rede de rega ou uma situação que já falamos, julgo que na próxima semana já poderá ser possível essa reunião. Relativamente ao Deputado Eurico Carrapatoso, Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, quero dizer-lhe que Mirandela estava bem representado com todos os Membros da Assembleia Distrital, não havia, de facto, quórum e portanto não realizamos a reunião. Os critérios de atribuição às Juntas de Freguesia, no próximo orçamento, vão ser detalhadamente acertados convosco. Esta é uma questão que para nós é uma questão fundamental fazer esta descentralização de competências como foi feita em muitos Municípios do país que nunca foi realidade em Mirandela e que deve ser realidade com o respetivo envelope financeiro. É óbvio que temos que fazer cedências, houve no passado, mas já há muitos anos que não existem estes contratos. Relativamente ao Movimento Associativo, eu julgo que, estamos concordantes neste aspeto, são pilares da comunidade, são necessários. Em relação ao Clube Fluvial é uma mais-valia termos um Clube Fluvial que ensine, até no rigor do inverno, salvo quando estiver gelado, a prática de canoagem, uma vez que hoje em dia se consegue fazer com fatos excelentes. A Federação Portuguesa de Canoagem diz que Mirandela tem as melhores condições, talvez do país para a prática da canoagem, tem, de facto, uma pista muito boa e que vai ser um sucesso certamente este ano que é um ano experimental. Vamos tentar ter as melhores condições para que eles possam desenvolver a sua atividade, para o ano teremos melhores condições, mas como todos sabemos este primeiro ano é sempre um ano de maior investimento, quer em canoas, quer em infraestruturas necessárias para guardar os equipamentos, mas estou certa que vamos chegar a um bom resultado final e que os nossos jovens, as nossas crianças possam ter uma proximidade grande com o rio Tua, porque o rio Tua, de facto, tem uma beleza natural inconfundível. Não tão boa como a Ribeira que passa na sua Freguesia mas é de facto um Rio memorável.

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara Orlando Pires disse:**

Boa tarde a todos. Vou tentar responder de uma forma rápida, são dois grandes temas que nos ocupam, a questão da Educação e a questão do Desporto. Mas como já estamos com uma agenda longa vou tentar responder e agradeço a intervenção do Deputado Luís Mosqueiro. Sobre a questão do evento dos Salesianos, de facto, na última Assembleia nós estávamos todos a sair da Assembleia Municipal para irmos para a abertura dos Jogos Nacionais Salesianos e foi um sucesso e também uma aprendizagem para todos. Foi um gosto ter trabalhado na Casa Salesiana de Mirandela e sermos copromotores, é verdade que desde o início percebemos que era um evento importante para Mirandela, também sob o ponto de vista financeiro com bastante pressão financeira e daí que nós logo de início tivemos uma parceria e uma intervenção junto da comunidade empresarial local e também a nível nacional conseguimos que um evento de 200.000,00€ ficasse para os cofres do Município 12.000,00€ e para a Casa Salesianos de Mirandela também 12.000,00€, foi de facto um esforço da Câmara Municipal, um esforço tremendo dos colaboradores da Câmara Municipal e também um esforço de todos vocês, de todos os Mirandelenses em geral, na forma como se envolveram. Quem está de parabéns é Mirandela e, de facto, é um exemplo que nós devemos ter

presente para outras situações. Em relação ao ano letivo 2018/2019, é de facto uma situação que nós estamos a acompanhar de muito próximo, estamos a preparar o ano letivo em parceria total e contínua com o Agrupamento de Escolas de Mirandela, com as Juntas de Freguesia, com os pais, com o Conselho Geral e também agradecemos e estamos disponíveis para envolver neste processo os Senhores Deputados Municipais, porque todos somos poucos para conseguir que nesta fase do ano sobretudo neste ano em particular em que temos as obras de requalificação, tirar ansiedade aos pais e à famílias, nós queremos é que o lançamento do ano letivo corra pelo melhor. As Escolas estão a ser requalificadas, a Escola do Convento está em fase de conclusão, a Escola Luciano Cordeiro o bloco que vai acolher o 1.º Ciclo também está praticamente concluído, a Escola do Fomento está um pouco mais atrasada e só estará, eventualmente, pronta em janeiro. Na Escola Secundária de Mirandela, as obras estão a decorrer como planeado, é uma obra grande que foi feita à consignação, como sabem o espaço foi entregue ao empreiteiro, é ele que está a gerir toda aquela zona, estamos a tentar atenuar algumas situações com os alunos, que nem sempre corre tudo pelo melhor. Para vos dizer que em maio/junho de 2019 teremos uma Escola requalificada, o bloco 1 já está concluído, está fantástico, parabéns aos nossos Arquitectos, aos nossos Técnicos que estiveram envolvidos no projeto, porque conseguiram fazer, a meu ver, um projeto muito interessante. Ao nível das Escolas estamos também focados e é uma preocupação do Executivo e sobretudo da Senhora Presidente em criar condições para que a Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência que está em Carvalhais venha para Mirandela, neste caso para a Escola Luciano Cordeiro e que aumente a valência do 1.º Ciclo para o 2.º Ciclo. Hoje mesmo estive uma equipa de Mirandela, dos nossos Técnicos, na DGEST, nós não estivemos presentes porque estávamos aqui na Assembleia Municipal, senão também estaríamos, para que o projeto seja aprovado e homologado pela DGEST para começarmos a execução para que em setembro esteja concluída esta Unidade. Estão também para as escolas os procedimentos de mobiliários e equipamentos, estamos também a acautelar a questão das refeições e a questão da informática que não estava prevista. Permitam-me e apelo um bocadinho à vossa paciência, esta informação é importante que passe de forma correta e aí também precisamos da vossa ajuda para que a informação seja lá fora e junto dos pais, aquela que é verdadeira, para tirar a tal ansiedade que vos falei aos pais e às famílias. Neste caso como temos equipamentos em fase de conclusão e qualificação a DGEST através do Senhor Delegado Regional Dr. José Mesquita, impõem-nos a seguinte situação para as Escolas do 1.º Ciclo: As Escolas do 1.º Ciclo do concelho de Mirandela, só poderão ficar a funcionar caso tenham dez ou mais alunos e distem dez ou mais quilómetros entre si. Sendo assim, olhando aqui para o mapa e para as previsões 2018/2019, nós temos previsto para Abreiro catorze alunos, ou seja, é uma Escola que poderá ficar aberta, Carvalhais temos 125 alunos, mas dista menos de dez quilómetros de Mirandela, logo os alunos terão que vir para Mirandela, Frechas dita menos de dez quilómetros de Mirandela temos catorze alunos, virão para Mirandela, Lamas de Orelhão temos seis alunos, logo as crianças terão que vir para Mirandela. No caso de Pereira temos seis alunos e, neste caso, temos uma solicitação especial do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Pereira para que a Escola se mantenha aberta e já explico então o que é que está a ser feito. Em relação ao Romeu prevemos cinco alunos, por isso, os alunos terão que vir para Mirandela, em relação a São Pedro de Vale do Conde tem sete alunos terão que vir para Mirandela, em relação a Suções temos dois alunos, em relação a Torre de Dona Chama temos 57, mantêm-se na Torre e em relação a Vale de Salgueiro dois alunos. Sendo assim, em função desta baixa densidade nós vamos acolher em Mirandela todos os alunos do 1.º Ciclo, exceto os alunos de Abreiro ou Pereira. Então, aquilo que o Senhor Presidente de Junta da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira nos solicitou foi pedir o regime de exceção. Vamos ver o que é que a Senhora Secretária de Estado vai decidir porque temos por um lado Abreiro a menos de dez quilómetros de Pereira, mas também temos em Pereira a Casa de Acolhimento do Menino Jesus, por isso, é uma decisão da Senhora Secretária de Estado e estamos a aguardar essa resposta e quando a tivermos faremos essa informação. Muito rapidamente, em relação aos transportes vamos ter uma carreira única, os alunos virão todos juntos do meio rural para Mirandela, estão acautelados vigilantes em todos os transportes. A Escola Secundária vai iniciar as aulas às 08h30m e o 1.º Ciclo e Pré-escolar vão iniciar as aulas às 08h45m por decisão do concelho pedagógico. Os alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar vão ser transportados até à porta das Escolas, os alunos da Escola Secundária e da Escola Preparatória ficam no Centro de Camionagem. Em relação às turmas e em relação à turbulência, pode acontecer este ano letivo porque os pais, e muito bem, pretendem que os filhos acompanhem os seus colegas nas turmas, nós não interferimos naquilo que é a gestão do Agrupamento de Escolas de Mirandela já o dissemos claramente à Direção da Escola e ao Senhor Diretor que a responsabilidade da elaboração de turmas e a autonomia total do Agrupamento. Nós, Câmara Municipal queremos ser parceiros num processo que desejamos que corra pelo melhor para as nossas crianças e para as nossas famílias. Para terminar em relação a uma questão que o Senhor Deputado Luís Mosqueiro colocou sobre a questão das carreiras diárias no período de férias, é uma preocupação que o atual Executivo tem. Um dos motivos da nossa campanha era a questão da mobilidade, estão promovidas carreiras diárias das aldeias, nomeadamente a carreira de Cachão, Frechas, Mirandela, a carreira Caravelas, Vila Verde, a carreira de Vale de Asnes, a carreira das Aguieiras, a carreira de Torre de Dona Chama diárias. Uma vez por semana Vale de Lagoa, Alvites, Vila Verdinho e também a carreira de Pai Torto e Suções. Não estavam incluídas nos outros anos a carreira de Milhais e de Longra que nós vamos incluir este ano a partir do dia 1 de julho através de um contrato extraordinário. Em relação aos Jardins de Infância que não estavam aqui neste processo de reorganização da Rede Escolar fruto das obras, mas passo, também a informar que em função da diminuição do número de alunos dos Jardins de Infância, vamos manter abertos para o próximo ano letivo, se as previsões se mantiverem, Avidagos, Frechas, Mirandela, Passos e Torre de Dona Chama. Em relação ao Desporto, nós temos acompanhado e aquilo que foram os compromissos assumidos pelo anterior Executivo sobre a época 2017/2018, nós cumprimos na íntegra com os Clubes e com as Associações, aquilo que estava contratualizado entre todos, estamos a preparar com muito trabalho, com muita proximidade junto dos nossos dirigentes a época 2018/2019, deixo-vos aqui um testemunho de que os nossos dirigentes, são dirigentes de excelência, têm feito e fazem um trabalho diário, com os nossos jovens que todos nós Município e Executivo e assembleia Municipal deve louvar e como digo, cada dia fico mais surpreendido e me rendo a este trabalho, por isso, só temos que os apoiar, é verdade que tem que haver regras. Há um Regulamento Municipal do Desporto pelo qual nós nos regemos, nós temos que saber justificar cada cêntimo que o Município investe, por isso, há um plano de atividades que estamos a pedir às associações e aos Clubes. Até dia 30 de junho, como está no Regulamento, estamos a receber aquilo que são as solicitações de apoio para além dos subsídios mensais por parte dos Clubes e a partir dessa data vamos responder aos Clubes sobre aquilo que nós poderemos atribuir. No fundo é isto neste momento. Só uma nota, foi publicada agora a agenda de verão, não é uma agenda de verão jovem, é uma agenda de verão para todos que já está no "site" do Município e convido a aderirem e desejo a todos um verão feliz.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:**

Boa tarde novamente. Tentar responder aqui muito rapidamente, porque daqui a pouco são horas de jantar, depois vão querer jantar e ainda o Município tem de pagar o jantar e não temos verba. Respondendo ao Deputado Humberto Cordeiro sobre a parte da limpeza da Cidade, não acho que esteja assim tão mal como diz. Há realmente algumas falhas e eu estou de acordo que a recolha de lixo no processo com a Resíduos as coisas não estão a funcionar bem nalgumas situações, porque como sabe, a Resíduos cessou contrato com o antigo prestador de serviços, está com um concurso internacional e está um prestador de serviços que eles contrataram para esse período. Nós já reportamos essa situação, não estamos satisfeitos, por exemplo, à segunda de manhã não é feita logo a recolha ao início do dia é mais ao fim e isso não traz uma boa imagem, ainda por cima nesta altura do ano que estamos a entrar no calor, em que mais depressa o lixo se degrada e cria cheiros, estamos preocupados com essa situação, não é a melhor situação no momento, mas também não achamos que seja assim tão grave como o Senhor mencionou. Sobre os jardins, também sabemos que alguns jardins não estão na melhor forma, realmente com esta situação, chove depois faz calor depois volta a chover, algumas ervas crescem rapidamente. Estamos a tentar embelezar alguns jardins com mais flores, ter uma tipologia de planta, não ter ali uma mescla quase. Sobre o abate de árvores, não é abate, mas é poda, realmente foram feitas algumas fora de tempo principalmente por razões de segurança ou por queixa de alguns moradores, por exemplo ali na zona em frente às Piscinas Municipais as árvores estavam a entrar já dentro da casa das pessoas, então foi feito esse trabalho, porque as pessoas têm a sua privacidade, não vão estar a entrar as árvores dentro de casa, foram esses os trabalhos de poda que foram feitos nessas situações, não mais do que isso. Agora respondendo ao Deputado Figueiredo, agora sim posso responder, há bocado não tinha autorização para responder, sim também o considero um amigo e para além disso Professor, também foi uma das pessoas que me ensinou a ser um bom rapaz, creio isso, como ali o Deputado Paulo Pinto, ele comigo não teve tanto sucesso, olhando para mim não me levou para o Desporto e pudesse estar em melhor forma. Sobre a situação financeira que questionou o que diz o relatório da auditoria e que agora vamos ter que conferir é que à data de 31 de outubro deviam estar registados mais 6 milhões de euros na nossa contabilidade e é isso que vamos ter que agora averiguar e comprovar se é verdade. Sobre a Zona Industrial já temos tudo preparado, caderno de encargos e tudo, falta abrir o concurso público, ainda não foi aberto, porque estamos à espera da aprovação final da CCDD da alteração do projeto, não queremos avançar sem ter isso aprovado. Sobre o Deputado Paulo Pontes, sobre a questão da Autoestrada, nós estamos aqui realmente com um problema, atualmente já temos uma fatura de 90.000,00€ para pagar à CAET XXI, mas também sei que há aqui problemas das contrapartidas, por isso, está aqui isto um pouco “embrulhado”, porque também nem sabemos, já pedi que me ajudassem nesse trabalho, descobrir se a CAET XXI ainda existe, porque parece que já não existe, por isso tanto poderemos ser beneficiados por já não ter que pagar essa fatura já que não existe entidade, mas também já não vamos ser beneficiados nas contrapartidas que existiam e que estavam acordadas. Como deve saber, mora ali no Franco, a CAET XXI foi quem construiu, depois ainda apareceu a concessionária Autoestradas XXI, agora até mudou, já vi uns novos autocolantes com o nome da concessionária. Mas mesmo essas obrigações não sabemos como é que agora podemos avançar por essa situação, se a empresa já não existe, não sei aonde é que nós podemos ir legalmente com isso. Já estamos a trabalhar nesse sentido de tentar descobrir juridicamente se ainda existe empresa ou não para podermos ver essas situações que falham no contrato, como as obrigações do Município, como a fatura que está lá por pagar e aqui não vou estar a dizer que foi mal gerido no passado, está lá, o anterior Executivo também tentou pagar, mas já não conseguia ter esse contacto com a empresa, por isso, é uma situação que está a ser analisada. Agora acho difícil, se calhar devíamos era resolver o problema das contrapartidas ou das obrigações se já não existir empresa. Creio que já esclareci, ou não? Sobre a questão do Ginásio Clube Mirandense, se a Presidente permitir. O que é que acontece com o Ginásio Clube Mirandense? Como sabe existe um protocolo no qual estamos a pagar a renda do edifício onde eles estão instalados, bem como a água e a energia ...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Eu peço desculpa, mas não pode haver perguntas. Tenha paciência ...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**
Estamos fora de horas ...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**
Estamos fora de horas e fora do assunto ...

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:**

Mas é essa a questão, estamos a pagar isso, por isso o subsídio que era atribuído foi suspenso por essa razão, porque estamos a suportar esses encargos, que são mais elevados que o anterior que existia no outro arrendamento.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**
Fechada a participação de todos os intervenientes, não podemos fechar a Assembleia sem cumprir a nobreza de que é o Período de Intervenção do Público. A Senhora Presidente ainda desejava falar?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**
Só queria dar duas palavras como disse no início da minha intervenção...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**
Muito bem, peço desculpa, faz favor ...

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**
Caríssimos, dado o adiantar da hora, começo por vos explicar que relativamente às contas, o procedimento que vai ser seguido, é o seguinte: vamos enviar um ofício ao Tribunal de Contas e à DGAL informando que as contas não foram aprovadas. Vamos fazer a reformulação das contas consolidadas, com o relatório da auditoria, integrar as duas situações e vamos em setembro fazer uma Assembleia, em princípio não vamos ter que fazer uma Assembleia extraordinária, faremos uma Assembleia

[Handwritten initials]

habitual, talvez mais cedo do que aquilo que é normal para podermos aprovar as contas, julgo que não vai haver problema nenhum e que assim todos ficaremos mais descansados com esta situação, até porque, desde que não tenha impacte direto na gestão do Município ficaremos todos mais descansados. Isto para partilhar convosco duas ou três situações, as mudanças que aconteceram em outubro do ano passado, trouxe de facto, creio eu, mudanças positivas mas também trouxe algumas alterações na cultura de organizações que é uma Câmara Municipal e que como todos sabemos tinha uma gestão muito própria e tinha alguns dirigentes já há muitos anos em determinados lugares, outros em regime de substituição. De facto, quero só partilhar convosco que o nosso objetivo é um objetivo comum, creio que todas as bancadas temos um objetivo comum, fazer crescer Mirandela, fazer desenvolver Mirandela, tornar Mirandela um centro turístico de desenvolvimento económico no nosso nordeste e, de facto, promovendo a unidade em torno de determinadas decisões e sabendo que os partidos são organizações que têm como finalidade fundamental, estratégias e formas de execução e implementação de políticas públicas, eu julgo que em conjunto sem a crítica pela crítica e com a educação que todos temos, jugo que, vamos conseguir, como temos conseguido até aqui, fazer uma gestão partilhada, informada e comunicar melhor aos Mirandelenses tudo aquilo que nós fazemos, nós, a oposição, porque posso-vos dizer uma coisa que é uma realidade, quanto melhor for a oposição, melhor é o poder, por isso agradeço a todos. Boas férias se for caso disso, senão, bom trabalho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal **Luís Augusto de Melo Guimarães** disse:

Assim sendo, alguém do público que queira intervir por favor?
O público está a ser simpático connosco e não vai intervir.

2.º Período de Intervenção do Público.

6 - Público - Período de Intervenção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal **Luís Augusto de Melo Guimarães** disse:

Então e agora sim, as minhas desculpas pelo adiantado da hora, acho que valeu a pena, um bom regresso a casa e muito obrigado.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal

[Handwritten signature of Luís Augusto de Melo Guimarães]
Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária

[Handwritten signature of Luísa Maria Almeida Torres Belchior]
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário

[Handwritten signature of José António Costa Ferreira]
José António Costa Ferreira